

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NÍVEL MESTRADO

OSIEL PIMENTEL DE BITENCOURT

As repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no
Município de Taquara/RS

TAQUARA

2026

OSIEL PIMENTEL DE BITENCOURT

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

**As repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no
Município de Taquara/RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Orientador(a): Prof (a). Dr.(a.) Dilani Silveira Bassan

TAQUARA

2026

OSIEL PIMENTEL DE BITENCOURT

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

**As repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no
Município de Taquara/RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Tadeu de Ramos Moraes (FACCAT)

Prof. Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler (FACCAT)

Prof. Dr. Airton Adelar Mueller (UNIJUÍ)

À minha querida esposa Graziela, pela parceria, compreensão e apoio incondicional ao longo desta caminhada.

Aos meus filhos, Rafael e Isabela, que dão sentido a cada conquista e são a motivação permanente para buscar sempre o melhor.

Ao meu tio José (in memoriam), que, desde a minha juventude, plantou em mim a convicção de que o estudo é caminho de crescimento, dignidade e realização. Sua memória permanece viva em cada conquista.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa não apenas um marco acadêmico, mas também o resultado de um percurso construído com apoio, incentivo e compreensão de pessoas fundamentais em minha vida.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela saúde, força e perseverança ao longo desta caminhada.

À minha orientadora, pela dedicação, orientação segura e contribuições valiosas, que foram essenciais para o amadurecimento deste trabalho.

À minha querida esposa e companheira Graziela, pelo apoio incondicional, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo estímulo constante nos dias mais desafiadores. Sua parceria foi indispensável para que este projeto se tornasse realidade.

Aos meus filhos, Rafael e Isabela, minha maior motivação, agradeço pelo amor, pela paciência e pela compreensão durante o período dedicado aos estudos. Que este esforço também represente para vocês um exemplo de dedicação e compromisso.

Aos colegas de mestrado, que compartilharam experiências, saberes e reflexões ao longo do curso, proporcionando aprendizados significativos e momentos inesquecíveis que tornaram essa caminhada mais leve e enriquecedora.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pelas contribuições acadêmicas, pela seriedade na condução das disciplinas e pelo incentivo permanente à pesquisa e ao pensamento crítico.

À FACCAT, pelo incentivo institucional e pelo apoio concedido por meio da bolsa de estudos, que foi fundamental para viabilizar a realização deste mestrado.

Por fim, agradeço às instituições e aos profissionais que colaboraram com a pesquisa, contribuindo para a concretização deste estudo.

“A velhice é uma coroa de honra, quando se acha no caminho da justiça”.
(BÍBLIA SAGRADA, Provérbios 16:31)

RESUMO

Esta dissertação analisa as repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara/RS, inserindo a problemática no contexto da transição demográfica brasileira e das dinâmicas de desenvolvimento territorial. O estudo parte da constatação de que o Brasil vivencia um acelerado processo de envelhecimento, marcado pela redução das taxas de fecundidade, pela queda da mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida, fenômenos que alteram significativamente a estrutura etária da população. O objetivo geral consiste em analisar os efeitos desse processo na realidade socioeconômica local, com ênfase na previdência social, no sistema público de saúde, no mercado de trabalho e nas políticas públicas municipais voltadas à pessoa idosa. Para tanto, adota-se uma abordagem exploratória, com predominância qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico, análise de dados secundários provenientes do IBGE e de órgãos oficiais, além de entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes de instituições públicas e órgãos vinculados às políticas direcionadas à população idosa no município. Os resultados evidenciam que o envelhecimento populacional em Taquara/RS acompanha a tendência estadual e nacional, produzindo repercussões significativas sobre a seguridade social, o sistema municipal de saúde, o mercado de trabalho e as políticas públicas locais voltadas à população idosa. As entrevistas realizadas demonstram percepção institucional convergente quanto ao aumento da demanda por serviços públicos, à ampliação das situações de vulnerabilidade social, às dificuldades de mobilidade urbana, aos desafios de reinserção produtiva da população idosa e à necessidade de fortalecimento das políticas públicas e dos mecanismos de governança relacionados ao envelhecimento populacional. Conclui-se que o envelhecimento constitui variável estruturante do desenvolvimento territorial e exige planejamento estratégico, fortalecimento institucional e formulação de políticas públicas integradas que assegurem sustentabilidade fiscal, inclusão social e qualidade de vida à população idosa, evidenciando que o envelhecimento populacional deve ser incorporado como variável estratégica no planejamento territorial e na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Envelhecimento. Previdência Social. Mercado de Trabalho. Políticas Públicas. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the socioeconomic repercussions of population aging in the municipality of Taquara/RS, placing the issue within the context of Brazil's demographic transition and territorial development dynamics. The study begins with the observation that Brazil is experiencing an accelerated aging process, marked by a reduction in fertility rates, a decrease in mortality, and an increase in life expectancy—phenomena that significantly alter the age structure of the population. The general objective is to analyze the effects of this process on the local socioeconomic reality, with an emphasis on social security, the public health system, the labor market, and municipal public policies aimed at the elderly. To this end, an exploratory approach is adopted, with a predominantly qualitative focus, based on a literature review, analysis of secondary data from the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and official bodies, as well as semi-structured interviews conducted with representatives of public institutions and bodies linked to policies directed at the elderly population in the municipality. The results show that population aging in Taquara/RS follows the state and national trend, producing significant repercussions on social security, the municipal health system, the labor market, and local public policies aimed at the elderly population. The interviews conducted demonstrate a convergent institutional perception regarding the increased demand for public services, the expansion of situations of social vulnerability, difficulties in urban mobility, challenges to the productive reintegration of the elderly population, and the need to strengthen public policies and governance mechanisms related to population aging. It is concluded that aging constitutes a structuring variable of territorial development and requires strategic planning, institutional strengthening, and the formulation of integrated public policies that ensure fiscal sustainability, social inclusion, and quality of life for the elderly population, highlighting that population aging should be incorporated as a strategic variable in territorial planning and in the formulation of public policies aimed at regional development..

Keywords: Aging. Social Security. Labor Market. Public Policies. Regional Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proporção da população residente por grupos de idade específicos, ordenado pela maior proporção da população até 14 anos, segundo as Unidades da Federação – 2022.....	19
Figura 2 – Índice de envelhecimento (parâmetro:60 anos ou mais de idade), segundo as Grandes Regiões – 2010/2022.....	20
Figura 3 – Projeção da fecundidade total por grupos etários – 2010/2060	22
Figura 4 – Taxa de mortalidade do Brasil – 1960/2023.....	23
Figura 5 – População brasileira jovem e idosa em percentagem de 1940 a 2050....	24
Figura 6 – Pirâmide Etária – Brasil 2010.....	25
Figura 7 – Pirâmide Etária – Brasil 2040.....	26
Figura 8 – Estrutura etária brasileira em 1980, 2010, 2030 e 2060.....	26
Figura 9 – Pirâmide Etária – Brasil 2022.....	27
Figura 10 – Variação das taxas de crescimento da população em idade ativa (PIA) e da população idosa (PI), entre 2010 e 2050	45
Figura 11 – Déficit nominal do RGPS entre 2011 e 2017.....	45
Figura 12 – Evolução da taxa de desemprego real e simulada entre 2012 e 2015...	52
Figura 13 – Mapa com a Localização do Município de Taquara	58
Figura 14 – Pirâmide Etária do Município de Taquara (2022)	59
Figura 15 – Índice de Escolaridade do Município de Taquara (2022)	60
Figura 16 – Índice de Mortalidade Infantil do Município de Taquara (2022).....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção da população residente por grupos etários específicos - Brasil - 1980/2022	17
Tabela 2 – Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões – 2022	18
Tabela 3 – Estimativa da população brasileira e características demográficas entre os anos de 1920 e 2040	42
Tabela 4 – Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões – 2022	47
Tabela 5 – Síntese das percepções institucionais sobre o envelhecimento populacional em Taquara/RS.....	68
Tabela 6 – Percepções institucionais sobre seguridade social e proteção de renda diante do envelhecimento populacional em Taquara/RS.....	74
Tabela 7 – Percepções institucionais sobre as repercussões do envelhecimento populacional no sistema municipal de saúde de Taquara/RS	80
Tabela 8 – Percepções institucionais sobre as repercussões do envelhecimento populacional no mercado de trabalho e na inserção produtiva em Taquara/RS.....	88
Tabela 9 – Percepções institucionais sobre políticas públicas, governança e desenvolvimento regional diante do envelhecimento populacional em Taquara/RS.....	94

LISTA DE SIGLAS

APS	Atenção Primária à Saúde
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
FACCAT	Faculdades Integradas de Taquara
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GERCON	Sistema de Gerenciamento de Consultas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NOAS	Norma Operacional de Assistência à Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PI	População Idosa
PIA	População em Idade Ativa
PLURD	Planejamento Urbano e Regional e Demografia
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSPI	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SES	Secretaria Estadual da Saúde
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	17
2.1 Conceituação de envelhecimento e velhice	17
2.2 A transição demográfica no Brasil e seus efeitos regionais.....	19
2.3 O Envelhecimento populacional, um processo de transição demográfica	24
2.4 Políticas Públicas Voltadas à Pessoa Idosa	31
2.4.1 Marco Constitucional e Fundamentos dos Direitos da Pessoa Idosa.....	32
2.4.2 Política Nacional do Idoso e Estrutura Institucional (Lei nº 8.842/1994)	35
2.4.3 Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003): Consolidação e Ampliação de Direitos	37
2.4.4 Políticas Setoriais: Saúde, Assistência Social e Previdência	39
2.5 Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional	43
2.5.1 Repercussões do Envelhecimento Populacional na Previdência Social	44
2.5.2 Repercussões do Envelhecimento Populacional no Sistema de Saúde Pública - SUS.....	49
2.5.3 Repercussões do Envelhecimento Populacional no Trabalho e Emprego	52
3 METODOLOGIA	57
4 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM TAQUARA/RS: EVIDÊNCIAS, DESAFIOS E REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS.....	61
4.1 O envelhecimento populacional em Taquara/RS: percepções institucionais e evidências locais.....	67
4.2 Repercussões na seguridade social e proteção de renda	74
4.3 Repercussões no sistema municipal de saúde.....	79
4.4 Repercussões no mercado de trabalho e inserção produtiva.....	87
4.5 Políticas públicas, governança e desenvolvimento regional	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ...	118
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO (COMDI)	121

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO INSTITUIÇÃO LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI) - LAR OASE	123
APÊNDICE C – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS – APS/TAQUARA-RS.....	125
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAQUARA	127
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO, SEGURANÇA, MOBILIDADE E TRÂNSITO ...	129
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	131
APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TAQUARA.....	133
APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA À FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - FGTAS/SINE	135
APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA À ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE TAQUARA (AAPT).....	137

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação vincula-se à Linha de Pesquisa Instituições, Sociedade, Cultura e Bem-estar social do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, inserido na Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PLURD) da CAPES. Nesse enquadramento, o estudo articula análise demográfica, estrutura socioeconômica e planejamento territorial, compreendendo o envelhecimento populacional como variável estruturante das dinâmicas de desenvolvimento em escala local.

O envelhecimento populacional constitui um dos fenômenos demográficos mais relevantes das sociedades contemporâneas, resultante, sobretudo, da redução das taxas de fecundidade e do aumento da expectativa de vida. No Brasil, esse processo ocorre de forma acelerada quando comparado a países centrais, produzindo transformações significativas na estrutura etária e impactando diretamente as dimensões econômica, social e institucional. Trata-se de uma transição demográfica que redefine relações de trabalho, padrões de organização familiar, demanda por serviços públicos e arranjos de proteção social, impondo novos desafios à gestão pública e ao planejamento do desenvolvimento.

Embora represente uma conquista social associada à melhoria das condições de vida, o envelhecimento populacional produz efeitos heterogêneos no território. Em um país marcado por desigualdades regionais e locais, os efeitos da transição demográfica tendem a manifestar-se de maneira mais direta no âmbito municipal, onde se concentram a execução das políticas públicas e a oferta de serviços essenciais. Nessa perspectiva, o tema da presente pesquisa consiste na análise do envelhecimento populacional e de suas repercussões socioeconômicas no âmbito municipal, tomando como recorte empírico o município de Taquara, localizado no Estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul figura entre os estados brasileiros com maior proporção de pessoas idosas, circunstância que torna seus municípios espaços estratégicos para a investigação dos efeitos da transição demográfica. Em Taquara/RS, o progressivo aumento da população idosa tende a repercutir sobre a dinâmica do mercado de trabalho, sobre a organização e a ampliação da demanda por serviços de saúde — especialmente aqueles relacionados ao tratamento de doenças crônicas e cuidados continuados —, sobre os sistemas de assistência e previdência social e

sobre a própria estrutura das finanças públicas municipais. Paralelamente, a redução relativa da população em idade economicamente ativa pode impactar a oferta de mão de obra, a produtividade e a arrecadação local, influenciando as estratégias de desenvolvimento econômico e social.

Diante desse contexto, a pesquisa orienta-se pela seguinte questão norteadora: quais são as repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara/RS? Parte-se da premissa de que o envelhecimento populacional contribui para a elevação das despesas previdenciárias e assistenciais no âmbito municipal, amplia a demanda por serviços públicos de saúde, afeta a composição da população economicamente ativa¹ e influencia a dinâmica socioeconômica local, impondo a necessidade de criação, ampliação ou readequação de políticas públicas voltadas à população idosa.

O objetivo geral da dissertação consiste em analisar as repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara/RS. Para tanto, busca-se examinar o processo de envelhecimento populacional no Brasil e suas expressões no contexto local, identificar as principais repercussões do fenômeno sobre a seguridade social, o sistema municipal de saúde, o mercado de trabalho e as políticas públicas voltadas à população idosa, bem como compreender, a partir das percepções institucionais obtidas por meio das entrevistas realizadas, de que forma o município tem enfrentado os desafios decorrentes da transição demográfica.

A relevância do estudo justifica-se pelo fato de que o envelhecimento populacional representa uma das transformações estruturais mais significativas da contemporaneidade, com implicações diretas sobre o desenvolvimento territorial. No âmbito municipal, onde os efeitos demográficos se concretizam de forma imediata, torna-se fundamental compreender como a alteração da estrutura etária interfere na organização socioeconômica e na sustentabilidade das políticas públicas. Ao analisar o caso de Taquara/RS, a pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico acerca das dinâmicas demográficas em escala local e oferecer subsídios técnicos e analíticos para o planejamento e a gestão pública, reforçando a importância de estratégias de desenvolvimento

¹ População economicamente ativa (PIA): parcela da população em idade de trabalhar que está inserida no mercado de trabalho ou buscando ocupação.

territorial mais inclusivas, equilibradas e sustentáveis frente às transformações demográficas em curso.

Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem predominantemente qualitativa, articulando revisão bibliográfica, análise de dados demográficos e socioeconômicos oficiais e entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes de instituições públicas e entidades vinculadas às políticas direcionadas à população idosa no município de Taquara/RS.

2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O envelhecimento da população constitui um dos principais fenômenos demográficos contemporâneos e essas transformações alteram significativamente a estrutura etária da população e produzem impactos econômicos, sociais e institucionais que se manifestam de forma diferenciada nos territórios. Nesse contexto, o envelhecimento deixa de ser apenas uma questão demográfica e passa a configurar-se como variável relevante para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento regional, uma vez que influencia o mercado de trabalho, a organização das políticas públicas, a demanda por serviços de saúde e assistência social, a previdência social e a própria estrutura produtiva local. Assim, este capítulo tem por objetivo apresentar a fundamentação teórica sobre envelhecimento populacional, transição demográfica e suas repercussões socioeconômicas, situando o fenômeno no contexto do desenvolvimento regional e fornecendo as bases para a análise empírica do estudo

2.1 Conceituação de envelhecimento e velhice

O envelhecimento é um processo contínuo e multifatorial que inicia por ocasião do nascimento e se desenvolve ao longo do curso da vida, que se reflete na sociedade de diversas formas. As mudanças trazidas pelo envelhecimento se manifestam na estrutura física e biológica do indivíduo, assim como nas suas relações sociais e políticas (Silva, 2020).

Contudo, o processo de envelhecimento nem sempre está atrelado a idade cronológica, ou seja, aquilo que visualizamos por meio do corpo físico, mas se relaciona também com a sua mente, suas vivências e relações (Silva, 2020).

Já a velhice pode ser compreendida como uma etapa da vida socialmente construída, cuja definição e significado variam conforme os contextos históricos, econômicos e culturais. Em diferentes sociedades e períodos históricos, os idosos assumem papéis e valores diversos — ora reconhecidos como detentores de saber e autoridade, ora marginalizados por uma cultura que privilegia a juventude e a produtividade. Assim, o envelhecimento não pode ser entendido apenas como um

processo biológico ou cronológico, mas como uma experiência profundamente influenciada pelas estruturas e representações sociais. Ao mesmo tempo, trata-se de uma vivência singular e existencial, pois cada indivíduo atribui sentidos próprios à sua trajetória de envelhecimento, de acordo com sua história de vida, suas relações e sua subjetividade. Dessa forma, a velhice se configura como uma realidade ao mesmo tempo coletiva e pessoal, em que se entrelaçam dimensões sociais e subjetivas do existir humano (Silva, 2020).

O conceito de envelhecimento e de velhice não pode ser reduzido ao simples critério cronológico. Embora a legislação brasileira adote o marco etário de 60 anos para definição da pessoa idosa, essa delimitação possui caráter instrumental e normativo, voltado à operacionalização de direitos e políticas públicas. Do ponto de vista analítico, a categoria “idoso” envolve dimensões biológicas, sociais e culturais, sendo atravessada por trajetórias de vida, inserção socioeconômica e contextos territoriais diferenciados. Conforme destacam Camarano e Pasinato, “o conceito de idoso [...] envolve mais do que a simples determinação de idades-limite biológicas” (Camarano; Pasinato, 2004), evidenciando que a velhice constitui construção social que articula declínio funcional, redefinição de papéis sociais e enquadramentos institucionais. Assim, o envelhecimento deve ser compreendido como processo heterogêneo, marcado por desigualdades acumuladas ao longo do ciclo de vida, o que reforça a necessidade de análise territorializada.

A própria terminologia utilizada para designar a população idosa evidencia transformações nas representações sociais do envelhecimento. Historicamente, a expressão “velhice” esteve associada a ideias de incapacidade, dependência e declínio físico. A partir das últimas décadas do século XX, difundiu-se a categoria “terceira idade”, vinculada a uma perspectiva mais positiva do envelhecimento, relacionada à participação social, ao lazer e à valorização da autonomia. Posteriormente, ganhou espaço a expressão “melhor idade”, amplamente utilizada por meios de comunicação e segmentos do mercado, buscando associar o envelhecimento à qualidade de vida e ao bem-estar. Contudo, parte da literatura crítica ressalta que tais denominações podem ocultar as desigualdades e vulnerabilidades que marcam as diferentes experiências de envelhecimento, reforçando a necessidade de compreender a velhice como fenômeno heterogêneo e socialmente construído (Camarano, 2004).

O envelhecimento não pode ser compreendido como mero marcador cronológico ou processo exclusivamente biológico. Trata-se de fenômeno complexo, atravessado por determinações sociais e culturais. Conforme destaca Souza (2022), “estamos tratando de um fenômeno biológico, cujos significados são determinados social e culturalmente”. Nesse sentido, a velhice deixa de ser concebida como fase estática e improdutiva do ciclo vital — perspectiva historicamente construída — para assumir múltiplos sentidos, vinculados às trajetórias individuais e às condições sociais nas quais o sujeito envelhece.

Em síntese, envelhecer não é apenas atingir determinada idade, mas vivenciar um processo que envolve o corpo, a mente, as relações sociais e as condições em que cada pessoa constrói sua trajetória de vida. A velhice, portanto, não pode ser vista como uma fase única e igual para todos, pois assume significados distintos conforme o contexto social, econômico e cultural. Reconhecer essa complexidade é fundamental para evitar visões simplificadoras e para compreender que o envelhecimento é uma experiência diversa, marcada por desigualdades e também por possibilidades, exigindo análises e políticas públicas sensíveis às diferentes realidades em que as pessoas envelhecem.

2.2 A transição demográfica no Brasil e seus efeitos regionais

O envelhecimento da população ocorre quando há menos pessoas jovens em relação ao número de adultos e idosos. Esse fenômeno resulta da redução das taxas de natalidade associada à queda da mortalidade em todas as idades, inclusive entre os idosos, que vem ocorrendo em nosso país, desde o final da década de 1960 (IBGE, 2022).

Tomando por base o Censo Demográfico 2022, o Brasil possui um total de 32.113.490 pessoas idosas, que se comparado com a população idosa de 2010, representa um acréscimo de 56,0% (IBGE, 2022).

A tabela abaixo demonstra que no ano de 1980, o Brasil possuía 6,1% da população com 60 anos ou mais de idade, contudo em 2022, esse percentual se eleva para 15,8%. É possível observar ainda um crescimento de 46,6% em relação ao Censo Demográfico 2010, quando o número de idosos representava 10,8% da população.

Tabela 1 - Proporção da população residente por grupos etários específicos - Brasil - 1980/2022

Ano	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 59 anos (%)	População de 60 anos ou mais de idade (%)
1980	38,2	55,6	6,1
1991	34,7	58,0	7,3
2000	29,6	61,9	8,6
2010	24,1	65,1	10,8
2022	19,8	64,4	15,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.

Devido às particularidades regionais do Brasil, a população idosa é bem variável de acordo com cada área do país. Assim, as Regiões Norte e Nordeste são as regiões mais jovens do país enquanto as Regiões Sudeste e Sul apresentam a população mais envelhecida. Já o Centro-Oeste apresenta uma estrutura etária intermediária, próxima da média nacional (IBGE, 2023).

A Tabela a seguir apresenta o avanço do processo de envelhecimento populacional no Brasil, ainda que de forma desigual entre as Grandes Regiões. Em 2022, a população com 60 anos ou mais já representava 15,8% do total nacional, indicando uma mudança expressiva na estrutura etária do país e o progressivo estreitamento da base jovem. As Regiões Sudeste e Sul apresentam os percentuais mais elevados de população idosa (17,6%), com estágios mais avançados da transição demográfica. Em contrapartida, a Região Norte mantém uma estrutura etária mais jovem, com apenas 10,4% de idosos, revelando um ritmo mais lento desse processo. O Centro-Oeste, embora apresente a maior proporção de população em idade ativa, também sinaliza o envelhecimento em curso, especialmente quando consideradas as tendências futuras. Esses dados reforçam que o envelhecimento populacional no Brasil ocorre de maneira heterogênea, exigindo respostas diferenciadas no âmbito do planejamento regional e das políticas socioeconômicas, considerando as particularidades demográficas de cada território.

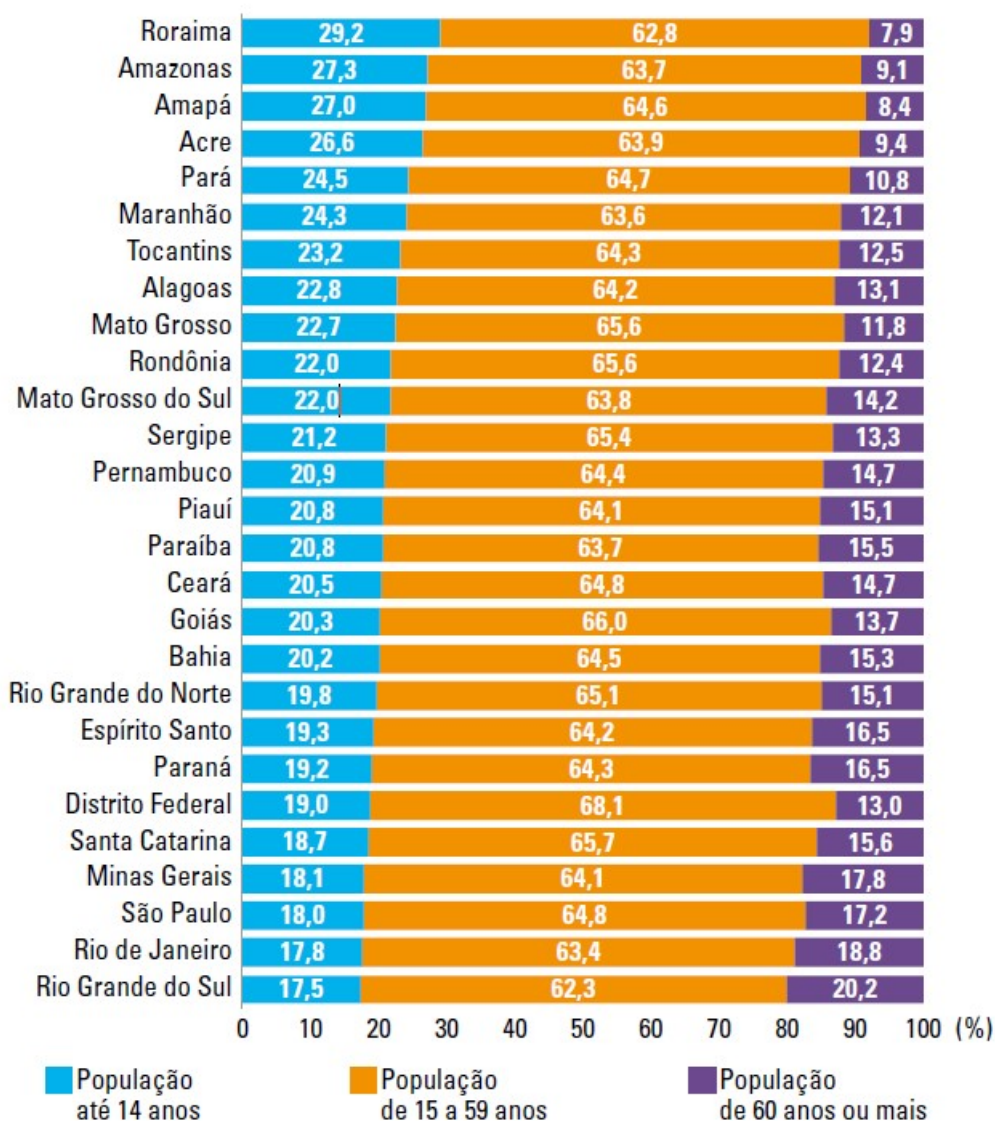
Tabela 2 - Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões – 2022

Nível geográfico	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 59 anos (%)	População de 60 anos ou mais de idade (%)
Brasil	19,8	64,4	15,8
Norte	25,2	64,4	10,4
Nordeste	21,1	64,4	14,5
Sudeste	18,0	64,3	17,6
Sul	18,5	63,9	17,6
Centro-Oeste	20,9	65,9	13,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

O Figura 1 traz o percentual de população de acordo com as suas faixas etárias para cada Unidade da Federação do Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 2022.

Figura 1 - Proporção da população residente por grupos de idade específicos, ordenado pela maior proporção da população até 14 anos, segundo as Unidades da Federação – 2022

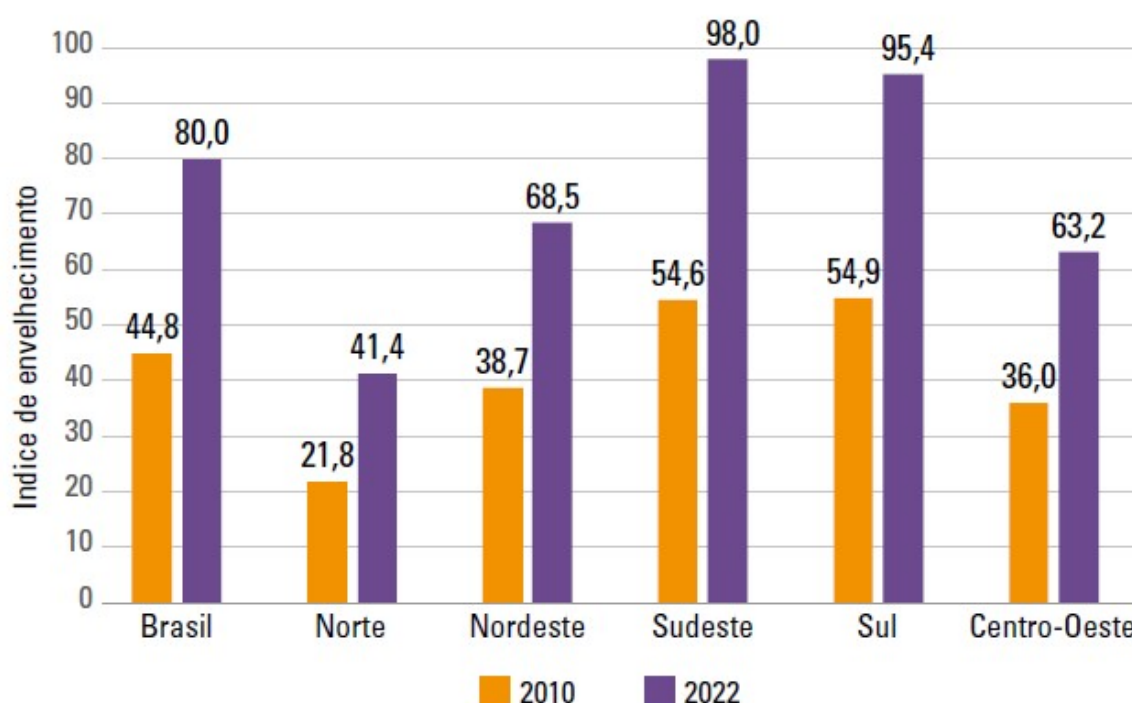


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, 2022.

Na mesma linha da tabela anteriormente apresentada, a Figura acima evidencia a heterogeneidade do envelhecimento populacional entre as Unidades da Federação. Observa-se que estados da Região Norte concentram os maiores percentuais de população jovem, enquanto estados das Regiões Sul e Sudeste apresentam menores proporções de crianças e adolescentes e maiores participações relativas da população idosa, com destaque para o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse padrão reforça que o envelhecimento populacional no Brasil ocorre de forma territorialmente desigual.

O IBGE ao analisar o envelhecimento da população a luz dos dados do censo de 2022, faz referência ao indicador do índice de envelhecimento², que toma por base a relação entre os dois grupos de idade extrema, ou seja, a população de 0 a 14 anos e a população de 60 anos ou mais e esse índice chegou a uma média de 80% enquanto no ano de 2010 o mesmo índice era quase a metade (44,8%). Assim, de acordo com o levantamento atual existem 80 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 crianças de 0 a 14 anos (IBGE, 2023).

Figura 2 – Índice de envelhecimento (parâmetro: 60 anos ou mais de idade), segundo as Grandes Regiões – 2010/2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2022).

A Figura evidencia a intensificação do envelhecimento populacional no Brasil entre 2010 e 2022, com aumento expressivo do índice de envelhecimento em todas as Grandes Regiões. No âmbito nacional, o indicador passou de 44,8 para 80,0, revelando que a população idosa se aproxima, em termos relativos, da população jovem. As Regiões Sudeste e Sul apresentam os maiores índices em 2022 (98,0 e

² Índice de envelhecimento: indicador demográfico que relaciona a quantidade de pessoas idosas (geralmente com 60 anos ou mais) ao número de jovens (normalmente de 0 a 14 anos). O índice expressa quantos idosos existem para cada 100 jovens, permitindo avaliar o grau de envelhecimento da população.

95,4, respectivamente), caracterizando estruturas etárias mais envelhecidas, enquanto a Região Norte, apesar de manter os menores valores, também registra crescimento significativo do indicador. Esses resultados reforçam o caráter generalizado e territorialmente desigual do processo de envelhecimento populacional no país (IBGE, 2023).

Os dados do IBGE demonstram que o Brasil está em uma fase avançada de transição demográfica, caracterizada pela diminuição da população jovem e pelo crescimento expressivo da população com mais de 60 anos. Esse processo ocorre em velocidades distintas entre as regiões, refletindo desigualdades econômicas, sociais e territoriais. Nas regiões Sul e Sudeste este processo apresenta um desenvolvimento maior, enquanto outras regiões como o Norte e o Nordeste ainda convivem com uma base populacional mais jovem, mas com rápida tendência de mudança.

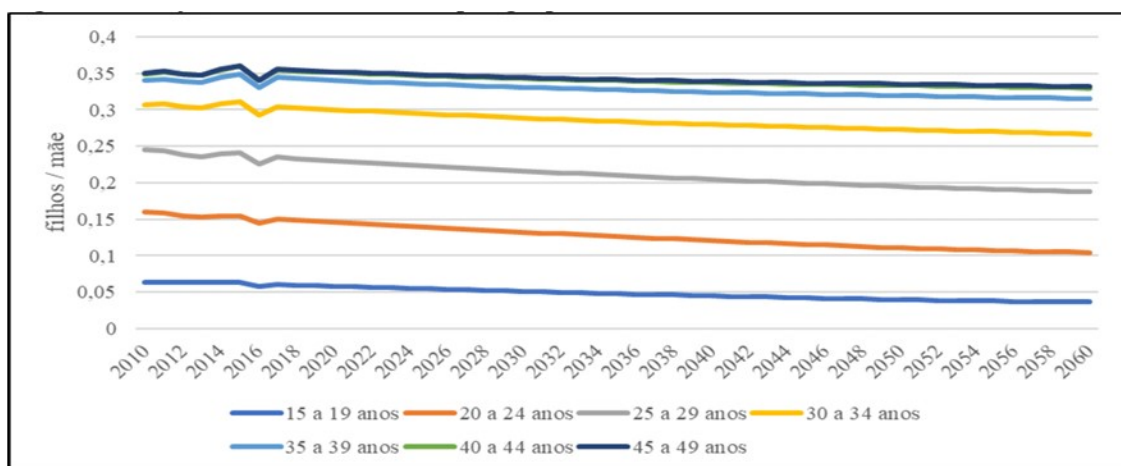
2.3 O Envelhecimento populacional, um processo de transição demográfica

O envelhecimento da população, resultado do desenvolvimento humano, é impulsionado pelos avanços em saúde, tecnologia e outras esferas sociais. Esse processo é marcado por mudanças físicas e psicológicas que ocorrem com o passar do tempo, trazendo diversas repercussões sociais. O envelhecimento se divide em três dimensões principais: a biológica, que reflete a vulnerabilidade crescente e a senescência; a social, que se relaciona aos papéis desempenhados pelos idosos na sociedade e a psicológica, que se refere à capacidade de tomar decisões e realizar ações (Melro, 2020).

O processo de envelhecimento populacional, decorrente da transição demográfica vem produzindo efeitos significativos na sociedade, contribuindo para a mudança do comportamento demográfico. Fatores como a redução nas taxas de fecundidade, a significativa redução da mortalidade e a elevação da expectativa de vida, em conjunto, respondem por um maior número de idosos. Por conseguinte, com a redução do grupo das crianças e a elevação sustentada do grupo dos idosos ocorre a intensificação do envelhecimento populacional, processo que provoca profundas transformações nos indivíduos, nas famílias e na sociedade, trazendo reflexos sociais e econômicos que demandam a criação e adaptação das políticas públicas para atender com qualidade ao cidadão dessa faixa etária (Oliveira, 2019).

Em relação à taxa de fecundidade³ (filhos por mãe) é possível observar sua redução baixando de 1,83 em 2010 para 1,66 em 2020. As projeções para os anos vindouros, de acordo com o IBGE (2018) são de diminuição em todas as faixas etárias, conforme Figura 3.

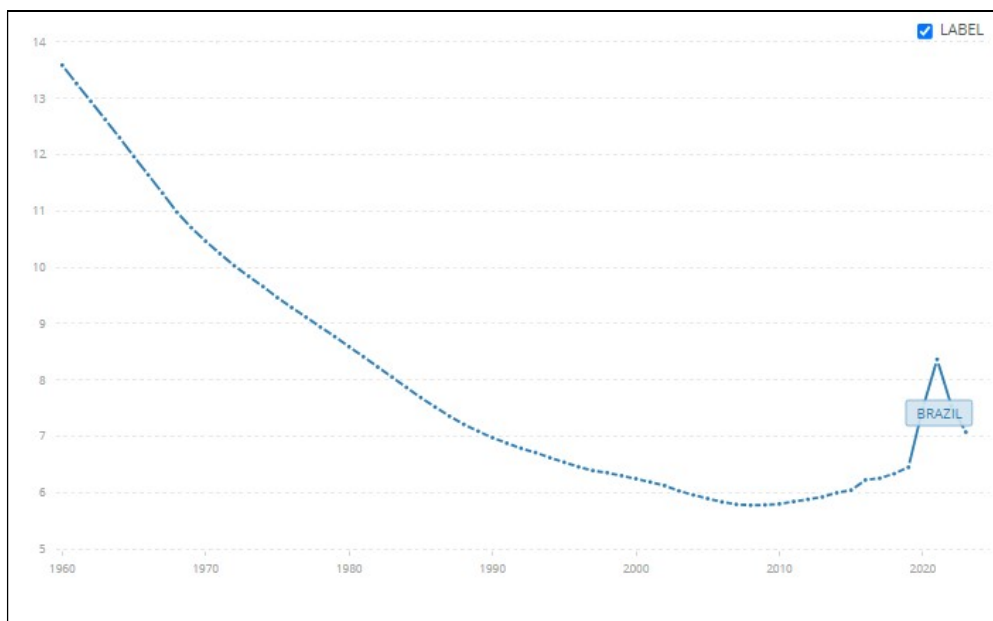
Figura 3 – Projeção fecundidade total por grupos etários 2010-2060



Fonte: Adaptado com base nos dados do IBGE, 2008 e Banco Mundial, 2018

É possível observar, na Figura 2, a expressiva redução da taxa de mortalidade no Brasil entre 1960 e 2023. O indicador caiu de aproximadamente 13,5 óbitos por mil habitantes em 1960 para patamares próximos de 6 por mil nas décadas mais recentes, mantendo tendência geral de declínio ao longo do período, ainda que com elevação pontual nos anos de 2020 e 2021. Essa trajetória está associada aos avanços na medicina, à ampliação do acesso aos serviços de saúde, às melhorias nas condições sanitárias e à expansão dos programas de imunização. A redução sustentada da mortalidade, combinada à queda da fecundidade, contribui de forma decisiva para a transição demográfica e para a consolidação do processo de envelhecimento populacional no país.

³ Taxa de fecundidade: número médio de filhos que uma mulher teria ao longo da vida reprodutiva, considerando os padrões de fecundidade observados em determinado período.

Figura 4 – Taxa de mortalidade do Brasil de 1960 a 2023

Fonte: Banco Mundial, 2023

Neste sentido, Lima et al. (2025), enfatiza que contribuem ainda para o aumento da expectativa de vida, o crescente número de mulheres no mercado de trabalho, com priorização da carreira profissional e consequente postergação da maternidade, as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias, acrescentando ainda os avanços da medicina e a melhoria dos índices de qualidade de vida em certos países. No Brasil, conforme dados da Agência Senado (2024), em 1923 a quantidade de idosos no país representava 4% do contingente populacional, atualmente representa 15%, o que confirma o rápido processo de transição demográfica.

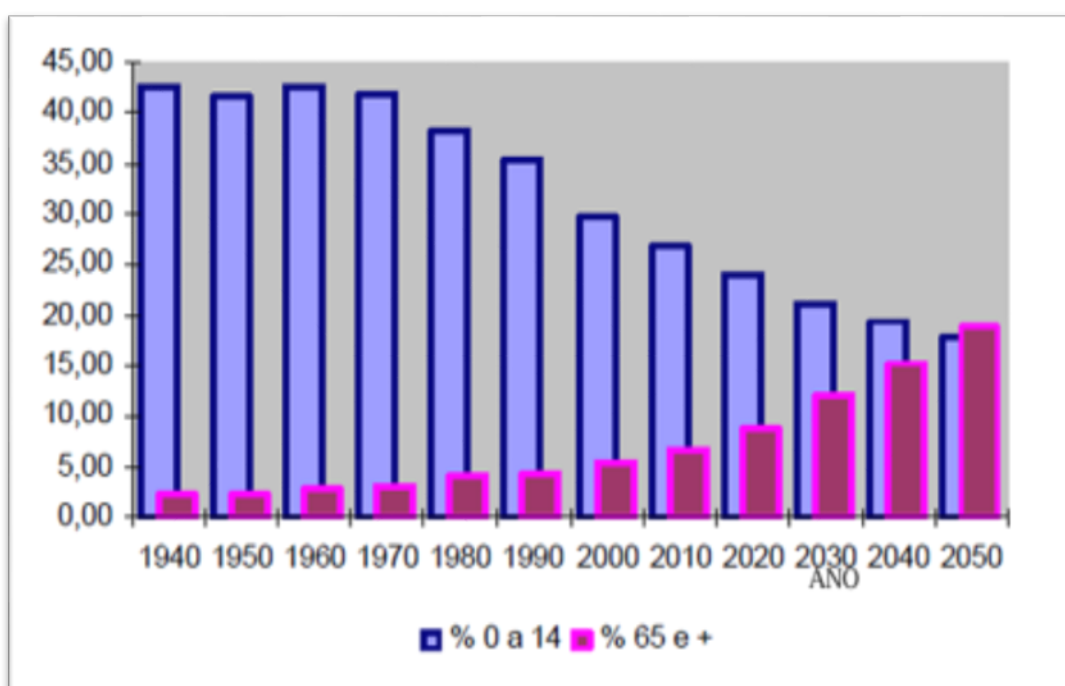
Assim, é possível observar que o envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno demográfico crescente e significativo, com profundos efeitos sociais e econômicos. O país está passando por uma transição demográfica marcada pela redução das taxas de mortalidade e fecundidade, que tem resultado em uma proporção crescente de idosos na população. O resultado na queda das taxas de fecundidade, especialmente desde a década de 1960, foi marcado pelo acesso a métodos contraceptivos e a participação das mulheres no mercado de trabalho (Souza et al. 2021).

Outros aspectos também se destacam, pois conforme informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD indicam que, entre 1998 e 2003, houve uma melhoria nas condições de saúde dos idosos, provavelmente influenciada pelo aumento do nível educacional, pela melhoria nas condições socioeconômicas dos idosos e pelo maior acesso aos serviços de saúde (Melo et al. 2017).

Estima-se que a última fase da transição demográfica ocorrerá quando as taxas de natalidade e de mortalidade estiverem em um nível próximo de zero associado à continuidade do aumento de idosos (65 anos ou mais) em relação à população total, que ocorrerá por volta de 2050. Esse processo de transição prevista para 2050, trará desafios para as políticas públicas, principalmente em relação aos jovens e idosos, pois em contrapartida ao envelhecimento, haverá significativa diminuição da população com menos de 15 anos (Nascimento et al. 2020).

Conforme se observa na Figura 1, no período de 1940 até 2050, ocorrerá uma queda acentuada de jovens e um crescimento expressivo de pessoas com 65 anos ou mais. O quadro que se apresentava em 1940, com mais jovens e menos idosos, se inverterá em 2050, evidenciando o envelhecimento populacional do Brasil.

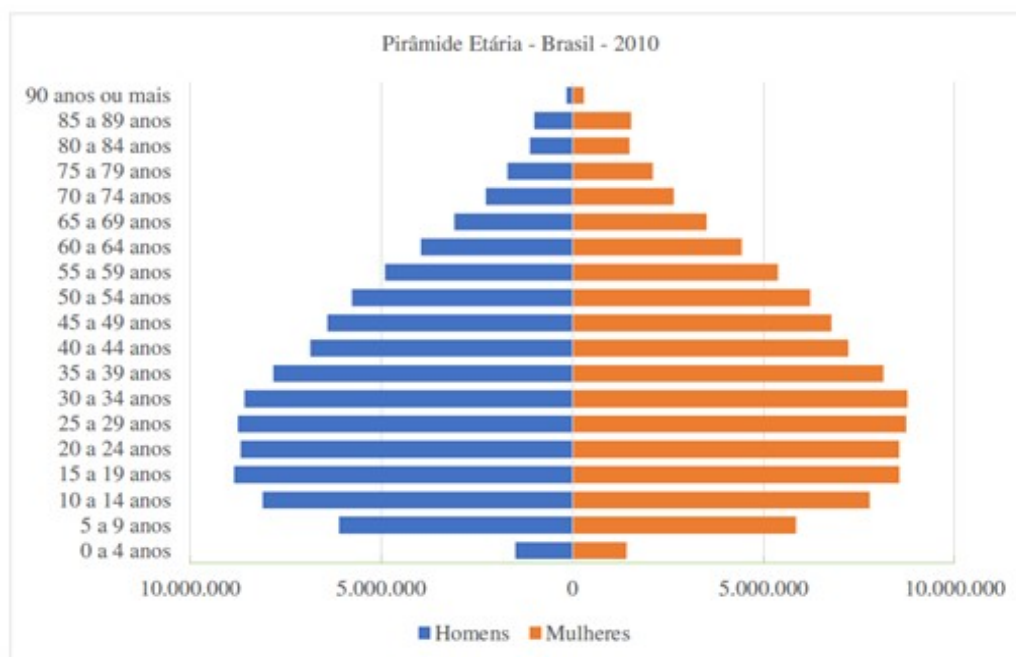
Figura 5 - População brasileira jovem e idosa em percentagem de 1940 a 2050



Fonte: Brito (2007).

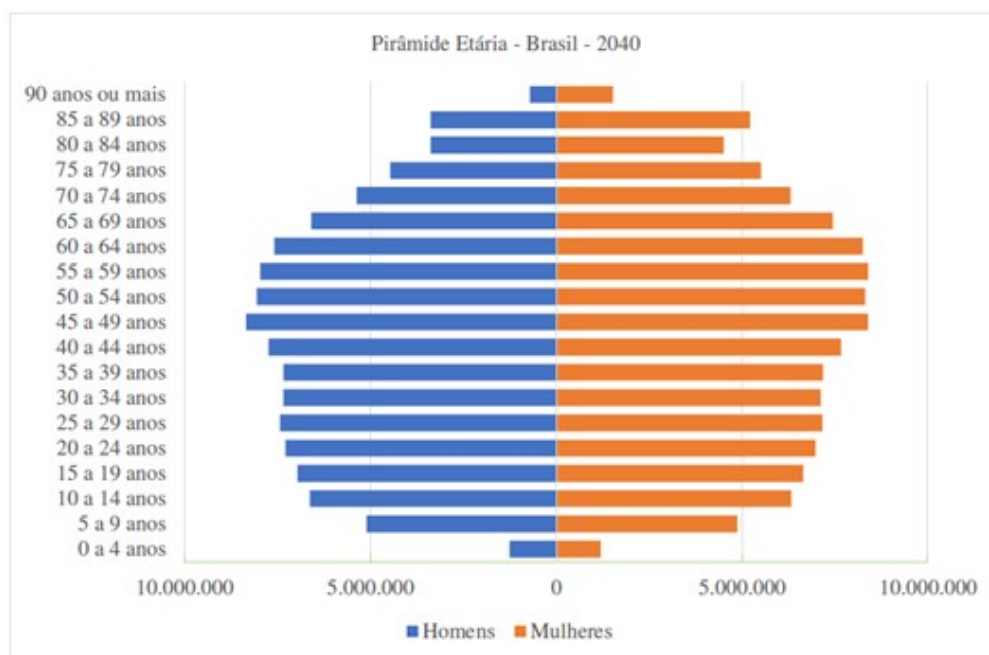
Souza et al. (2021) destaca a diferença da Pirâmide Etária no Brasil em 2010 e sua projeção para 2040, conforme observamos nas Figuras 4 e 5. A comparação entre as pirâmides apresentadas demonstra a transição demográfica em curso. A Figura 6 apresenta uma base predominantemente larga, composta por uma grande população jovem e resumida população idosa, mantendo realmente um formato de pirâmide.

Figura 6 – Pirâmide Etária – Brasil 2010



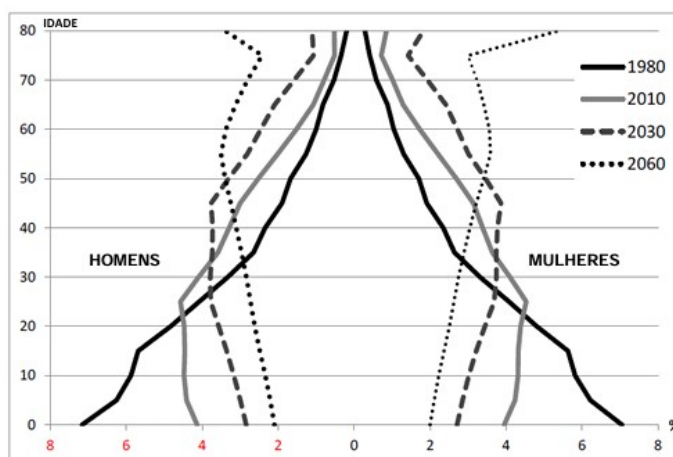
Fonte: IBGE (2018)

Já a Figura 7, que apresenta a projeção da população para o ano de 2040, a pirâmide tende a assumir um formato de retângulo, com a redução da proporção de crianças e aumento considerável da população idosa, decorrente da diminuição das taxas de fecundidade e de mortalidade, associada ao aumento da expectativa de vida.

Figura 7 – Pirâmide Etária Brasil 2040

Fonte: IBGE (2018).

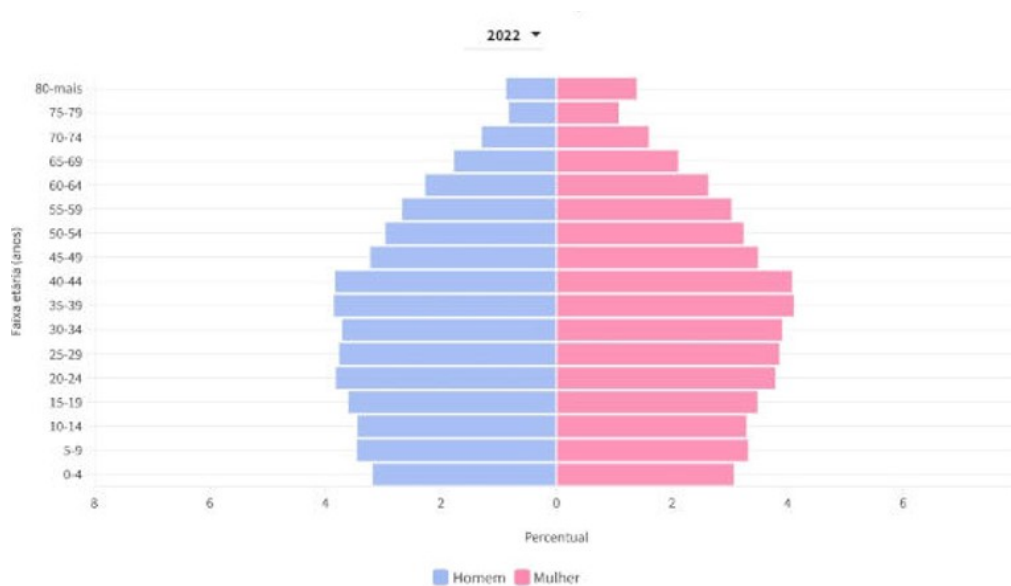
A Figura 7 demonstra a transição demográfica já vivenciada em nosso país, bem como seu comportamento futuro. A estrutura etária em 1980 era uma pirâmide formada por uma população predominantemente jovem (base larga) e baixa população de idosos (topo estreito). Já as projeções para 2030 e 2060 observa-se a modificação e quase inversão da pirâmide, com a diminuição da população jovem (estreitamento de sua base) e aumento da população mais idosa (alargamento do topo).

Figura 8 - Estrutura etária brasileira em 1980, 2010, 2030 e 2060

Fonte: Adaptado de Nascimento e Diógenes (2020).

A Figura 9, que apresenta a pirâmide etária do Brasil em 2022, evidencia que o país já se encontra em estágio avançado da transição demográfica. Observa-se o estreitamento da base, indicando a redução da população nas faixas etárias mais jovens (0 a 14 anos), reflexo da queda consistente das taxas de fecundidade nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, há um alargamento progressivo das faixas adultas e, sobretudo, das idades mais elevadas, com crescimento expressivo da população com 60 anos ou mais. O formato da pirâmide aproxima-se de uma estrutura mais retangular, sinalizando a desaceleração do crescimento populacional e a consolidação do envelhecimento demográfico. Esse cenário confirma as projeções anteriormente discutidas e reforça os desafios estruturais para as políticas públicas, especialmente nas áreas de previdência, saúde, assistência social e planejamento territorial, diante da crescente participação relativa da população idosa na composição demográfica brasileira.

Figura 9 – Pirâmide Etária Brasil 2022



Fonte: IBGE (2022).

Conforme observa Tizotte (2022) a população mundial com 60 anos ou mais está crescendo em ritmo mais acelerado do que os grupos etários mais jovens. De acordo com a Divisão de População das Nações Unidas (UN, 2019), em 1950, apenas 8% da população global tinha 60 anos ou mais, percentual que aumentou

para 13,5% em 2020 e pode alcançar 28,2% até 2100. No caso das pessoas com 80 anos ou mais, os números são ainda mais impressionantes: representavam 0,6% da população em 1950, 1,9% em 2020 e estima-se que cheguem a 8,1% em 2100. Em termos absolutos, isso equivale a 14 milhões em 1950, 72 milhões em 2020 e 881 milhões em 2100.

De acordo com o IBGE, a expectativa de vida ao nascer no Brasil em 2024 era de 76,6 anos. O instituto prevê que a expectativa de vida no país chegue a 83,9 anos em 2070 (IBGE, 2022). O resultado desse crescimento, que em 2030 poderá exceder 40 milhões e em 2060 ultrapassar 60 milhões de pessoas no Brasil, é sentido na economia, no mercado de trabalho, nas relações familiares, no sistema de saúde e, de forma significativa no Sistema de Previdência Social (Andrade, 2019).

Portanto, o envelhecimento populacional exige dos governantes uma postura ativa na elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades desse grupo etário que se encontra em condições mais vulneráveis em razão de suas condições físicas, psicológicas, patrimoniais ou institucionais. Tais políticas são imprescindíveis para a proteção integral desse grupo etário (Carla, 2022).

Diante da projeção da OMS de 840 milhões de idosos ao redor do mundo em 2025, é justificável que líderes globais priorizem essa parcela da população, que necessita de políticas públicas para garantir seus direitos e promover melhorias sociais, devido as condições de vulnerabilidade as quais estão expostos. Embora toda a sociedade tenha o dever de cuidar de seus idosos, cabe especialmente ao poder público desenvolver ações que os protejam contra qualquer forma de negligência ou violência (Carla, 2022).

Como se pode observar, o amadurecimento da população é um fenômeno atual, mundial, ainda que venha ocorrendo em diferentes momentos, e, no caso do Brasil ocorre de forma acelerada, demandando atenção especial das autoridades na elaboração de políticas públicas que atendam as novas demandas decorrentes deste processo de transição da população.

2.4 Políticas Públicas Voltadas à Pessoa Idosa

O processo de envelhecimento populacional, ao produzir transformações significativas na estrutura etária e nas dinâmicas socioeconômicas, impõe ao Estado

e à sociedade a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas específicas e articuladas. Nesse contexto, a proteção social à pessoa idosa passa a ocupar posição central no debate sobre desenvolvimento, exigindo não apenas o reconhecimento de direitos, mas também a construção de instrumentos institucionais capazes de assegurar sua efetividade. Assim, torna-se fundamental analisar o arcabouço normativo e as políticas públicas voltadas à população idosa no Brasil, compreendendo seus fundamentos, sua evolução histórica e sua capacidade de responder às demandas decorrentes da transição demográfica.

2.4.1 Marco Constitucional e Fundamentos dos Direitos da Pessoa Idosa

O envelhecimento é um fenômeno complexo e multifacetado. Por um lado, representa uma grande conquista da sociedade moderna, mas, por outro, traz enormes desafios para os governos atuais. O crescimento contínuo da população idosa exige a implementação de políticas e ações mais eficazes para atender às diversas necessidades dessa faixa etária, abrangendo as esferas social, econômica, política, cultural, de saúde e educação. Esse esforço é essencial para garantir que os idosos possam experimentar um envelhecimento com saúde e qualidade de vida. Desta forma, convém analisar o que há em termos de políticas públicas e o que a legislação prevê em termos de assistência e proteção em favor desta parcela significativa da sociedade.

Já em 10 de dezembro de 1948, com a adoção e proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ficou estabelecido por este documento que todos os indivíduos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos, sem qualquer distinção de raça, sexo, cor, idioma, religião, posição política, condição econômica ou qualquer outra forma de discriminação. No artigo 25, a declaração aborda especificamente o direito dos idosos, reconhecendo suas necessidades e direitos (Nunes, 2018).

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (Organização das Nações Unidas, 1948).

Na linha de evolução histórica de políticas destinadas ao idoso, em 1974 foi criado o benefício de renda mensal vitalícia para os idosos pobres, no valor de meio salário-mínimo, mas condicionado apenas para os que tivessem contribuído com a previdência (Behring; Boschetti, 2011). Neste mesmo ano, houve a criação do Ministério de Previdência Social, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS e o estabelecimento da Renda Mínima Vitalícia que possibilitou que os idosos que tinham sido afastados do mercado de trabalho fossem atendidos nas suas necessidades de renda (Couto, 2010).

Desta forma, mudanças mais significativas, vieram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual trouxe em seu contexto um conjunto de direitos sociais, conhecida como a Constituição Cidadã. A Carta Magna estabelece a base jurídica para a proteção dos direitos humanos no Brasil, incluindo a proteção à pessoa idosa. No artigo 1º, a Constituição afirma que a cidadania e a dignidade da pessoa humana são pilares do Estado Democrático de Direito, o que significa que todas as políticas e leis devem garantir esses valores para todos os cidadãos, independentemente de sua condição ou idade (Brasil, 1988).

No artigo 3º, a Constituição reforça o compromisso com a promoção do bem de todos e com a não discriminação em razão de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra característica. Esse artigo tem um papel fundamental na proteção das pessoas idosas, uma vez que deixa claro que a idade não pode ser motivo de tratamento desigual ou de discriminação. Assim, o Estado brasileiro se compromete a assegurar que todos os cidadãos, incluindo os idosos, tenham acesso igualitário a direitos e oportunidades, promovendo uma sociedade inclusiva e que valorize a diversidade etária.

Além das disposições gerais que podem abranger os idosos, a Constituição Federal de 1988 também inclui previsões específicas para essa faixa etária, evidenciando uma preocupação direta com sua proteção. Um exemplo importante é o artigo 229, que determina que os filhos maiores têm o "dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade". Já o artigo 230 estabelece que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida". Essas disposições reforçam o princípio da solidariedade social, comprometendo toda a sociedade com o cuidado e a proteção dos idosos (Brasil, 1988).

A Constituição de 1988 foi inaugural na proteção social com ênfase ao idoso, destacando no artigo 230 que o apoio ao idoso é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, reforçando que programas de apoio aos idosos devem ser implementados, preferencialmente, em seus próprios lares, reafirmando o princípio de preservação dos laços familiares. Esse princípio parte do entendimento de que a retirada de um idoso de seu ambiente familiar deve ser uma medida excepcional. Além disso, o mesmo artigo garante a gratuidade dos transportes urbanos para pessoas com mais de 65 anos, assegurando-lhes o direito à acessibilidade (Camarano; Pasinato, 2004).

Outro ponto significativo da proteção constitucional aos idosos está no artigo 129, inciso III, que atribui ao Ministério Público a função de promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos. Nesse contexto, o Ministério Público é responsável também pela defesa dos direitos da população idosa, incluindo sua proteção enquanto grupo vulnerável e merecedor de atenção específica dentro da sociedade (Brasil, 1988).

Esse compromisso constitucional cria um alicerce para legislações específicas, como o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde do Idoso, que detalham e operacionalizam os direitos assegurados à população idosa, sempre em consonância com os princípios de cidadania e dignidade. Dessa forma, a Constituição de 1988 não apenas protege o idoso contra qualquer forma de discriminação, mas também estabelece um padrão de respeito e promoção ativa de sua dignidade e bem-estar.

No que se refere a competência do Estado, cabe o papel de implementar serviços e programas que atendam as demandas dessa população conferindo-lhes a garantia de efetivação de seus direitos (Duarte, 1997). O Estado deve estar atento às condições que podem tornar o envelhecimento um processo de precarização da vida; que destitui o idoso da vivência em plenitude de sua dignidade. É na dinâmica do cotidiano que se torna mais cidadão e se reafirma a igualdade em dignidade. Somos iguais em nossa diversidade e, estas não podem ser transformadas em desigualdades (Oliveira, 2019).

Em relação a legislação mais recente, os Direitos Humanos e Fundamentais, suporte do Estado Democrático de Direito, a partir do que apregoa à Constituição Federal do Brasil de 1988 no tocante aos Direitos dos Idosos, destaca os

dispositivos legais posteriores à Constituição e que tratam sobretudo, dos direitos dirigidos a essa população, quais sejam, a Lei 10.741/03 - o Estatuto do Idoso, norma mais objetiva na proteção do direito e da valorização do idoso. Nessa mesma linha, a Lei 8.842/94, que estruturou a Política Nacional do Idoso, objetiva verificar quais as probabilidades de efetivação do amparo atribuído a pessoa idosa no Brasil, por meio da análise das estruturas existentes e do papel que possui o Estado, a sociedade e a família

2.4.2 Política Nacional do Idoso e Estrutura Institucional (Lei nº 8.842/1994)

Assim, ainda que houvesse avanços na proteção do Idoso, com a previsão de sua proteção na Carta Magna, por vários anos não houve proteção efetiva destes direitos, carecendo de melhor regulamentação e de uma política mais voltada para esse grupo específico. Foi assim que, somente em 1994, após reivindicações realizadas pela sociedade e movimentos sociais surge a Política Nacional do Idoso, consolidada através da Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994, que compreende um conjunto articulado de ações governamentais destinadas a garantir os direitos sociais da população idosa, fundamentando-se no princípio de que o idoso é sujeito de direitos e deve ser atendido de forma específica e integral, considerando as distintas dimensões de suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas (Camarano; Pasinato, 2004).

A legislação em comento tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (Art. 1º), pautado nos seguintes princípios (Art.3º):

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (Brasil, 1994).

Com os princípios e diretrizes elencados na legislação observa-se que se passa a assegurar o mínimo de proteção à pessoa idosa a partir de uma abordagem

abrangente e humanizada para a garantia dos direitos e da qualidade de vida da população idosa no Brasil, destacando a responsabilidade compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado, reforçando que a proteção é um compromisso coletivo, portanto uma questão social. Destarte, os preceitos acima destacados estabelecem um alicerce essencial para a promoção dos direitos da pessoa idosa, enfatizando a inclusão, o respeito e a participação ativa desse grupo na sociedade.

Outro ponto em destaque da Política Nacional do Idoso é a Criação dos Conselhos do Idoso com atuação no âmbito municipal, estadual e federal, com o propósito de supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas, conforme estabelecido no artigo 7º da referida Lei (Brasil, 1994).

A Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842/1994, constitui um importante avanço na garantia dos direitos da população idosa, ao estabelecer princípios baseados na cidadania, na participação social e na responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família. Essa legislação representa uma mudança de paradigma ao superar a perspectiva assistencialista e filantrópica, passando a reconhecer a pessoa idosa como sujeito de direitos e destinatária de políticas públicas descentralizadas e articuladas. Ademais, a política prioriza a manutenção do idoso no ambiente familiar e comunitário, sendo a institucionalização prevista apenas em caráter excepcional (Faleiros, 2013).

Ainda de forma mais direcionada a saúde houve a criação de uma política específica para a população idosa que 1999, com a instituição da Política Nacional de Saúde do Idoso pelo Ministério da Saúde (Portaria 1.395/GM do Ministério da Saúde), a qual se estrutura a partir de dois eixos centrais: a adoção de ações preventivas, com ênfase na promoção da saúde, e a oferta de atendimento multidisciplinar direcionado às demandas desse grupo etário. Em consonância com essa diretriz, o Programa Saúde da Família reconhece a necessidade de uma atenção diferenciada aos idosos, materializada por meio de ações de promoção e proteção específicas, da detecção precoce dos agravos mais recorrentes e de intervenções oportunas, além de estratégias de reabilitação que visem preservar a permanência do idoso no convívio familiar e social (Camarano; Pasinato, 2004).

Posteriormente, em 2002, O Ministério da Saúde propõe a organização e a implantação de redes estaduais de assistência à saúde do idoso, por meio da Portaria de nº 702/2002, partindo das condições de gestão e a divisão de

responsabilidades dispostas pela Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), promovendo a operacionalização das redes por meio da criação de normas para o cadastramento de Centros de Referências em Atenção à Saúde do Idoso (Portaria de nº 249/2002) a pelo Presidente da República em outubro desse mesmo ano (Souza et al., 2021).

Ainda em 2002, é possível destacar também a criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), que marcou o início de uma nova etapa na formulação de políticas voltadas para a população idosa. Sob a perspectiva dos direitos humanos, a criação do CNDI representou um avanço significativo. Esse órgão fortaleceu as reivindicações dos movimentos sociais, que buscavam um espaço público para reunir diversos atores e consolidar a luta pelos direitos humanos dos idosos no Brasil. Além disso, o CNDI abriu um canal de diálogo e consenso entre sociedade e governo, essencial para a defesa, promoção, monitoramento e acompanhamento de ações que garantam os direitos desse grupo populacional (Nunes, 2018).

2.4.3 Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003): Consolidação e Ampliação de Direitos

Em 2003, o Congresso Nacional aprova o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) que representa um marco importante na defesa dos direitos da população idosa. Essa legislação foi elaborada a partir da constatação da necessidade de um dispositivo legal específico que assegurasse o pleno exercício dos direitos dessa parcela da população, que muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade, consolidando, em um único e abrangente instrumento legal, diversas leis e políticas públicas já existentes. Além de sistematizar esse arcabouço normativo, o Estatuto incorporou novos elementos e abordagens, conferindo um tratamento integral e uma perspectiva de longo prazo às medidas destinadas à promoção do bem-estar da população idosa (Camarano; Pasinato, 2004).

O Estatuto reafirma que é considerado idoso no Brasil todo indivíduo com 60 anos ou mais e determina que essa população deve ter acesso pleno a direitos fundamentais. No artigo 2º, a lei estabelece que os idosos gozam de todos os direitos humanos básicos, os quais são inerentes à dignidade da pessoa e essenciais para assegurar a qualidade de vida e a autonomia. Esses direitos incluem o acesso à saúde, educação, cultura, esporte, lazer e oportunidades de

desenvolvimento intelectual, moral, social e espiritual, de modo a preservar a dignidade e a liberdade dos idosos (Brasil, 2003).

Além disso, a legislação em apreço reforça a responsabilidade conjunta da família, da comunidade, da sociedade e do Estado para a promoção e proteção dos direitos dos idosos. Essa obrigação abrange não apenas a proteção à vida e à saúde, mas também a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, ao respeito, à cidadania e à dignidade. Portanto, o Estatuto do Idoso reflete um compromisso legal e social com a proteção e a valorização da população idosa no Brasil, evidenciando o papel ativo da sociedade e das instituições na promoção do bem-estar dessa faixa etária (Brasil 2003).

O Estatuto do Idoso estabelece uma abordagem integrada de proteção e garantia de direitos, buscando assegurar não apenas a proteção social, mas também a dignidade, a participação e a cidadania da pessoa idosa. A legislação representa um avanço significativo na consolidação dos direitos dessa população, ao definir responsabilidades do Estado, da sociedade e da família na garantia do bem-estar e da inclusão social dos idosos. Dessa forma, o Estatuto contribui para a efetivação de políticas públicas e para a consolidação de direitos em diferentes áreas, fortalecendo a cidadania e a proteção jurídica da pessoa idosa. (Faleiros, 2013).

Contudo, para aqueles que trabalham no sistema de proteção dos direitos dos idosos, essa situação oferece uma oportunidade para que tanto as pessoas quanto o Estado compreendam que o envelhecimento não deve ser visto como um problema, mas sim como uma conquista para a humanidade, proporcionando uma vida mais longa. Esse fenômeno impacta a todos, de modo que garantir a segurança e o bem-estar dos idosos é, na verdade, uma forma de assegurar nosso próprio futuro. Afinal, o envelhecimento é um ciclo natural da vida que influencia todas as sociedades.

Portanto, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) foi criado com o objetivo de garantir a proteção, o bem-estar e a dignidade das pessoas com 60 anos ou mais. Ele estabelece direitos fundamentais e diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas para essa população como os direitos fundamentais, a garantia de saúde e assistência social, prioridade no atendimento e benefícios sociais, educação, trabalho, participação Social, moradia, transporte e a garantia de proteção e fiscalização desses direitos (Brasil 2003).

Quanto aos direitos fundamentais do idoso, a legislação assegura direitos essenciais, como vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, liberdade, respeito e dignidade. Além disso, qualquer forma de negligência, discriminação, violência ou abuso contra essa população é expressamente proibida, com a criminalização de atos de agressão física, psicológica e abandono (Brasil 2003).

2.4.4 Políticas Setoriais: Saúde, Assistência Social e Previdência

Já em relação à saúde e assistência social, a Lei prevê que o atendimento integral e prioritário no Sistema Único de Saúde (SUS) é garantido, com ênfase na prevenção e tratamento de doenças. Os idosos também têm direito ao fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e assistência domiciliar quando necessário. Além disso, órgãos como o Ministério Público são responsáveis pela fiscalização de instituições que prestam atendimento a essa população (Brasil 2003).

No que diz respeito à prioridade no atendimento e concessão de benefícios sociais, o Estatuto assegura aos idosos o atendimento preferencial em serviços públicos e privados, principalmente nas áreas de saúde, segurança e assistência social. Também recebem prioridade na restituição do imposto de renda e no desenvolvimento de políticas sociais. Para aqueles que não possuem meios próprios de subsistência, é garantido um benefício mensal equivalente a um salário-mínimo (Brasil 2003).

Acerca da educação, trabalho e participação Social o texto legal estabelece a inclusão de idosos em programas educacionais e de capacitação profissional é incentivada, garantindo-lhes oportunidades de aprendizado contínuo. No mercado de trabalho, eles têm direito à não discriminação por idade e preferência em casos de desempate em concursos públicos. Além disso, existem programas voltados à preparação para a aposentadoria e estímulo à contratação de idosos (Brasil 2003)

A Lei nº 10.741/2003 garante ainda ao idoso o direito a moradia digna, seja em ambiente familiar ou em instituições de longa permanência. Também possuem prioridade em programas habitacionais subsidiados pelo governo. No transporte, a gratuidade no transporte coletivo urbano é assegurada para maiores de 65 anos, além da reserva de assentos prioritários. Para aqueles com baixa renda, há descontos e gratuidade em viagens interestaduais (Brasil 2003).

Por fim, a legislação estabelece mecanismos de fiscalização para garantir o cumprimento dos direitos dos idosos, incluindo a prioridade processual em ações judiciais. Entidades que descumprirem as normas do Estatuto do Idoso estão sujeitas a penalidades, como multas e suspensão de atividades. Além disso, há incentivo à divulgação de conteúdos educativos sobre o envelhecimento, visando combater preconceitos e promover o respeito à população idosa (Brasil 2003).

Dessa forma, o Estatuto do Idoso se consolida em um instrumento legal com 118 artigos que versam sobre as diversas áreas dos direitos fundamentais e das necessidades de proteção dos idosos, fortalecendo os dispositivos já existentes na Política Nacional do Idoso (PNI) e afirma-se como um marco na proteção dos direitos dessa população, estabelecendo mecanismos legais para garantir sua dignidade e qualidade de vida (Camarano; Pasinato, 2004).

Em 2006 foi aprovada pelo Ministério da Saúde a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria 2.528/2006) com o propósito de promover a atenção integral e digna à saúde dos idosos brasileiros, particularmente para aqueles que enfrentam o envelhecimento com condições crônicas e limitações significativas em seu bem-estar biopsicossocial. Esse grupo, que muitas vezes vivencia um processo de envelhecimento marcado por doenças crônicas e agravos à saúde, requer uma abordagem diferenciada que vá além do tratamento de doenças, contemplando também a manutenção e recuperação de sua autonomia e independência (Brasil 2006).

Para alcançar esses objetivos, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) estabelece medidas e ações individuais e coletivas voltadas à promoção da saúde dos idosos. Essas ações visam não apenas o tratamento de doenças, mas também a prevenção, a promoção e a reabilitação da saúde para que os idosos possam manter sua funcionalidade e qualidade de vida. A proposta considera os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), como a universalidade, integralidade e equidade, garantindo que a atenção à saúde dos idosos seja acessível, integral e adaptada às necessidades específicas dessa população (Souza et al. 2021).

Entre as estratégias da PNSPI, destacam-se a prevenção de incapacidades, a promoção de um envelhecimento saudável, o apoio aos cuidadores e familiares, e o desenvolvimento de programas de educação em saúde que envolvam a comunidade. A política também valoriza o trabalho interdisciplinar e a articulação

entre os diferentes níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária), buscando assegurar um atendimento contínuo e coordenado. Dessa forma, a PNSPI não apenas contribui para melhorar a saúde física e mental dos idosos, mas também para preservar sua dignidade e inclusão social, promovendo um envelhecimento ativo e saudável (Brasil, 2006).

No que tange à Previdência, a Constituição, em seu artigo 201, estabelece que a Previdência Social será estruturada sob o regime geral, com caráter contributivo e filiação obrigatória, observando critérios para manter o equilíbrio financeiro e atuarial. Esse regime contempla, entre outros eventos, doença, invalidez, morte e idade avançada, garantindo ao idoso o direito à aposentadoria, cujas condições variam conforme a idade, sexo, o tipo de trabalho (urbano ou rural) e, em algumas situações, o tempo de contribuição (Brasil, 1988).

Outrossim, para idosos que não contribuíram para a Seguridade Social, a Constituição Federal prevê o Benefício de Prestação Continuada (BPC), estabelecido no artigo 203, inciso V, o qual assegura um salário-mínimo mensal ao idoso ou à pessoa com deficiência que comprove não ter meios próprios para se manter nem contar com o apoio financeiro da família, conforme estabelecido em lei (Brasil, 1988).

O BPC foi regulamentado pela Lei nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e atualizado pelas Leis nº 12.435, de 2011, e nº 12.470, de 2011, além dos Decretos nº 6.214, de 2007, e nº 6.564, de 2008. Esse benefício, que integra a Política de Assistência Social, é de caráter individual, não vitalício e intransferível, e destina-se a idosos a partir de 65 anos e pessoas de qualquer idade com deficiência de longo prazo (física, mental, intelectual ou sensorial) que enfrentam barreiras para sua plena participação na sociedade em condições de igualdade (Brasil, 1993).

Para solicitar o benefício, tanto a pessoa com deficiência quanto o idoso devem comprovar a ausência de recursos para o próprio sustento e de apoio familiar. A legislação exige, para esse fim, que a renda familiar *per capita* seja inferior a um quarto do salário-mínimo vigente. A família é definida como o beneficiário titular, cônjuge ou companheiro, pais, madrasta ou padrasto (na ausência dos pais), irmãos solteiros, filhos e enteados solteiros e menores tutelados, desde que todos residam sob o mesmo teto (Brasil, 1993).

Importante esclarecer que o acolhimento do idoso em instituições de longa permanência, como hospitais ou abrigos, não impede o recebimento do BPC. Além disso, aposentados por invalidez que precisem de assistência permanente têm direito a um acréscimo de 25% no benefício (artigo 45 da Lei nº 8.213/91). Se outro membro da família também for beneficiário assistencial, este não será contabilizado na renda familiar para uma nova solicitação de benefício (Brasil, 1991,1993).

A gestão do BPC é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social, que coordena, regulamenta, monitora e avalia o benefício. O financiamento do BPC provém dos recursos da Seguridade Social, transferidos ao INSS, que executa o pagamento por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (Brasil, 1993).

Nessa mesma linha de proteção à pessoa idosa, o Estado do Rio Grande do Sul lançou o programa Saúde 60+ RS que se constitui uma das principais iniciativas de saúde pública do Estado voltadas à população idosa, especialmente aquelas consideradas frágeis ou com diagnóstico/suspeita de demência. Implementado pela Secretaria da Saúde do Estado como um Serviço Especializado de Saúde da Pessoa Idosa, o programa oferece atendimento ambulatorial regionalizado e multidisciplinar, integrando profissionais de diferentes áreas — como geriatras, médicos de família, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e fisioterapeutas — para promover uma abordagem integral centrada na Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa e no fortalecimento do vínculo com a Atenção Primária à Saúde (APS). Essa organização busca promover a funcionalidade, a autonomia e a qualidade de vida dos idosos, além de contribuir para o manejo de situações clínicas complexas e suportar as famílias no cuidado contínuo (Rio Grande do Sul, 2025).

A operacionalização do Saúde 60+ RS dá-se por meio de ambulatórios regionalizados em diversas Coordenadorias Regionais de Saúde, com encaminhamentos realizados pelas unidades básicas de saúde e gestão pelo Sistema de Gerenciamento de Consultas (GERCON). O programa está alinhado às metas do Plano Plurianual 2024–2027 e do Plano Estadual de Saúde 2024–2027, refletindo sua importância estratégica para qualificar o cuidado integral à pessoa idosa no estado. A iniciativa também é objeto de normativas específicas — como a Portaria SES nº 140/2025 — que regulamentam sua implantação, financiamento e monitoramento, com previsão de implantação de até 20 centros especializados,

fortalecendo a rede de atenção à saúde do idoso no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), (Rio Grande do Sul, 2025).

A análise das políticas voltadas para a população idosa demonstra que, ao longo das décadas, o Brasil avançou significativamente na construção de um arcabouço legal e institucional para garantir a proteção, a inclusão e o bem-estar desse grupo. Desde as primeiras iniciativas assistencialistas até a formulação do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso, percebe-se um esforço contínuo para assegurar direitos fundamentais, promover a participação social e garantir uma velhice digna. No entanto, apesar dos avanços legislativos, persistem desafios na efetiva implementação dessas políticas, principalmente no que tange à infraestrutura de atendimento, fiscalização e garantia da qualidade dos serviços prestados aos idosos. O crescimento acelerado da população idosa exige não apenas a manutenção dos direitos conquistados, mas também a ampliação e o aprimoramento das políticas públicas, com enfoque em uma abordagem integrada e na participação ativa da sociedade. Assim, torna-se essencial fortalecer mecanismos que assegurem o envelhecimento saudável e digno, promovendo o respeito, a inclusão e a valorização dos idosos como cidadãos plenos de direitos.

2.5 Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional

Conforme já observado inicialmente, o envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno demográfico crescente e significativo, com profundos efeitos sociais e econômicos. O país está passando por uma transição demográfica marcada pela redução das taxas de mortalidade e fecundidade, que tem resultado em uma proporção crescente de idosos na população. Este envelhecimento é resultado de um declínio acelerado nas taxas de fecundidade, especialmente desde a década de 1960, quando métodos contraceptivos se tornaram mais acessíveis e a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou.

O crescimento da população idosa apresenta desafios significativos tanto de ordem econômica quanto social. Com a redução relativa da população em idade ativa e o aumento do contingente de idosos, há maior pressão sobre os sistemas de previdência social, saúde e sobre as finanças públicas, o que exige a reformulação e adaptação das políticas públicas para atender às novas demandas decorrentes do envelhecimento populacional. (Wong; Carvalho, 2006).

2.5.1 Repercussões do Envelhecimento Populacional na Previdência Social

O envelhecimento populacional produz impactos tanto na esfera social quanto econômica, refletindo diretamente nos gastos públicos, especialmente nas áreas de saúde e seguridade social. Diante dessa nova realidade demográfica, torna-se necessária a reformulação das políticas públicas, a fim de garantir a sustentabilidade dos sistemas sociais e o atendimento adequado às demandas crescentes da população idosa. (Veras, 2009).

Conforme pesquisa realizada, em 2010 havia 39 idosos para cada grupo de 100 jovens, já a perspectiva para 2040 é que sejam 153 idosos para cada 100 jovens. Como essas mudanças vêm acontecendo de forma acelerada, é necessária uma resposta ágil e eficaz do Estado por meio da criação e execução de políticas públicas essenciais. Assim, um dos desafios do envelhecimento populacional é a adequação da Seguridade Social (Miranda, et al. 2016).

Para Bitencourt (2019) o aumento da população idosa exige a formulação de políticas públicas, destacando que a Constituição Federal de 1988 tem acenado positivamente neste sentido ampliando os direitos civis e sociais, entre eles a garantia de renda a pessoa idosa, por meio dos benefícios contributivos (previdenciários) ou não contributivos (sociais).

Dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam o aumento da expectativa de vida nos últimos 120 anos (Tabela 1). Em 1920 a esperança de vida ao nascer era de 35,2 anos, enquanto em 2022 chegou a 75,5 anos e deve chegar a 79,9 anos em 2040. De acordo com a tabela apresentada, além da elevação da expectativa de vida, é possível observar o índice de envelhecimento e a evolução histórica de acordo com as faixas etárias.

Tabela 3 - Estimativa da população brasileira e características demográficas entre os anos de 1920 e 2040.

FAIXA ETÁRIA	1920	1950	1980	2010	2022
0 a 4 anos	4593163	8370880	16423700	13796159	12704860
5 a 9 anos	4575530	7015527	14773741	14969375	13749440
10 a 14 anos	3909630	6308567	14263322	17166761	13674997
15 a 19 anos	4217917	5502315	13575971	16990870	14375942
20 a 24 anos	2139364	4991139	11513220	17245190	15466463
25 a 29 anos	2487431	4132271	9442217	17104413	15469723
30 a 39 anos	3560225	6286052	14039109	29633093	31645908
40 a 49 anos	2401200	4365359	10377274	24842718	29712282
50 a 59 anos	1451319	2650314	7250094	18416621	24167687
60 a 69 anos	800866	1451468	4474511	11349929	17820621
70 ou mais	433310	753873	2741506	9240670	14292869
Esperança de vida ao nascer	35,2	52,3	64,7	73,9	75,5
Razão de dependência	89	85,6	79,6	55,2	44,9
Índice de envelhecimento	10,6	10,2	15,9	39,3	80

Fonte: Dados adaptados (IBGE 2015-2022).

Na América Latina, o rápido envelhecimento populacional e suas implicações para os sistemas de seguridade social têm sido amplamente discutidos. Estudos apontam que o crescimento do contingente de idosos economicamente inativos ou dependentes aumenta a demanda por políticas públicas específicas, impactando diretamente os sistemas previdenciários. Nesse contexto, os benefícios sociais desempenham papel fundamental na manutenção da renda da população idosa e na redução da pobreza entre esse grupo etário. (Canamaro; Pasinato, 2007).

No Brasil, a influência da dinâmica demográfica sobre a previdência social tem sido analisada por diversos autores, que apontam que o envelhecimento populacional e o aumento da razão de dependência⁴ tendem a elevar os gastos previdenciários e pressionar o equilíbrio financeiro do sistema. A transição demográfica brasileira impõe a necessidade de ajustes estruturais na previdência social, uma vez que a redução da população em idade ativa e o aumento do número de beneficiários comprometem a sustentabilidade do sistema no longo prazo. (Tafner, 2012).

De acordo com dados do IBGE, a população brasileira com mais de 60 anos cresceu 42% entre 2000 e 2010. Esse aumento tem levado os formuladores de

⁴ Razão de dependência: indicador demográfico que relaciona a população considerada dependente (crianças e idosos) com a população em idade potencialmente ativa, indicando a pressão exercida sobre o grupo economicamente produtivo.

políticas públicas a reconsiderarem as necessidades desse grupo. É direito garantido pela Constituição Federal a renda para os idosos, por meio de benefícios. Isso resultou em um aumento na proporção de idosos que recebem benefícios, tornando essa fonte de renda cada vez mais importante para a sustentação financeira dessa faixa etária. Por conseguinte, a Previdência Social cobre uma série de contingências e riscos garantindo diversos benefícios como aposentadorias, pensões por morte, auxílios (por doença, por acidente e por reclusão), salário (família e maternidade) e serviços (perícia e reabilitação profissional), se consolidando como o maior programa de transferência de renda do governo federal (Bitencourt, 2019).

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), vinculado à Assistência Social, é uma transferência mensal de renda equivalente a um salário-mínimo, conforme estabelecido pelo artigo 203 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelos artigos 20 e 21 da Lei Orgânica de Assistência Social. Esse benefício não exige contribuições prévias ao sistema de Seguridade Social e é destinado a pessoas idosas com mais de 65 anos ou pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho, cuja renda familiar *per capita* seja inferior a um quarto do salário-mínimo (Brasil, 1988, 1993).

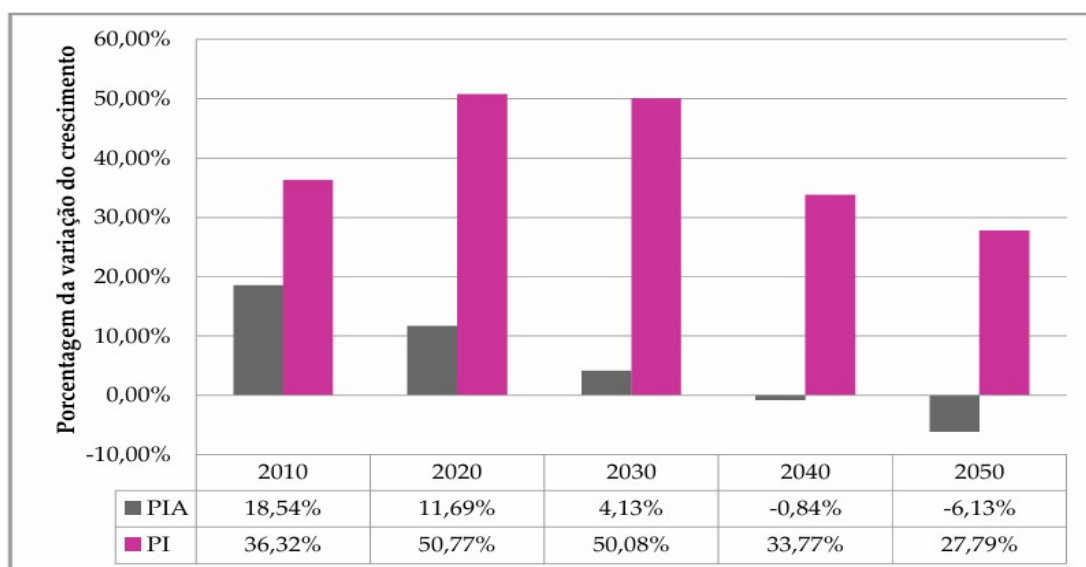
A gestão do BPC envolve o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como órgão operador e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) como órgão regulador. Assim, apesar de o MDS coordenar o programa, o benefício deve ser solicitado nas agências do INSS. O financiamento do BPC é realizado com recursos da Seguridade Social, direcionados ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Em 18 anos de existência, o BPC registrou um aumento superior a quatrocentas vezes no número de concessões para idosos e em 2014, 75,2% dos homens idosos e 74,7% das mulheres eram beneficiários da Previdência Social (Bitencourt, 2019).

Lima et al. (2024) refere que de acordo com Tribunal de Contas da União (TCU) (2019) o número de benefícios assistenciais (ao idoso e deficientes) era de 1,5 milhão para mais de dois milhões de pessoas no período de 1996 a 2018. Em levantamento realizado pelo mesmo órgão constatou-se que em razão do aumento da expectativa de vida, o tempo médio de recebimento do benefício que era de 5,5 anos, passou mais de 10 anos e a idade média de morte dos beneficiários que era de 74,9 anos, passou para 77,9 anos. Os fatores destacados contribuem também

para o aumento do déficit previdenciário do governo federal com gastos previdenciários, tendo uma taxa de crescimento de 11,9% ao ano, conforme o TCU (2020), o que pode comprometer a sustentabilidade da Previdência Social brasileira.

Mesmo em relação aos benefícios contributivos, em razão do sistema do regime de repartição simples, há necessidade de equilíbrio entre o pagamento de benefício e contribuintes, que também é afetado pela transição demográfica. Na nova situação demográfica o número de jovens que irão custear os benefícios vai reduzir significativamente. Além do mais, a população em idade ativa (PIA) vai reduzindo cada vez mais enquanto aumenta a população idosa (Lima et al., 2024).

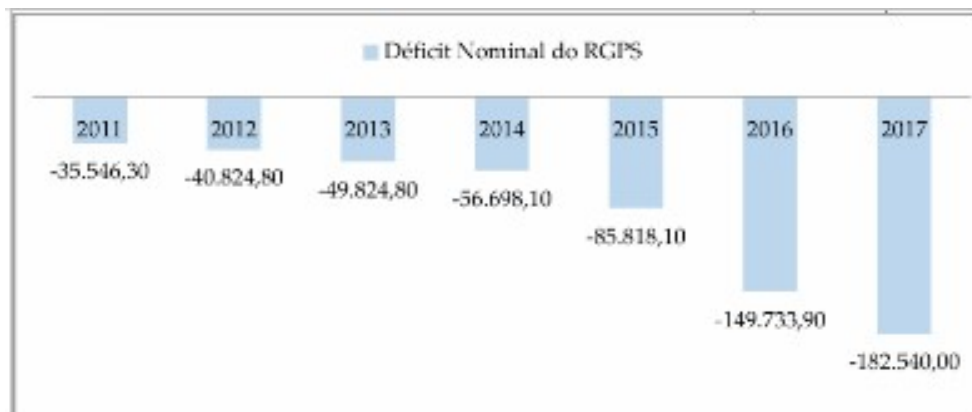
Figura 10 - Variação das taxas de crescimento da população em idade ativa (PIA) e da população idosa (PI), entre 2010 e 2050.



Fonte: Adaptado de Projeção da População do Brasil do IBGE, 2013.

A realidade apresentada na Figura 10 demonstra o aumento constante do desequilíbrio financeiro do Regime Geral de Previdência Social, que de 2015 para 2016 aumentou cerca de 75%, enquanto em 2017 ocorreu um acréscimo de 22% (Nascimento et al., 2020).

Figura 11 - Déficit nominal do RGPS entre 2011 e 2017 (em milhões).



Fonte: Adaptado de Secretaria de Previdência, 2017.

De outro lado, as aposentadorias desempenham um papel crucial na dinâmica econômica dos idosos, representando uma fonte fundamental de renda para essa parcela da população. Para muitos idosos, a aposentadoria é a principal ou até mesmo a única fonte de sustento financeiro após anos de contribuição para o sistema previdenciário. Assim, o grau de dependência dos idosos em relação ao suporte de renda oferecido pelo Estado é expressivo. Para muitos, os benefícios previdenciários representam uma base essencial para garantir um padrão de vida minimamente digno na terceira idade. Essa provisão estatal afeta não só a vida dos aposentados individualmente, mas também tem repercussões significativas na estrutura familiar, sendo frequentemente uma parte importante da renda total das famílias (Lira, 2023).

Portanto, não se pode deixar de reconhecer a relevância das aposentadorias e benefícios sociais não apenas para o bem-estar dos idosos, mas também para a estabilidade financeira de famílias inteiras. Qualquer alteração no sistema previdenciário demanda uma análise atenta e sensível, que vá além dos dados e das políticas, considerando o reflexo direto na qualidade de vida de uma parcela significativa da população (Lira, 2023).

Para Lima et al. (2025), a sustentabilidade da previdência é uma preocupação que não se restringe ao Brasil, pois o crescimento da população idosa atinge diversos países, o que exige dos governantes a adoção de medidas para manutenção do sistema, destacando-se as reformas previdenciárias, com enfoque

principal na elevação da idade mínima e aumento do tempo de contribuição, como recentemente ocorreu no Brasil.

Desta forma, um desafio a ser superado é de se conciliar a garantia fundamental à previdência social e o equilíbrio atuarial e financeiro pelo governo, para assegurar uma aposentadoria digna àqueles que contribuíram durante toda uma vida de trabalho, sem comprometer a sustentabilidade do regime previdenciário para as futuras gerações (Lima et al. 2025).

Considerando que o envelhecimento populacional é um fenômeno consolidado e possivelmente irreversível, a necessidade de ajustes e reformas na previdência social certamente estará entre as prioridades dos agentes públicos. Por fim, ressalta-se que nenhuma reforma oferecerá uma solução definitiva e permanente para o sistema previdenciário brasileiro. É essencial que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) seja continuamente revisado, em um processo de ampla discussão com todos os setores da sociedade, para assegurar a sustentabilidade dessa importante ferramenta de proteção e bem-estar social bem como a dignidade da população por ela amparada.

2.5.2 Repercussões do Envelhecimento Populacional no Sistema de Saúde Pública - SUS

No Brasil, desde 1872, são realizados censos que fornecem informações essenciais sobre a estrutura demográfica nacional, abrangendo as regiões, estados e municípios. Em 2018, a população idosa brasileira correspondia a cerca de 13% da população total — uma das menores proporções quando comparada a países desenvolvidos. Contudo, o envelhecimento da população brasileira vem se intensificando rapidamente, um processo comprovado por diversos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicando que essa tendência deve se acentuar ainda mais nos próximos anos. De acordo o censo de 2022, a população idosa do Brasil chegou a 15,8% e, mesmo com os efeitos da pandemia, continua avançado (IBGE, 2022).

Tabela 4 – Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões – 2022

Nível geográfico	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 59 anos (%)	População de 60 anos ou mais de idade (%)
Brasil	19,8	64,4	15,8
Norte	25,2	64,4	10,4
Nordeste	21,1	64,4	14,5
Sudeste	18,0	64,3	17,6
Sul	18,5	63,9	17,6
Centro-Oeste	20,9	65,9	13,2

Fonte: IBGE (2022)

O envelhecimento populacional produz impactos significativos sobre o sistema de saúde, uma vez que os gastos em saúde variam de acordo com a idade, sendo mais elevados nas fases iniciais da vida e aumentando de forma expressiva nas idades mais avançadas. O crescimento da população idosa está associado ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis, o que eleva a demanda por serviços de saúde, internações hospitalares e tratamentos de longa duração, gerando maior pressão sobre os sistemas públicos de saúde, como o Sistema Único de Saúde (SUS). (Veras, 2009).

A transição demográfica acelerada no Brasil, que tem elevado a idade mediana da população, gera repercussões significativas na saúde pública, especialmente devido ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis, o que impõe uma grande demanda ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com esse panorama em mente, o SUS acumulou experiência em planejamento ao longo dos anos, focando no fortalecimento de sua estrutura federativa e no estímulo à participação e controle social. Para orientar a gestão federal entre 2012 e 2015, o SUS desenvolveu o Plano Nacional de Saúde (PNS), alinhado ao Plano Plurianual (PPA), que integra planejamento e orçamento federal. Estruturado em 14 diretrizes, o PNS incluiu ações estratégicas e compromissos para o setor. Durante sua elaboração, houve respeito à participação social e diálogo com estados e municípios, tendo sido apresentado à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e, ao final, discutido e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2011).

O que se constata é que, quando o SUS foi idealizado, tinha-se como objetivo, a universalização do acesso à saúde com atenção integral. No entanto, o

desafio de tornar viável um sistema de saúde socializado e gratuito colidiu com a transição demográfica em franco progresso e a realidade econômica. Como qualquer serviço oferecido gratuitamente, a demanda por saúde tornou-se praticamente infinita, refletindo o desejo contínuo da população em consumir esses serviços. Desde a sua criação, o SUS tem enfrentado o problema crônico da escassez de recursos, o que dificulta a realização de seus princípios fundamentais de universalidade, integralidade e equidade (Vanzella, 2020).

Outrossim, como os recursos disponíveis para a saúde são limitados, mas a demanda é contínua, o governo se vê obrigado a implementar vários controles de custos, e o acesso ao SUS segue como um dos maiores desafios. Mesmo com limites orçamentários impostos, a busca por consultas, exames, internações e cirurgias continua em alta. Com essa oferta limitada frente a uma demanda infinita, surgem inevitáveis filas de espera para tratamentos, cirurgias, medicamentos e consultas de rotina. Assim, o acesso oportuno e a qualidade da atenção à saúde permanecem temas centrais nas pesquisas acadêmicas e nas reivindicações dos movimentos sociais. Resolver esses problemas requer um novo planejamento e uma reestruturação do modelo atual (Vanzella, 2020).

Atualmente o SUS, com mais de três décadas de implementação, ainda não conseguiu entregar integralmente a promessa de atendimento de qualidade para toda a população, devido à discrepância entre recursos finitos e demanda infinita. Por isso, é necessário admitir que o SUS precisa de uma reforma profunda, pois os problemas estão se acumulando e é inviável esperar resultados melhores sem mudanças significativas. É fundamental entender que o futuro é construído com base no passado, o que demanda uma postura mais proativa para buscar um sistema de saúde melhor do que o atual e rejeitar a simples aceitação dos serviços como estão (Vanzella, 2020).

O envelhecimento populacional provoca transformações estruturais relevantes nos sistemas de saúde, especialmente em sistemas públicos universais como o Sistema Único de Saúde. Os gastos com saúde aumentam com a idade, principalmente devido à maior incidência de doenças crônicas e degenerativas entre a população idosa, o que resulta em maior utilização de serviços de saúde, aumento das internações hospitalares e necessidade de cuidados contínuos. Esse cenário impõe novos desafios ao planejamento e à organização dos serviços de saúde. (Veras, 2009).

A mudança demográfica decorrente do envelhecimento populacional impõe desafios importantes ao sistema de saúde, uma vez que a população idosa apresenta um perfil de morbidade caracterizado pela maior incidência de doenças crônico-degenerativas, maiores taxas de internação e maior utilização dos serviços de saúde, o que repercute no aumento dos gastos com saúde e na necessidade de reorganização das políticas públicas voltadas a esse segmento populacional (Canamaro, 2004).

O envelhecimento populacional é resultado da transição demográfica, caracterizada pela redução das taxas de fecundidade e mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida, o que altera a estrutura etária da população. Esse processo leva ao aumento do número de idosos e, conseqüentemente, ao crescimento dos gastos em saúde pública, uma vez que a população idosa utiliza mais serviços de saúde e demanda maior atenção médica e cuidados de longa duração, impactando diretamente o financiamento e a organização dos sistemas de saúde. (Canamaro, 2010).

Portanto, é necessário destacar a necessidade de implementar ações estratégicas para garantir tanto a estabilidade financeira quanto a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelo SUS, pois os desafios decorrentes do envelhecimento da população brasileira demonstram que é indispensável reorganizar a forma como o SUS é financiado e adotar políticas de saúde pública que sejam mais eficazes e voltadas à prevenção.

2.5.3 Repercussões do Envelhecimento Populacional no Trabalho e Emprego

Os efeitos do envelhecimento populacional podem ser observados também no Trabalho e Emprego, conforme explica Gomes e Pamplona (2015), uma vez que no Brasil, a transição demográfica, decorrente da diminuição das taxas de mortalidade e natalidade, tem gerado uma transformação rápida na distribuição etária da população. Esse fenômeno resulta em uma menor proporção de crianças e jovens (até 14 anos), um crescimento imediato da população jovem e adulta (de 15 a 60 anos, ou população em idade ativa - PIA) e um aumento expressivo no número de idosos (acima de 60 anos). Esse cenário traz inúmeros desafios e oportunidades para a economia e para a sociedade como um todo (Martin, 2005).

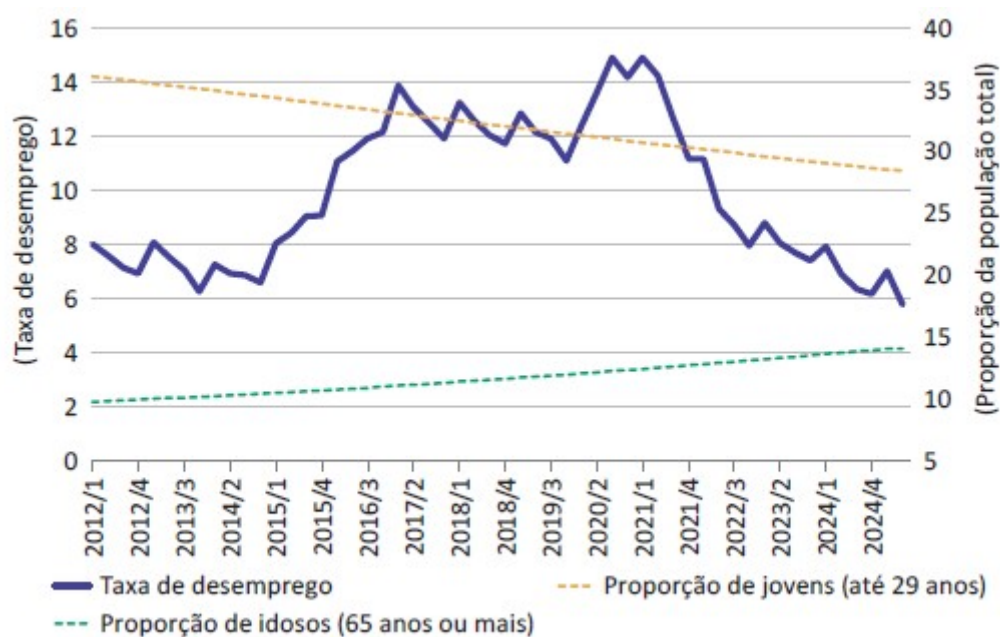
Importa destacar que o envelhecimento populacional não se caracteriza apenas pelo aumento do número absoluto de idosos, mas também pela redução relativa da população em idade produtiva. Em termos estruturais, cada nova geração tende a substituir as anteriores com contingentes menores de jovens, o que implica a diminuição progressiva da base da força de trabalho. Como observa Gomes e Pamplona (2015), esse processo tende a impactar negativamente o crescimento econômico, uma vez que diferentes grupos etários apresentam padrões distintos de participação produtiva, consumo e poupança. Assim, uma estrutura populacional mais envelhecida pode estar associada a ritmos mais lentos de expansão econômica.

Estudos recentes demonstram que esse fenômeno já produz efeitos mensuráveis no mercado de trabalho brasileiro. Segundo Ottoni (2025), o envelhecimento populacional exerce reflexos diretos sobre a dinâmica laboral, pois “à medida que cresce o número de pessoas aposentadas e diminui a entrada de jovens, a proporção de pessoas na força de trabalho encolhe”, resultando na redução da taxa de participação. Dados apresentados por Ottoni (2025) indicam que, entre 2012 e 2025, a proporção de jovens de 15 a 29 anos na população brasileira caiu de 36,1% para 28,5%, enquanto a participação dos idosos (65 anos ou mais) aumentou de 9,8% para 14,1%. Em simulação contrafactual realizada pelo autor, caso a estrutura etária tivesse permanecido no padrão observado em 2012, a taxa de desemprego no segundo trimestre de 2025 seria de 7,8%, e não de 5,8% como registrado. Ou seja, aproximadamente 2,1 pontos percentuais da redução observada podem ser atribuídos ao envelhecimento populacional. Tal constatação revela que parte da melhora nos indicadores de desemprego decorre da redução da taxa de participação e não necessariamente de um maior dinamismo econômico.

Esse cenário exige cautela na interpretação dos indicadores do mercado de trabalho. Conforme destaca Ottoni (2025), a diminuição da força de trabalho, provocada pela mudança na composição etária, pode mascarar a real situação do mercado, uma vez que a redução do desemprego pode estar associada à saída de indivíduos da força laboral e não à ampliação das oportunidades produtivas. Além disso, o avanço tecnológico e os processos de automação introduzem desafios adicionais, pois uma força de trabalho mais envelhecida pode enfrentar maiores dificuldades de requalificação e adaptação às novas exigências produtivas, o que tende a impactar a produtividade no longo prazo.

A Figura 12 ilustra a evolução simultânea da taxa de desemprego e da composição etária da população brasileira entre 2012 e 2024, permitindo visualizar de forma integrada as transformações demográficas e seus reflexos no mercado de trabalho. Observa-se a trajetória da taxa de desemprego no período, paralelamente à redução contínua da proporção de jovens (até 29 anos) e ao crescimento progressivo da participação dos idosos (65 anos ou mais) na população total. A representação gráfica evidencia a substituição gradual de uma estrutura etária mais jovem por uma população relativamente mais envelhecida, fenômeno que dialoga diretamente com a diminuição da taxa de participação e com as mudanças na dinâmica do desemprego discutidas anteriormente. Dessa forma, a figura reforça empiricamente o argumento de que parte das alterações observadas nos indicadores do mercado de trabalho está associada à transição demográfica em curso no país.

Figura 12 - Evolução da taxa de desemprego real e simulada entre 2012 e 2025



Fonte: PNADContínua Trimestral IBGE (2025).

Nesse contexto, a adaptação das organizações ao envelhecimento da força de trabalho torna-se fundamental para assegurar sua sustentabilidade e competitividade. Torna-se indispensável a implementação de políticas institucionais voltadas à inclusão e valorização dos trabalhadores mais experientes, reconhecendo o conhecimento acumulado e sua contribuição estratégica para o desempenho

organizacional (Lira, 2023). A convivência intergeracional no ambiente laboral pode favorecer a troca de saberes, fortalecer práticas colaborativas e ampliar a capacidade inovadora das organizações.

Em relação aos efeitos do envelhecimento populacional sobre o mercado de trabalho é possível destacar resultados diretos e indiretos. Os efeitos diretos se apresentam visíveis na oferta de trabalho, qualidade do trabalho, taxa de poupança, progresso técnico que acabam interferindo de forma direta no PIB do país. Já os efeitos indiretos do envelhecimento populacional se manifestam em virtude da taxa de dependência econômica e desequilíbrios orçamentários que eles provocam nos cofres públicos (Gomes e Pamplona, 2015).

Segundo o Fundo Monetário Internacional, uma das consequências mais relevantes do envelhecimento populacional é a redução do ritmo de expansão do Produto Interno Bruto (PIB). Estimativas apontam que esse processo pode provocar uma queda de até 0,6 ponto percentual ao ano no crescimento econômico global. Na ausência de medidas públicas eficazes, observa-se a tendência de retração da população economicamente ativa, o que compromete o nível de produtividade e o dinamismo da economia (Instituto de Longevidade, 2026).

Do ponto de vista das políticas públicas, torna-se igualmente urgente a adoção de estratégias que promovam a permanência e a reinserção de trabalhadores idosos no mercado de trabalho. Medidas como incentivos fiscais à contratação, programas específicos de qualificação profissional, combate à discriminação etária e flexibilização de jornadas podem contribuir para mitigar os efeitos negativos do envelhecimento sobre a oferta de trabalho (Costa, 2025). Tais ações são essenciais para evitar que a redução da população economicamente ativa comprometa o crescimento econômico e agrave os desequilíbrios fiscais associados ao aumento da taxa de dependência.

As políticas públicas necessárias para promover a inclusão e permanência dos idosos no mercado de trabalho devem contemplar medidas como incentivos fiscais às empresas que contratarem trabalhadores mais velhos, programas de qualificação profissional específicos para essa faixa etária e campanhas educativas sobre os benefícios da diversidade geracional nas organizações. Além disso, é importante garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e combater práticas discriminatórias baseadas na idade (Costa, 2025).

Assim, o envelhecimento populacional impõe ao Brasil não apenas desafios previdenciários e assistenciais, mas também profundas transformações no mercado de trabalho. A necessidade de políticas integradas que conciliem inclusão produtiva, qualificação contínua e valorização da diversidade geracional torna-se condição central para sustentar o desenvolvimento econômico em um contexto de transição demográfica acelerada.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de natureza exploratória, com abordagem predominantemente qualitativa. Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, tornando-o mais explícito e permitindo o aprimoramento de ideias e interpretações acerca do fenômeno estudado.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada à compreensão de processos sociais complexos e à análise de percepções, significados e experiências institucionais relacionadas ao objeto pesquisado (Minayo, 2001). A pesquisa possui caráter exploratório na medida em que busca aprofundar a compreensão das repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara/RS, tema que, embora amplamente debatido em escala nacional, ainda carece de análise sistematizada no contexto local.

A pesquisa também se caracteriza como estudo de caso, na medida em que analisa de forma aprofundada as repercussões do envelhecimento populacional em um contexto territorial específico — o município de Taquara/RS — buscando compreender as dinâmicas institucionais, sociais e econômicas associadas ao fenômeno em âmbito local. Conforme Yin (2015), o estudo de caso mostra-se adequado quando se busca compreender fenômenos sociais contemporâneos inseridos em contextos reais e delimitados territorialmente.

A estratégia metodológica adotada justifica-se pela necessidade de compreender, de forma integrada, tanto os indicadores quantitativos quanto as percepções institucionais e sociais relacionadas às repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional em nível municipal.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico contemplou livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam o envelhecimento populacional, a transição demográfica, as políticas públicas voltadas à pessoa idosa e suas repercussões socioeconômicas. A análise de dados secundários foi realizada a partir de informações disponibilizadas por órgãos oficiais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente os dados do Censo Demográfico 2010 e 2022, a Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNADC), além de dados previdenciários e informações públicas municipais.

No que se refere à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de instituições públicas, órgãos governamentais e entidades vinculadas às políticas voltadas à população idosa no município de Taquara/RS. A seleção dos participantes ocorreu por amostragem intencional, definida a partir dos indicativos teóricos que apontam as principais áreas impactadas pelo envelhecimento populacional — notadamente saúde, previdência/assistência social, mercado de trabalho e controle social.

Desta forma, foram realizadas nove entrevistas com representantes de órgãos diretamente relacionados a essas dimensões, considerando sua atuação institucional e seu envolvimento com a formulação, execução ou fiscalização de políticas públicas voltadas à pessoa idosa, dentre os quais: Conselho Municipal do Idoso; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE); Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI Lar OASE; Agência da Previdência Social – INSS Taquara; Ministério Público; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria de Planejamento, Habitação, Segurança, Mobilidade e Trânsito; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania; e Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara – AAPT.

Tal estratégia metodológica permitiu captar percepções qualificadas sobre as repercussões do envelhecimento populacional nas áreas da previdência, saúde, assistência social, mercado de trabalho, mobilidade urbana, planejamento urbano e proteção de direitos. As entrevistas tiveram caráter institucional, buscando compreender como os diferentes órgãos e entidades percebem o envelhecimento populacional e de que forma esse processo tem repercutido sobre suas atribuições, demandas e políticas.

Os instrumentos utilizados foram previamente estruturados em forma de roteiros semiestruturados, contendo questões abertas que possibilitaram aos entrevistados discorrer livremente sobre os temas propostos, respeitando-se, contudo, um eixo comum de análise alinhado ao problema de pesquisa. O instrumento aplicado teve como finalidade captar a percepção institucional sobre o processo de envelhecimento populacional no município, as repercussões observadas nas áreas de saúde, assistência social, previdência, mercado de trabalho e mobilidade urbana, as demandas mais recorrentes da população idosa,

os desafios enfrentados pelo poder público e pelas entidades locais, a existência (ou ausência) de políticas públicas específicas voltadas à população idosa e as perspectivas futuras diante do avanço da transição demográfica.

A participação dos entrevistados ocorreu de forma voluntária, mediante esclarecimento prévio acerca dos objetivos da pesquisa, com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo-se o sigilo das informações, a confidencialidade dos dados e o uso exclusivo para fins acadêmicos.

As entrevistas foram realizadas mediante diferentes estratégias de coleta — gravação em áudio, aplicação de roteiro semiestruturado e registro escrito das respostas — conforme a disponibilidade e a opção de cada participante. O material produzido foi posteriormente transcrito de forma integral, constituindo o *corpus* da análise qualitativa, conforme os pressupostos da análise de conteúdo.

A análise qualitativa das entrevistas foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, nos termos propostos por Bardin (2016), compreendida como conjunto de técnicas de análise das comunicações voltadas à obtenção de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e interpretação das mensagens.

Bardin (2016) sustenta que, a análise de conteúdo desenvolve-se em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/interpretação. Na presente pesquisa, a pré-análise consistiu na organização e leitura integral das entrevistas transcritas; a exploração do material ocorreu mediante identificação de unidades de sentido e agrupamento temático das falas; e, por fim, o tratamento dos resultados envolveu o cotejo entre os discursos institucionais obtidos e o referencial teórico desenvolvido ao longo da pesquisa.

A utilização da análise de conteúdo mostrou-se adequada ao objetivo do estudo, especialmente por possibilitar interpretação sistematizada das percepções institucionais relacionadas às repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara/RS.

As categorias analíticas utilizadas na etapa empírica foram definidas a partir dos objetivos específicos da pesquisa e dos eixos temáticos desenvolvidos no referencial teórico, buscando assegurar coerência metodológica entre a fundamentação teórica e a interpretação dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas.

A partir desse procedimento metodológico, os dados empíricos foram organizados nas seguintes categorias temáticas de análise:

- (i) seguridade social e proteção de renda;
- (ii) sistema municipal de saúde;
- (iii) mercado de trabalho e inserção produtiva;
- (iv) políticas públicas, governança e desenvolvimento regional.

A opção por entrevistas semiestruturadas permitiu combinar perguntas orientadoras com espaço para aprofundamento qualitativo, possibilitando que os entrevistados expusessem percepções institucionais, dados empíricos e avaliações críticas sobre a realidade local.

Os dados qualitativos obtidos por meio das entrevistas foram analisados à luz do referencial teórico adotado e articulados com os dados quantitativos provenientes das fontes oficiais, permitindo uma leitura integrada da realidade local. Essa combinação metodológica possibilitou compreender não apenas a dimensão estatística do envelhecimento populacional em Taquara/RS, mas também seus efeitos concretos sobre a gestão pública, as políticas sociais e a dinâmica socioeconômica municipal.

4 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM TAQUARA/RS: EVIDÊNCIAS, DESAFIOS E REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS

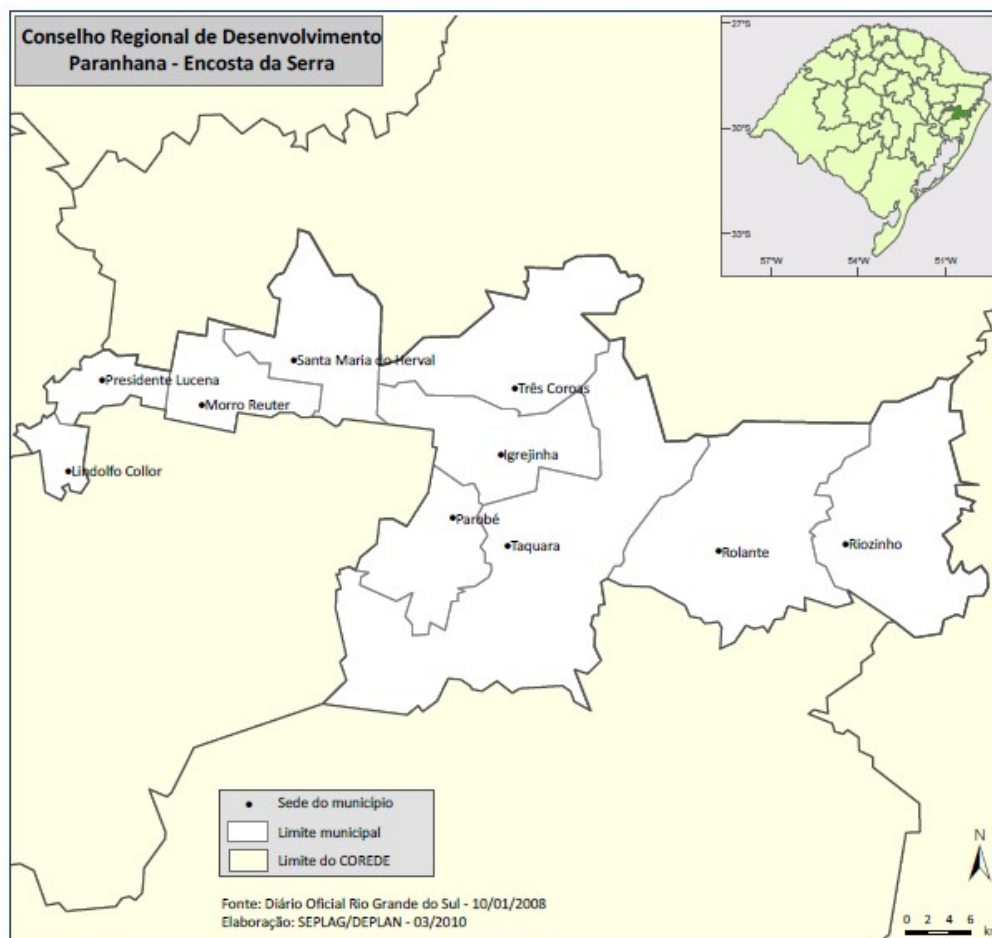
A etapa que se inicia tem por finalidade examinar os dados empíricos coletados à luz do referencial teórico desenvolvido, identificando como o envelhecimento populacional se manifesta no contexto local e quais são suas repercussões socioeconômicas. Para tanto, parte-se da delimitação territorial já estabelecida, tendo o município de Taquara/RS como recorte empírico da investigação.

Inserido na Região Metropolitana do Vale do Paranhana, no Estado do Rio Grande do Sul, o município de Taquara exerce papel relevante como polo administrativo, econômico e de prestação de serviços regionais. A concentração de atividades ligadas ao comércio, aos serviços públicos, à educação e à saúde confere ao município centralidade na dinâmica territorial, tornando-o um espaço estratégico para compreender os efeitos locais da transição demográfica.

A formação histórica de Taquara está associada ao processo de colonização europeia, especialmente de imigrantes alemães, a partir da segunda metade do século XIX. Originalmente distrito de Santo Antônio da Patrulha, o município foi emancipado em 26 de maio de 1886, consolidando-se, ao longo do tempo, como importante núcleo regional. Sua trajetória econômica foi marcada pela agricultura colonial, pela expansão do comércio e pelo desenvolvimento de pequenas manufaturas, culminando, no século XX, com o fortalecimento do setor coureiro-calçadista e a ampliação das atividades terciárias (Prefeitura Municipal de Taquara, 2016).

Segundo dados do IBGE Cidades, Taquara possuía, no Censo Demográfico de 2022, uma população de 53.242 habitantes, distribuídos em um território de 450,195 km², resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 117,64 habitantes por km². A população estimada para 2025 é de 54.353 pessoas, indicando leve crescimento populacional recente (IBGE, 2022).

Figura 13 - Mapa com a Localização do Município de Taquara



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (SEPLAG/DEPLAN, 2010).

Essa população se insere em uma estrutura etária que, nas últimas décadas, tem registrado progressivo envelhecimento — fenômeno demonstrado pela combinação de queda das taxas de fecundidade e aumento da longevidade. Embora o município ainda apresente contingente significativo de indivíduos em idade ativa, a proporção de idosos cresce de modo consistente, refletindo tendência observada no conjunto do Rio Grande do Sul (IBGE, 2022).

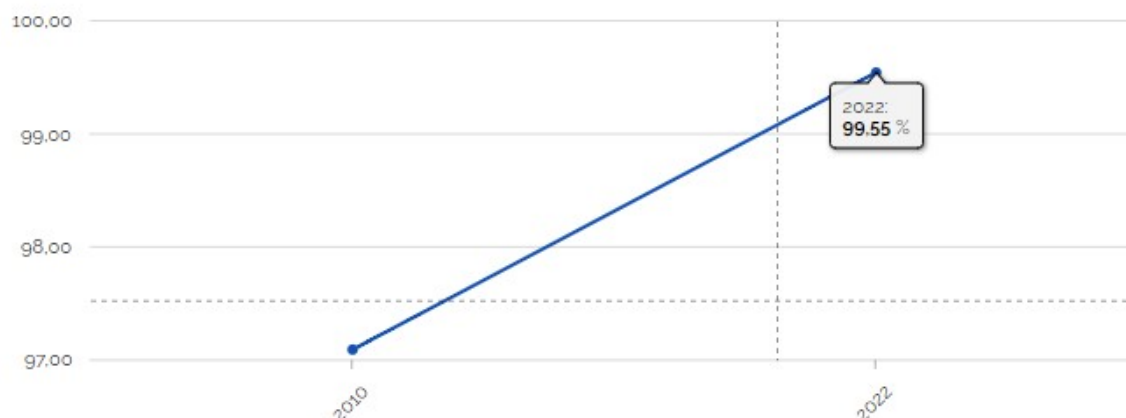
Figura 14 - Pirâmide Etária do Município de Taquara (2022)

Fonte: IBGE (2022)

A pirâmide etária do Município de Taquara evidencia uma estrutura demográfica em avançado processo de transição, caracterizada pelo estreitamento relativo da base e pelo alargamento progressivo das faixas etárias intermediárias e superiores. Observa-se redução proporcional dos grupos de 0 a 14 anos, indicando declínio das taxas de fecundidade nas últimas décadas, ao passo que as coortes situadas entre 40 e 69 anos apresentam maior volume populacional, refletindo o envelhecimento das gerações nascidas em períodos de maior natalidade. Destaca-se ainda a ampliação das faixas acima de 70 anos, com presença mais expressiva da população feminina nas idades mais avançadas, fenômeno associado à maior expectativa de vida das mulheres — configurando o que a literatura demográfica denomina “feminização da velhice”. Essa conformação etária confirma a consolidação do envelhecimento populacional no município, com efeitos diretos sobre a razão de dependência, a demanda por serviços de saúde e assistência social, bem como sobre a dinâmica do mercado de trabalho local, elementos centrais à presente investigação.

Ainda quanto à educação, o município apresenta elevada taxa de escolarização na faixa de 6 a 14 anos, com 99,55% das crianças e adolescentes nessa faixa etária matriculadas na rede de ensino regular, conforme os dados mais recentes disponíveis (IBGE 2022).

Figura 15 – Índice de Escolaridade do Município de Taquara (2022)



Fonte: IBGE (2022)

De acordo com dados do IBGE (2023), no que se refere à dimensão do trabalho e rendimento, observam-se aspectos relevantes da estrutura socioeconômica do município de Taquara/RS. Em 2023, o salário médio mensal dos trabalhadores formais correspondeu a aproximadamente 2,0 salários-mínimos, posicionando o município em um patamar intermediário quando comparado ao contexto estadual e nacional. No que tange ao nível de ocupação formal, verifica-se a existência de cerca de 15.591 vínculos formais de trabalho, indicando relativa inserção da população no mercado formal, ainda que com limitações salariais.

Adicionalmente, observa-se que 25,2% da população apresenta rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário-mínimo, o que revela a presença de significativa parcela da população em situação de vulnerabilidade econômica. Esses indicadores, analisados em conjunto, evidenciam uma estrutura de rendimentos marcada por desigualdades e reforçam os desafios para a promoção do desenvolvimento socioeconômico local, especialmente diante do processo de envelhecimento populacional, que tende a ampliar a demanda por políticas públicas nas áreas de assistência social, saúde e previdência.

No plano econômico, conforme estimativas econômicas mais recentes, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal do município de Taquara é aproximadamente R\$ 1,8 bilhão (DEE, 2025). Este valor reflete a produção nos setores de indústria, agropecuária, comércio, serviços e administração pública.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil indicam que a expectativa de vida ao nascer no município de Taquara era de 77,82 anos em 2010, evidenciando ganhos importantes de longevidade ao longo das últimas décadas (PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro, 2013). Embora não haja dados mais recentes específicos para o município de Taquara, observa-se que, no Rio Grande do Sul, a expectativa de vida ao nascer apresentou redução no período de 2019 a 2021, atingindo o patamar de 76,38 anos (Rio Grande do Sul, 2024).

Ainda no campo da saúde, o coeficiente de mortalidade infantil registrado (8,47 óbitos por mil nascidos vivos) confirma progressos nas condições sanitárias e de atendimento, embora persista a necessidade de monitoramento das condições de saúde que afetam diferentes faixas etárias da população.

Figura 16 – Índice de Mortalidade Infantil do Município de Taquara (2022)



Fonte: IBGE (2022)

Assim, a combinação de dados demográficos, indicadores educacionais, de desenvolvimento humano e desempenho econômico aponta para um município cujo perfil socioeconômico mescla crescimento moderado, avanços em indicadores de qualidade de vida e desafios associados à transição demográfica. Tais características corroboram a escolha de Taquara para investigar os efeitos do envelhecimento populacional em uma realidade municipal de porte médio, onde as políticas públicas, o mercado de trabalho e as dinâmicas do consumo e de serviços serão analisados de maneira integrada nas seções subsequentes.

A compreensão das repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara exige não apenas a análise de indicadores

demográficos e econômicos, mas também a investigação das percepções institucionais daqueles órgãos e entidades que atuam diretamente com a população idosa ou com políticas públicas correlatas. Nesse sentido, as entrevistas realizadas constituem fonte primária essencial para a apreensão da dimensão concreta e institucional do fenômeno.

Conforme discutido na fundamentação teórica, o envelhecimento populacional tem implicações estruturais nas áreas da seguridade social, saúde pública, mercado de trabalho, assistência social, mobilidade urbana e governança local. A transição demográfica, caracterizada pela redução das taxas de fecundidade e pelo aumento da longevidade, altera a composição etária da população e repercute sobre a dinâmica econômica, fiscal e social dos territórios, especialmente em municípios de porte médio, como Taquara.

A análise qualitativa das entrevistas foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, nos termos propostos por Bardin, permitindo a identificação de unidades de sentido, a construção de categorias temáticas e a interpretação dos discursos à luz do referencial teórico adotado.

A análise das entrevistas foi estruturada a partir dos eixos temáticos definidos no referencial teórico da pesquisa, especialmente aqueles relacionados ao envelhecimento populacional, à seguridade social, à saúde pública, ao mercado de trabalho e às políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

Embora as entrevistas tenham revelado múltiplas dimensões associadas ao envelhecimento no contexto local, buscou-se organizar a análise em conformidade com os objetivos específicos da pesquisa e com as categorias centrais discutidas no capítulo teórico, permitindo maior articulação entre fundamentação teórica e evidências empíricas.

Nesse sentido, a análise qualitativa foi realizada mediante técnica de análise de conteúdo, nos termos propostos por Bardin, priorizando a identificação de convergências, percepções institucionais e desafios decorrentes do processo de envelhecimento populacional no município de Taquara/RS.

A partir dos questionamentos realizados aos representantes institucionais entrevistados, foram identificados elementos relacionados:

- (i) à percepção do envelhecimento populacional no município;
- (ii) às repercussões na seguridade social e proteção de renda;
- (iii) aos impactos sobre o sistema municipal de saúde;

(iv) às repercussões no trabalho e na inserção produtiva; e
(v) às políticas públicas e aos desafios institucionais voltados à população idosa.

Nas seções subsequentes, os relatos obtidos nas entrevistas serão analisados em cotejo com o referencial teórico desenvolvido, buscando evidenciar de que forma o envelhecimento populacional repercute na dinâmica socioeconômica e no desenvolvimento regional do município de Taquara/RS.

4.1 O envelhecimento populacional em Taquara/RS: percepções institucionais e evidências locais

O envelhecimento populacional constitui fenômeno demográfico já consolidado no Brasil e vem se manifestando de forma progressiva também nos municípios de porte médio, produzindo transformações na estrutura etária, nas relações sociais e na dinâmica das políticas públicas. Conforme discutido no referencial teórico, a transição demográfica brasileira caracteriza-se pela redução das taxas de fecundidade, pela diminuição da mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida, resultando em crescimento expressivo da população idosa e em alterações significativas na composição etária da sociedade.

No caso do município de Taquara/RS, os dados apresentados anteriormente demonstram que o processo de envelhecimento populacional acompanha a tendência observada no Estado do Rio Grande do Sul, considerado uma das unidades federativas mais envelhecidas do país. A pirâmide etária do município evidencia o estreitamento da base populacional e o alargamento das faixas etárias superiores, indicando redução proporcional da população jovem e crescimento consistente da população idosa. Observa-se, ainda, maior presença feminina nas faixas etárias mais elevadas, fenômeno associado à feminização da velhice, já observado no referencial teórico.

Contudo, para além dos indicadores estatísticos, a compreensão do envelhecimento populacional exige a análise das percepções institucionais daqueles órgãos e entidades que atuam diretamente na execução, fiscalização e acompanhamento das políticas públicas voltadas à população idosa. Nesse sentido, as entrevistas realizadas buscaram inicialmente identificar de que forma os

representantes institucionais percebem o envelhecimento populacional no município de Taquara e quais mudanças vêm sendo observadas ao longo dos últimos anos.

Os questionamentos realizados aos entrevistados procuraram compreender se o envelhecimento populacional já é percebido como realidade concreta no município, quais sinais desse processo são identificados pelas instituições e de que forma o aumento da população idosa vem alterando as demandas apresentadas ao poder público e às entidades locais.

A fim de sistematizar as percepções institucionais obtidas na pesquisa de campo, apresenta-se, a seguir, síntese dos principais questionamentos realizados aos entrevistados e das respostas relacionadas à percepção do envelhecimento populacional no município de Taquara/RS.

Tabela 5 – Síntese das percepções institucionais sobre o envelhecimento populacional em Taquara/RS

Instituição	Pergunta	Resposta
Conselho Municipal do Idoso	Como o Conselho Municipal do Idoso tem percebido o envelhecimento populacional no Município de Taquara?	O entrevistado destacou que o envelhecimento populacional representa desafio concreto para o município, demandando implementação de políticas públicas específicas voltadas à promoção da autonomia e da qualidade de vida da população idosa.
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS/Sine	O SINE tem percebido mudanças no perfil etário dos trabalhadores que buscam intermediação de mão de obra em Taquara, especialmente no aumento da população idosa?	Sim, há percepção de mudança no perfil das pessoas que buscam uma vaga de emprego, o que não era comum anteriormente. É muito comum pessoas acima de 50 anos de idade procurando emprego. Segundo a entrevistada, tornou-se frequente a procura por vagas de emprego por pessoas entre 50 e 70 anos de idade, fenômeno anteriormente pouco observado pela instituição. A coordenadora, cita exemplo de uma pessoa de idade acima de 60 anos implorando por uma vaga de

		emprego. Há uma percepção de que o público idoso é mais responsável, manifestando mais compromisso e interesse com o trabalho, horário e são mais educados para o atendimento ao público (vagas para o comércio), quando comparado aos jovens.
Instituição Longa Permanência para Idosos (ILPI), Lar OASE	A instituição percebe que o envelhecimento populacional em Taquara tem provocado aumento na procura por vagas em instituições de longa permanência?	A instituição relatou aumento da procura por vagas de acolhimento em razão do crescimento da população idosa e da ampliação das demandas de cuidado de longa permanência.
Instituto Nacional do Seguro Social INSS – APS/Taquara-RS	A Agência da Previdência Social de Taquara tem observado o aumento de procura de benefícios por pessoas idosas?	A agência relatou aumento significativo da procura por serviços previdenciários e atendimento relacionado ao acesso digital aos benefícios, especialmente entre pessoas idosas.
Ministério Público de Taquara	O Ministério Público tem percebido o aumento da população idosa no Município de Taquara?	O Ministério Público relatou percepção do aumento da população idosa a partir da ampliação das demandas institucionais relacionadas às ILPIs, à judicialização de questões envolvendo medicamentos e à crescente recorrência da temática do envelhecimento nas atuações ministeriais.
Secretaria de Saúde do Município de Taquara	Como a Secretaria de Saúde de Taquara avalia o impacto do envelhecimento populacional sobre a demanda pelos serviços de saúde do município?	O Envelhecimento impacta diretamente os serviços de saúde do município, pois quanto maior a população idosa, maior a procura de serviços de saúde. Hoje, os idosos são o grupo da população mais frequente nos órgãos de saúde. Segundo o IBGE o município de Taquara possui mais de sete mil idosos, um número bastante expressivo, sendo que dentre esses existem alguns centenários.
Secretaria de Planejamento, Habitação, Segurança, Mobilidade e Trânsito	A Secretaria tem percebido impactos do envelhecimento populacional no planejamento urbano e	R. Sim, a secretaria tem percebido, inclusive o município tem uma grande população de pessoas

	territorial do município de Taquara? De que forma essas mudanças têm se manifestado?’	idosas, que uma característica do Estado do Rio Grande do Sul. Os impactos do envelhecimento são percebidos de diversas formas, especialmente pelas limitações de transportes, passeios e prédios públicos.
Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania	O aumento da população idosa tem gerado desafios adicionais para a rede de assistência social local? Quais seriam os principais?	Sim. O envelhecimento populacional traz consigo demandas específicas, como necessidade de cuidados, fragilidade de vínculos familiares, abandono, conflitos e ausência de cuidadores. O SUAS, em sua lógica protetiva, precisa desenvolver estratégias de intervenção que assegurem a convivência familiar e comunitária e garantam proteção contra violações de direitos.
Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara (AAPT)	O Sindicato percebe um aumento da quantidade de pessoas idosas no município? Quais os principais reflexos desse aumento nas demandas sindicais?	Sim, a Associação percebe o aumento dos idosos. Os reflexos se percebem nas demandas que surgem para a Associação. Uma das demandas, por muitos anos, foi a criação do Conselho Municipal do Idoso que facilitaria o atendimento das pessoas idosas, conferindo maior representatividade. Outra necessidade é uma casa de acolhimento para idosos em parceria com a prefeitura. A associação até ganhou um terreno onde se pretendia construir essa casa de acolhimento, mas não havia verba para a construção. O objetivo de construí-la é porque muitos idosos são abandonados e não possuem amparo da família.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas realizadas (2025/2026).

A convergência entre os dados demográficos do IBGE e as percepções institucionais obtidas nas entrevistas reforça a compreensão de que o envelhecimento em Taquara não constitui mera projeção estatística, mas realidade

concreta já incorporada ao cotidiano administrativo e social do município. As transformações identificadas na estrutura etária local passam a ser percebidas empiricamente pelas instituições por meio do aumento das demandas relacionadas à saúde, assistência social, previdência, mobilidade urbana e proteção de direitos da população idosa.

A sistematização das entrevistas evidencia que o envelhecimento populacional já é percebido de forma transversal pelas diferentes instituições públicas e entidades locais do município de Taquara/RS. Ainda que sob perspectivas distintas, os relatos convergem no reconhecimento do aumento da população idosa e da ampliação das demandas institucionais relacionadas ao envelhecimento, demonstrando que a transição demográfica já produz efeitos concretos na dinâmica administrativa, social e econômica do município.

As falas obtidas demonstram que o envelhecimento deixou de ser percebido apenas como tendência futura ou projeção demográfica abstrata, passando a configurar realidade já incorporada ao cotidiano institucional do município. Conforme identificado nas entrevistas, os órgãos públicos e entidades locais passaram a perceber mudanças significativas no perfil das demandas recebidas, especialmente relacionadas à necessidade de maior atenção à população idosa.

Nesse sentido, representantes de diferentes instituições relataram que o envelhecimento populacional se manifesta tanto pelo aumento quantitativo da população idosa quanto pela maior complexidade das demandas sociais, econômicas e institucionais associadas ao envelhecimento. As entrevistas revelam percepção comum de que o município vem passando por transformação gradual de sua estrutura demográfica, circunstância que repercute diretamente sobre a organização dos serviços públicos e sobre a dinâmica social local.

As entrevistas também permitiram identificar que a percepção institucional do envelhecimento não decorre exclusivamente da observação estatística, mas principalmente do aumento concreto das demandas apresentadas diariamente aos órgãos públicos e entidades locais. Assim, o envelhecimento é percebido pelos entrevistados como fenômeno concreto e já incorporado à realidade administrativa e social do município.

A análise das entrevistas demonstra, ainda, que o envelhecimento populacional é compreendido pelos entrevistados como fenômeno multifacetado, que ultrapassa a dimensão biológica ou cronológica da velhice. Em diversos relatos,

observou-se preocupação não apenas com o crescimento numérico da população idosa, mas também com aspectos relacionados à autonomia, vulnerabilidade social, necessidade de cuidados contínuos e adaptação das estruturas públicas às novas características demográficas do município.

Essa percepção institucional converge com o referencial teórico desenvolvido no capítulo 2, especialmente quando Silva (2020) afirma que o envelhecimento constitui processo contínuo e multifatorial, que se manifesta não apenas no plano biológico, mas também nas dimensões sociais, econômicas e relacionais da vida humana. Da mesma forma, os achados empíricos dialogam com Camarano e Pasinato (2004), ao evidenciar que o envelhecimento não pode ser compreendido apenas a partir do critério cronológico, mas deve ser analisado considerando-se as desigualdades sociais, as trajetórias de vida e as condições territoriais em que os indivíduos envelhecem.

As entrevistas também revelaram percepção recorrente acerca da velocidade com que o envelhecimento populacional vem ocorrendo no município. Em diversos momentos, os entrevistados destacaram que as instituições locais nem sempre conseguiram acompanhar, na mesma velocidade, as transformações demográficas verificadas nas últimas décadas. Tal percepção aproxima-se da análise teórica desenvolvida por Oliveira (2019), segundo a qual o envelhecimento brasileiro ocorre de forma acelerada quando comparado a países centrais, impondo desafios significativos ao planejamento estatal e à adaptação das políticas públicas.

Outro aspecto identificado nas entrevistas refere-se à consolidação do envelhecimento como variável estruturante das políticas públicas municipais. Ainda que nem todas as instituições possuam planejamento específico voltado à população idosa, as falas evidenciam reconhecimento crescente de que o envelhecimento populacional tende a influenciar progressivamente as demandas institucionais e a organização dos serviços públicos municipais.

Nesse contexto, as entrevistas demonstram que o envelhecimento populacional em Taquara já produz alterações perceptíveis na dinâmica institucional do município, especialmente no que se refere à necessidade de adaptação das estruturas públicas, ampliação dos serviços e fortalecimento das políticas sociais. Tal constatação reforça a compreensão de que a transição demográfica não representa apenas mudança estatística da composição etária, mas processo com profundas repercussões sociais, econômicas e institucionais.

A percepção institucional obtida nas entrevistas também evidencia que o envelhecimento populacional tende a assumir centralidade crescente no planejamento público municipal. Embora ainda existam limitações estruturais e ausência de planejamento integrado em determinadas áreas, verifica-se reconhecimento cada vez mais evidente de que o município precisará adaptar-se às novas demandas decorrentes da transição demográfica.

Esses resultados confirmam as premissas apresentadas no referencial teórico acerca do envelhecimento populacional como fenômeno estruturante do desenvolvimento regional. Conforme discutido anteriormente, o envelhecimento altera a composição da população economicamente ativa, amplia demandas por proteção social e modifica as relações entre Estado, sociedade e mercado. No contexto de Taquara, as entrevistas revelam que tais transformações já são percebidas pelas instituições locais, ainda que de maneira desigual entre os diferentes setores analisados.

Além disso, os achados empíricos reforçam a compreensão de que o envelhecimento populacional não deve ser interpretado apenas como desafio assistencial ou sanitário, mas como processo que repercute sobre a organização territorial, o planejamento urbano, a economia local e a formulação de políticas públicas integradas. Essa perspectiva dialoga diretamente com a abordagem do desenvolvimento regional adotada nesta pesquisa, segundo a qual as transformações demográficas influenciam a dinâmica territorial e exigem respostas institucionais articuladas e prospectivas.

Dessa forma, a análise das entrevistas permite concluir que o envelhecimento populacional em Taquara/RS não constitui fenômeno meramente prospectivo, mas realidade já consolidada e reconhecida pelas instituições locais. Os relatos obtidos evidenciam percepção convergente acerca do avanço do envelhecimento no município e da necessidade de adaptação progressiva das estruturas públicas frente às transformações demográficas em curso. A partir dessa constatação, torna-se possível analisar, nas seções subsequentes, as repercussões específicas desse processo sobre a seguridade social, a saúde pública, o mercado de trabalho e as políticas públicas municipais voltadas à população idosa.

4.2 Repercussões na seguridade social e proteção de renda

A seguridade social constitui um dos principais eixos das repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional, especialmente em municípios cuja dinâmica econômica apresenta forte dependência de benefícios previdenciários e assistenciais. Conforme discutido no referencial teórico, o avanço da população idosa amplia a razão de dependência etária, eleva a demanda por benefícios previdenciários e assistenciais e impõe desafios à sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

No município de Taquara/RS, o envelhecimento demográfico repercute diretamente sobre a dinâmica da seguridade social, especialmente no que se refere à ampliação da procura por aposentadorias, benefícios assistenciais e mecanismos de proteção de renda. Além disso, as entrevistas realizadas evidenciam crescente dependência econômica das famílias em relação à renda previdenciária, circunstância que reforça a centralidade da seguridade social no contexto local.

No âmbito da pesquisa de campo, os questionamentos direcionados às instituições entrevistadas buscaram identificar de que forma o envelhecimento populacional vem repercutindo sobre a seguridade social e os mecanismos de proteção de renda no município. As entrevistas procuraram compreender se houve aumento da demanda por benefícios previdenciários e assistenciais, quais dificuldades vêm sendo enfrentadas pela população idosa e de que forma a renda previdenciária influencia a dinâmica social e econômica local.

Tabela 6 – Percepções institucionais sobre seguridade social e proteção de renda diante do envelhecimento populacional em Taquara/RS

Instituição	Pergunta	Resposta
Agência da Previdência Social de Taquara	A Agência da Previdência Social de Taquara tem observado o aumento de procura de benefícios por pessoas idosas?	Sim, há uma grande procura da agência por parte de pessoas idosas, especialmente procurando a “senha gov” para serviços de empréstimo. Anteriormente a busca era para encaminhar benefícios, mas atualmente o maior número é para a obtenção da senha.
	Quais são os benefícios	Os benefícios mais

	mais procurados pelos idosos no Município de Taquara? Há um crescimento significativo na demanda por algum benefício o específico (aposentadorias, BPC, pensões)?	procurados são Auxílio-Doença e Benefício Assistencial (BPC).
	Quais são os principais desafios enfrentados pela agência do INSS na região para atender à crescente população idosa?	Falta de interação com a tecnologia (principalmente com o sistema do INSS) e cuidado com os dados pessoais.
	Há algum programa ou política específica sendo implementada pelo INSS na região visando melhorar o atendimento aos idosos?	Não há. O único programa existente é o Programa de Educação Previdenciária (PEP): um serviço que leva o INSS até o cidadão, mas é voltado para o público em geral e não especificamente aos idosos.
	Como o INSS avalia o impacto financeiro do envelhecimento populacional na sustentabilidade do sistema previdenciário local?	As famílias estão cada vez mais dependentes do benefício previdenciário; há maior informalidade que diminui a sustentabilidade do sistema o que acaba se refletindo no déficit previdenciário.
	Existem iniciativas de capacitação dos servidores do INSS na região para melhorar o atendimento à população idosa?	A entrevistada informou não haver iniciativas específicas de capacitação voltadas ao atendimento da população idosa.
	Como o INSS tem lidado com o desafio da inclusão digital entre os idosos, especialmente com a crescente digitalização dos serviços previdenciários?	São realizados agendamentos e disponibilizado atendimento pessoal.
	A Agência percebe quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos idosos da região para acessar os serviços digitais do INSS? Existem ações para mitigar essas dificuldades?	O acesso ao sistema do INSS e os serviços oferecidos digitalmente; cuidados com a senha e dados pessoais. Não há ações específicas.
	O senhor percebe que o aumento da população idosa na região tem impactado diretamente o funcionamento e a estrutura do INSS local? De que forma?	Sim, há grande procura por “senha gov” e benefício de prestação continuada BPC/LOAS.

	Na sua visão, quais são as principais repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no Município de Taquara, especialmente sob a ótica da seguridade social?	Dificuldades de obter os benefícios ofertados. Quando o segurado recebe o benefício, o mesmo não atende a integralidade das suas necessidades devido à sua idade e estado de saúde. Não há educação financeira, nem preparo. Os idosos nem sempre preenchem os requisitos para concessão de benefício. Ainda há os casos que obtendo o benefício, sendo limitado, buscam empréstimos que compromete o benefício recebido.
Conselho Municipal do Idoso	Como é a articulação do Conselho Municipal do Idoso com outras instâncias do poder público, como as Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social e o INSS?	Essa articulação é feita através de parcerias em rede. A Secretaria de Saúde com ações de promoção da saúde do idoso, campanhas de vacinação, acompanhamento de doenças crônicas, saúde mental, entre outras. Secretaria de Desenvolvimento Social com programas de convivência, acolhimento institucional, benefícios eventuais, Cadastro Único. E com o INSS, articulação para esclarecimento sobre benefícios como aposentadoria, BPC/LOAS, pensões e outros direitos previdenciários e assistenciais. Através da rede trabalhamos para alcançar as funções básicas do conselho, deliberar, consultar e fiscalizar.
Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara (AAPT)	Quais são os principais desafios enfrentados pelos aposentados locais em relação ao acesso à previdência social, saúde e assistência social?	Em relação à Previdência Social não há dificuldades que chegam até o sindicato. A Assistência social nem sempre atende as demandas dos idosos e as vezes encaminham à associação, havendo a necessidade de intervenção e as vezes até diálogo com a Assistência Social do Município para

		atendimento das necessidades. Percebe-se a necessidade de amparo/acolhimento aos idosos, realização de atividades para envolvimento dos mesmos, palestras e atendimento psicológico.
	Quais os principais reflexos socioeconômicos do envelhecimento populacional no Município de Taquara?	Limitações financeiras, falta de medicação e atendimento médico adequado.
Longa Permanência para Idosos (ILPI) Lar OASE	Quais os principais desafios futuros para o acolhimento e atendimento da população idosa em Taquara, diante do avanço do envelhecimento populacional?	Qualidade dos serviços, as pessoas vivem mais, exigem mais, por vários motivos, mas uma grande parcela vai receber um salário-mínimo, mais a pensão do cônjuge falecido, nem sempre a família consegue complementar. A instituição destacou como principal desafio a manutenção de serviços de qualidade diante das limitações financeiras enfrentadas pelas famílias e pelos próprios idosos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas realizadas (2025/2026).

A sistematização das entrevistas evidencia que o envelhecimento populacional já repercute diretamente sobre os mecanismos de seguridade social e proteção de renda no município de Taquara/RS. As percepções institucionais demonstram aumento da procura por benefícios previdenciários e assistenciais, maior dependência das famílias em relação à renda previdenciária e ampliação das demandas associadas à vulnerabilidade econômica da população idosa.

Além da elevação quantitativa das demandas, os relatos obtidos revelam transformações qualitativas relacionadas ao acesso aos direitos sociais, à insuficiência dos benefícios frente aos custos do envelhecimento e às dificuldades enfrentadas pela população idosa diante da crescente digitalização dos serviços públicos.

A análise das entrevistas e dos dados demográficos permite concluir que o envelhecimento populacional já produz repercussões concretas sobre a seguridade social no município de Taquara/RS. O aumento da demanda por benefícios previdenciários e assistenciais, a crescente dependência da renda previdenciária, a

insuficiência financeira frente aos custos do envelhecimento e as dificuldades de acesso digital aos serviços públicos evidenciam que a transição demográfica repercute diretamente sobre os mecanismos locais de proteção social.

As entrevistas também evidenciam que os custos associados ao envelhecimento tendem a ampliar situações de vulnerabilidade econômica entre a população idosa. Gastos com medicamentos, tratamentos contínuos, cuidados prolongados e acolhimento institucional frequentemente ultrapassam a capacidade financeira dos beneficiários, especialmente daqueles cuja renda se limita ao valor de um salário-mínimo. Nesse contexto, observou-se recorrência de situações em que idosos buscam reinserção no mercado de trabalho ou recorrem a empréstimos consignados como estratégia de complementação de renda.

A crescente digitalização dos serviços previdenciários evidencia novos desafios associados ao envelhecimento populacional, especialmente no que se refere ao acesso da população idosa aos direitos sociais. As dificuldades relacionadas ao uso de plataformas digitais, recuperação de senhas e acesso aos sistemas eletrônicos demonstram que a exclusão digital pode constituir importante fator de vulnerabilização social, sobretudo entre idosos com baixa escolaridade ou reduzida familiaridade tecnológica. As entrevistas realizadas junto à Agência da Previdência Social de Taquara evidenciam que parte significativa da população idosa enfrenta dificuldades para acessar os serviços digitais disponibilizados pelo INSS, especialmente em razão da limitada familiaridade com plataformas eletrônicas e mecanismos de autenticação digital. Conforme relatado pela entrevistada, muitos segurados procuram repetidamente a agência em busca de auxílio para recuperação de senhas e acesso ao sistema “gov.br”, demonstrando dependência de terceiros para realização de procedimentos básicos relacionados aos seus benefícios previdenciários.

Tal realidade evidencia que o envelhecimento populacional produz repercussões que ultrapassam a dimensão estritamente financeira da seguridade social, alcançando também questões relacionadas à inclusão digital, autonomia e acesso efetivo aos direitos sociais. Nesse contexto, a exclusão digital pode intensificar situações de vulnerabilidade, especialmente entre idosos com baixa escolaridade, reduzida inserção tecnológica e histórico de desigualdades acumuladas ao longo da vida laboral, dialogando com Veras (2009).

Do ponto de vista econômico e social, as entrevistas evidenciam que a renda previdenciária exerce papel central na sustentação das famílias e na dinâmica econômica local. Em diversos casos, aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais constituem a principal — e, por vezes, única — fonte de renda familiar, especialmente em contextos marcados por informalidade laboral, baixa renda e fragilidade das relações de trabalho.

Tal realidade demonstra que a seguridade social ultrapassa a função estritamente individual de proteção previdenciária, assumindo também importante papel de estabilização econômica e proteção social no âmbito familiar e comunitário. Em municípios de porte médio como Taquara/RS, a circulação de recursos provenientes da previdência social e da assistência social repercute diretamente sobre o comércio local, o consumo das famílias e a manutenção das condições mínimas de subsistência de parcela significativa da população idosa. Tal constatação aproxima-se das análises de Camarano e Pasinato (2004).

Os achados empíricos confirmam as discussões apresentadas no referencial teórico, especialmente no que se refere à ampliação da centralidade da previdência social em contextos de envelhecimento populacional e vulnerabilidade econômica. Assim, observa-se que o avanço da população idosa tende a intensificar os desafios relacionados à sustentabilidade da seguridade social e à garantia de proteção de renda adequada à população idosa, exigindo respostas institucionais articuladas e planejamento público de médio e longo prazo.

Nesse contexto, verifica-se que o envelhecimento populacional em Taquara/RS não repercute apenas sobre a sustentabilidade financeira da seguridade social, mas também sobre a organização das políticas públicas, a dinâmica econômica local e as condições de acesso da população idosa aos mecanismos de proteção social, exigindo respostas institucionais cada vez mais articuladas e adaptadas às transformações demográficas em curso.

4.3 Repercussões no sistema municipal de saúde

O sistema público de saúde constitui uma das áreas mais diretamente impactadas pelo envelhecimento populacional, especialmente em razão do aumento da prevalência de doenças crônicas, da ampliação da demanda por

acompanhamento contínuo e da necessidade de reorganização dos serviços assistenciais. Conforme discutido no referencial teórico, o avanço da população idosa produz alterações significativas no perfil epidemiológico da população, exigindo adaptação das políticas públicas de saúde e fortalecimento da atenção integral à pessoa idosa.

No contexto do município de Taquara/RS, o envelhecimento demográfico repercute diretamente sobre a dinâmica do sistema municipal de saúde, especialmente no que se refere ao aumento da procura por atendimentos médicos, medicamentos, acompanhamento especializado e serviços de atenção continuada. As entrevistas realizadas evidenciam que a população idosa já representa parcela significativa da demanda atendida pelos serviços públicos de saúde do município.

No âmbito da pesquisa de campo, os questionamentos direcionados às instituições entrevistadas buscaram identificar de que forma o envelhecimento populacional vem repercutindo sobre o sistema municipal de saúde, especialmente em relação ao aumento das doenças crônicas, à demanda por medicamentos, à ampliação da procura por atendimentos e às dificuldades enfrentadas pelos serviços públicos para atender às necessidades da população idosa.

As entrevistas também procuraram compreender como os órgãos municipais avaliam os impactos do envelhecimento sobre a atenção primária à saúde, os serviços especializados e a necessidade de cuidados contínuos voltados à população idosa.

Tabela 7 – Percepções institucionais sobre as repercussões do envelhecimento populacional no sistema municipal de saúde de Taquara/RS

Instituição	Pergunta	Resposta
Secretaria de Saúde do Município de Taquara	Como a Secretaria de Saúde de Taquara avalia o impacto do envelhecimento populacional sobre a demanda pelos serviços de saúde do município?	O Envelhecimento impacta diretamente os serviços de saúde do município, pois quanto maior a população idosa, maior a procura de serviços de saúde. Hoje, os idosos são o grupo da população mais frequente nos órgãos de saúde. Segundo o IBGE o município de Taquara possui mais de sete mil idosos, um número bastante expressivo, sendo

		que dentre esses existem alguns centenários.
	Existe algum levantamento ou estudo recente realizado pela Secretaria sobre as condições de saúde da população idosa em Taquara? Quais os principais achados?	Não há estudos específicos sobre as condições de saúde do idoso no município, entretanto no ano de 2026 entre as metas da saúde municipal está a atenção à saúde do idoso, especialmente com enfoque preventivo – como envelhecer bem, envelhecimento saudável.
	A rede pública de saúde de Taquara possui estrutura adequada para atender à crescente demanda por serviços especializados em saúde do idoso?	A estrutura existente pode ser melhorada, mas através do programa “Estratégia Saúde da Família” há a atenção básica, que é a responsabilidade do município, portanto não há serviços especializados. Percebe algumas carências como espaços e atividades saudáveis para os idosos. Além disso, a extensão territorial do município que possui uma área rural imensa com que muitos idosos fiquem isolados sem o adequado atendimento, pois há limitação de mobilidade em virtude da ausência de transporte público,
	O município conta com unidades ou programas específicos voltados à atenção integral à saúde da pessoa idosa, como Centros de Referência, ambulatórios especializados ou equipes de atendimento domiciliar?	Não, a atenção dispensada ao idoso é feita através das unidades de atendimento e programa “Estratégia Saúde da Família” que não tem por objetivo específico o idoso, mas as famílias de forma integral, do recém-nascido ao idoso.
	Existe oferta suficiente de profissionais capacitados em geriatria e gerontologia na rede municipal de saúde?	Não, os profissionais do programa “Estratégia Saúde da Família” são preparados para atendimento na atenção básica dos 0 aos 100 anos. Quando ultrapassa a atenção básica, passa as especialidades médicas.
	Como a Secretaria tem implementado as diretrizes da Política Nacional de	Sim, em relação aos limites do município que é a atenção básica. Inclusive há

	Saúde da Pessoa Idosa no município?	indicadores a serem alcançados. Através dos agentes comunitários que realizam as visitas domiciliares, os idosos e suas necessidades são devidamente registrados para que recebam a atenção necessária.
	Quais são as principais dificuldades encontradas para a efetivação das ações preconizadas pela PNSPI em Taquara?	Acessar todos os idosos, pois há limitações de agentes de saúde. Além disso, há limitações para que os idosos tenham acesso a saúde em virtude da mobilidade reduzida, tanto pelas condições de saúde do idoso, que normalmente depende de um terceiro, como pelos recursos de transporte, pois muitos moram no interior e não há transporte público nestas localidades. Dentro do programa “Estratégia Saúde da Família” tem o objetivo de identificar o idoso e sua qualificação para que tenha o atendimento adequado. Dentro do programa “Mais Médicos” e cursos oferecidos pelo município há qualificação para o atendimento ao idoso.
	A Secretaria possui protocolos específicos para o atendimento ao idoso nas unidades básicas de saúde (UBS)? Poderia descrevê-los?	Sim, através da qualificação recebida no programa “Estratégia Saúde da Família”, especialmente quanto à prioridade de atendimento ao idoso.
	Como a Secretaria de Saúde articula ações com outras secretarias ou instituições (como assistência social, conselhos do idoso, ONGs) para garantir a promoção do envelhecimento saudável?	Não há articulação específica por parte da secretaria, mas do executivo por meio de suas secretarias como secretaria de esporte, educação, transporte, assistência social, cada uma atuando dentro de suas competências. Um exemplo recente foi a realização de palestras nas escolas do município sobre a identificação dos sintomas do AVC e procedimentos a serem realizados para evitar

		as sequelas que normalmente são graves.
	O município de Taquara oferece serviços de atenção domiciliar para pessoas idosas com mobilidade reduzida ou com doenças crônicas?	Sim, por meio do Programa “Melhor em Casa” que não é direcionado especificamente a pessoas idosas, mas a todos os que tenham dificuldades de locomoção e precisam de um atendimento em seu lar.
	Quais são os maiores desafios enfrentados pelos profissionais da saúde do município no atendimento à população idosa?	Sensibilização, conscientização, qualificação e mais profissionais. O Programa “Estratégia Saúde da Família” prevê uma equipe (1 médico, 1 enfermeiro, 1 técnico de enfermagem e 1 agente comunitário) para cada 3 mil pessoas. Hoje o município possui 36 agentes comunitários enquanto o número ideal conforme o programa seria de 84.
	Quais estratégias a Secretaria de Saúde de Taquara considera fundamentais para preparar o município para o cenário de envelhecimento populacional nas próximas décadas?	Investimento em tratamento preventivo, conscientização para que haja um envelhecimento saudável.
Conselho Municipal do Idoso	O Conselho Municipal do Idoso tem observado um aumento significativo das demandas relacionadas à população idosa nos últimos anos? Quais são as mais recorrentes?	Sim, o crescimento reflete o envelhecimento acelerado da população e se traduz em desafios complexos para as políticas públicas municipais. As principais demandas identificadas incluem: Saúde e Cuidados de Longo Prazo; Violência contra idoso; Saúde Mental; Capacitação para cuidadores e familiares. Essas demandas refletem necessidade urgente de políticas públicas integradas e recursos adequados para atender à população idosa. O conselho desempenha um papel fundamental na articulação entre a sociedade civil e o poder público para garantir os direitos e o bem-estar dos idosos.

Conselho Municipal do Idoso	Na visão do Conselho, quais são os principais desafios enfrentados pela população idosa de Taquara atualmente?	Desigualdade socioeconômico e financeiro; Acesso limitado à saúde e doenças crônicas; Perda de autonomia funcional; Isolamento social e saúde mental Violência e abuso; Mobilidade urbana e acessibilidade: Desatualização tecnológica e Mercado de trabalho.
Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara (AAPT)	Quais os principais reflexos socioeconômicos do envelhecimento populacional no Município de Taquara?	Limitações financeiras, falta de medicação e atendimento médico adequado.
	O aumento da população idosa tem gerado novas demandas ou desafios para o Sindicato? Caso positivo, quais?	Sim, quanto maior a população atendida, mais demandas. Acolhimento, atendimento médico, medicação, realização de exames médicos. Em que pese os convênios oferecidos, muitas vezes o sindicato precisa intermediar situações, auxiliar pessoas encaminhando ao atendimento oferecido pelo SUS.
	Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Aposentados em Taquara?	A Associação busca convênios com médicos, clínicas, farmácias e comércio, com o objetivo de obter descontos para o atendimento dos associados. Além disso realiza a carteira de ônibus para que o idoso possa viajar de forma gratuita ou com descontos. A Associação promove viagens turísticas para os idosos com um custo acessível.
Ministério Público	Para o Ministério Público, as políticas públicas locais estão preparadas para enfrentar os desafios decorrentes do envelhecimento populacional?	A Entrevistada destacou a importância da criação de “centro-dias” com equipes multidisciplinares de atenção à saúde do idoso.
Conselho Municipal do Idoso	O envelhecimento populacional tem impactado diretamente as políticas públicas voltadas para os idosos no município? De que forma?	A proporção crescente de idosos leva a mais doenças crônicas: hipertensão, diabetes, problemas cardiovasculares, exigindo maior atenção primária.

		Outro fator é um desafio em planejar ações preventivas mais eficientes e integrar assistência social com saúde e segurança financeira dos idosos
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas realizadas (2025/2026).

A análise das entrevistas evidencia que o envelhecimento populacional já repercute diretamente sobre a dinâmica do sistema municipal de saúde de Taquara/RS, especialmente em razão do aumento progressivo da demanda por atendimentos médicos, medicamentos e acompanhamento contínuo da população idosa. Conforme relatado pela Secretaria Municipal de Saúde, os idosos atualmente representam o grupo populacional que mais utiliza os serviços públicos de saúde do município, realidade que demonstra a consolidação da transição demográfica no âmbito local.

Os relatos institucionais também evidenciam mudança significativa no perfil das demandas assistenciais, especialmente em razão do crescimento das doenças crônicas e degenerativas associadas ao envelhecimento, como hipertensão, diabetes, problemas cardiovasculares e limitações funcionais. Tal cenário amplia a necessidade de acompanhamento permanente, utilização contínua de medicamentos e atendimento multiprofissional, impondo desafios crescentes à estrutura pública de saúde.

As entrevistas também revelam importantes limitações estruturais enfrentadas pelo sistema municipal de saúde no atendimento à população idosa. Embora o município desenvolva ações por meio da Estratégia Saúde da Família e do Programa Melhor em Casa, os relatos apontam ausência de serviços especializados voltados especificamente à saúde da pessoa idosa, insuficiência de profissionais capacitados em geriatria e gerontologia e limitações operacionais relacionadas à cobertura territorial da atenção básica.

A própria Secretaria Municipal de Saúde reconhece que o número de agentes comunitários atualmente existente se encontra abaixo do quantitativo ideal previsto pela Estratégia Saúde da Família, circunstância que dificulta o acompanhamento adequado da população idosa, especialmente em áreas rurais mais distantes. Nesse contexto, a extensão territorial do município e a precariedade do transporte público

rural surgem como fatores adicionais de vulnerabilização, limitando o acesso de muitos idosos aos serviços públicos de saúde.

As entrevistas também evidenciam que parte das demandas relacionadas à saúde da população idosa vem sendo absorvida por instituições da sociedade civil, especialmente pela Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara (AAPT). Conforme relatado pelos entrevistados, a entidade atua de forma complementar ao sistema público de saúde, auxiliando idosos na obtenção de consultas, exames, medicamentos e encaminhamentos médicos.

Além da intermediação junto aos serviços públicos e privados de saúde, a associação mantém convênios com médicos, clínicas e farmácias, buscando reduzir os custos enfrentados pela população idosa e ampliar o acesso aos serviços de saúde. Tal realidade evidencia não apenas o aumento das demandas assistenciais decorrentes do envelhecimento populacional, mas também as limitações estruturais enfrentadas pelo poder público municipal para garantir atendimento integral à população idosa.

As percepções institucionais obtidas junto ao Conselho Municipal do Idoso, ao Ministério Público e à ILPI Lar Oase demonstram que o envelhecimento populacional vem ampliando demandas relacionadas ao cuidado continuado, à saúde mental, à perda de autonomia funcional e à necessidade de acompanhamento permanente da população idosa. Os entrevistados destacaram, ainda, situações recorrentes de isolamento social, dificuldades de mobilidade e insuficiência da rede de apoio familiar, fatores que tendem a intensificar condições de vulnerabilidade e dependência.

Nesse contexto, o envelhecimento deixa de representar apenas uma transformação demográfica e passa a exigir reorganização progressiva das políticas públicas locais, especialmente no âmbito da saúde, assistência social e proteção institucional da pessoa idosa.

As repercussões do envelhecimento sobre o sistema municipal de saúde dialogam diretamente com os princípios da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), especialmente no que se refere à promoção do envelhecimento ativo, à manutenção da autonomia e à organização de serviços capazes de atender às necessidades específicas da população idosa.

Nesse contexto, a atenção primária à saúde assume papel estratégico, especialmente na prevenção de agravos, no acompanhamento de doenças crônicas

e na coordenação do cuidado continuado da população idosa, conforme previsto nas diretrizes do Sistema Único de Saúde.

A análise das entrevistas evidencia que o envelhecimento populacional já repercute diretamente sobre o sistema municipal de saúde de Taquara/RS, especialmente em razão do aumento das doenças crônicas, da ampliação da demanda por medicamentos e da necessidade de acompanhamento contínuo da população idosa. Os relatos institucionais demonstram que os idosos passaram a representar parcela significativa dos atendimentos realizados pelo sistema público de saúde, exigindo reorganização progressiva dos serviços assistenciais e fortalecimento das políticas de atenção integral à pessoa idosa.

Os achados empíricos confirmam as discussões apresentadas no referencial teórico acerca das repercussões do envelhecimento sobre o SUS e sobre as políticas públicas de saúde, evidenciando que a transição demográfica tende a ampliar a demanda assistencial e os desafios relacionados à organização dos serviços municipais de saúde. Nesse contexto, o envelhecimento populacional impõe não apenas aumento quantitativo da demanda, mas também necessidade de adaptação qualitativa das estruturas públicas de cuidado e atenção à saúde.

4.4 Repercussões no mercado de trabalho e inserção produtiva

O envelhecimento populacional produz efeitos relevantes sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho, especialmente em municípios cuja base econômica depende de setores tradicionais e apresenta limitações na diversificação produtiva. Conforme apresentado por Oliveira (2019), a transição demográfica caracteriza-se pela redução das taxas de fecundidade e mortalidade, associada ao aumento da expectativa de vida, processo que altera significativamente a estrutura etária da população e contribui para o crescimento da população idosa. Esse fenômeno, como também destacam Souza et al. (2021), produz impactos diretos nas dimensões econômica, social e institucional.

Além do crescimento proporcional da população idosa, a transição demográfica repercute diretamente sobre a composição da população economicamente ativa, reduzindo proporcionalmente a participação da população jovem e impondo novos desafios à organização das relações de trabalho e à dinâmica produtiva local.

No âmbito da pesquisa de campo, os questionamentos direcionados às instituições entrevistadas buscaram identificar de que forma o envelhecimento populacional vem repercutindo sobre o mercado de trabalho local, especialmente em relação à permanência de pessoas idosas na atividade produtiva, à reinserção laboral após a aposentadoria e às dificuldades enfrentadas pela população acima de 50 anos no acesso ao emprego formal.

As entrevistas também procuraram compreender como os órgãos públicos e entidades locais percebem os impactos da transição demográfica sobre a dinâmica laboral do município, bem como a existência de políticas públicas voltadas à empregabilidade e à valorização da população idosa no mercado de trabalho.

Tabela 8 – Percepções institucionais sobre as repercussões do envelhecimento populacional no mercado de trabalho e na inserção produtiva em Taquara/RS

Instituição	Pergunta	Resposta
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS/SINE	O SINE tem percebido mudanças no perfil etário dos trabalhadores que buscam intermediação de mão de obra em Taquara, especialmente no aumento da população idosa?	A instituição relatou crescimento significativo da procura por vagas por pessoas entre 50 e 70 anos, destacando dificuldades de reinserção laboral e percepção positiva quanto ao comprometimento desses trabalhadores
FGTAS/SINE	Quais são os principais desafios enfrentados por trabalhadores idosos no acesso, permanência ou reinserção no mercado de trabalho local?	A delimitação de idade por parte de algumas empresas que estabelecem um perfil mais jovem para as vagas ofertadas. É comum algumas empresas delimitarem a idade para a vaga oferecida; ausência de qualificação; limitação com as tecnologias atuais; fornecimento de transporte por parte da empresa.
FGTAS/SINE	O envelhecimento populacional tem exigido adaptações nas políticas de qualificação profissional, intermediação de emprego ou orientação ao trabalhador desenvolvidas pelo SINE?	Sim, principalmente na intermediação de emprego que é a atividade mais desenvolvida, mas há limitações pelas situações já referidas como limitação de idade em vagas ofertadas, ausência de qualificação profissional
FGTAS/SINE	Existem programas, ações ou iniciativas específicas voltadas à	Não, até o momento não há nada específico. O assunto já é

	empregabilidade ou requalificação da população idosa em Taquara? Como o órgão avalia seus resultados?	tratado em algumas reuniões, mas ainda não há nada implementado.
FGTAS/SINE	Na avaliação do SINE, quais são as principais repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no mercado de trabalho do município nos próximos anos?	Há uma maior parcela dessa população procurando por emprego e procurando se inserir no mercado de trabalho; ainda há uma preferência pelo público mais jovem pelos empregadores; pouca qualificação profissional para as vagas existentes. Percebe que mesmo pessoa aposentada tem procurado emprego para complementar a renda, pois não conseguem atender as suas necessidades com o benefício recebido do governo.
Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara (AAPT)	O Sindicato percebe que muitos aposentados buscam continuar trabalhando ou retornar ao mercado de trabalho em Taquara? Quais os motivos mais frequentes?	O sindicato normalmente tem contato com o aposentado inativo, mas percebe que muitos possuem dificuldades de se manter com seus benefícios, e, boa parte se acomoda à situação, mas há alguns que continuam trabalhando para complementar a renda recebida da aposentadoria.
	Existem políticas públicas ou iniciativas locais que estimulem a reinserção de aposentados no mercado de trabalho? Como o Sindicato vê essa questão?	Desconhece. O sindicato entende que seria importante o incentivo à manutenção do idoso no mercado de trabalho, pois muitos gozam de saúde ou as vezes se aposentam cedo a manutenção da atividade seria importante para eles. Muitos param de trabalhar, ficam sem atividade e começam a adoecer.
Conselho Municipal do Idoso	Na visão do Conselho, quais são os principais desafios enfrentados pela população idosa de Taquara atualmente?	Desigualdade socioeconômico e financeiro; Acesso limitado à saúde e doenças crônicas; Perda de autonomia funcional; Isolamento social e saúde mental Violência e abuso; Mobilidade urbana e acessibilidade: Desatualização tecnológica e Mercado de trabalho.
Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania	Como o envelhecimento populacional afeta o mercado de trabalho local, especialmente no que se refere à inserção ou permanência dos idosos no trabalho?	O mercado de trabalho atual apresenta uma dinâmica que muitas vezes exclui o idoso, tanto pela exigência de produtividade quanto pela

		dificuldade de adaptação a novas tecnologias. Apesar disso, o SUAS, em articulação com políticas de trabalho e renda, reconhece a importância de pensar alternativas que valorizem a experiência do idoso, garantindo inclusão e respeito aos limites decorrentes do processo de envelhecimento.
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas realizadas (2025/2026).

As entrevistas realizadas junto à FGTAS/SINE demonstram que o envelhecimento populacional já repercute diretamente sobre a dinâmica laboral do município, especialmente pelo aumento da procura por emprego por pessoas acima dos 50 anos de idade, incluindo aposentados que buscam reinserção produtiva como forma de complementação de renda.

Os relatos institucionais evidenciam mudança significativa no perfil dos trabalhadores que procuram vagas de emprego, realidade anteriormente menos frequente no contexto local. Conforme destacado pelo entrevistado, trabalhadores mais velhos passaram a ocupar espaço crescente na demanda por emprego formal, especialmente em atividades relacionadas ao comércio e atendimento ao público.

A permanência de aposentados no mercado de trabalho evidencia que, em muitos casos, os benefícios previdenciários mostram-se insuficientes para garantir manutenção adequada das condições de vida da população idosa. As entrevistas revelam que parte significativa dos trabalhadores mais velhos busca reinserção produtiva não apenas por desejo de permanência ativa, mas por necessidade econômica, especialmente diante do aumento dos custos relacionados à saúde, medicamentos e manutenção familiar.

Tal realidade confirma as discussões apresentadas no referencial teórico acerca da crescente dependência da renda complementar no contexto do envelhecimento populacional, especialmente em cenários marcados pela precarização das relações de trabalho e limitação do valor médio dos benefícios previdenciários.

As entrevistas também revelam persistência de barreiras estruturais relacionadas à inserção produtiva da população idosa. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se a preferência empresarial por trabalhadores mais jovens,

a exigência de domínio de tecnologias digitais, limitações de qualificação profissional e práticas discriminatórias associadas à idade.

Conforme relatado pelo representante da FGTAS/SINE, algumas empresas estabelecem informalmente limites etários para contratação, priorizando perfis considerados mais jovens para determinadas vagas. Tal realidade evidencia a permanência do etarismo no mercado de trabalho local, fenômeno que restringe oportunidades de permanência produtiva e desvaloriza a experiência acumulada pelos trabalhadores mais velhos.

Essas dificuldades confirmam a análise de Souza et al. (2021) que aponta para a persistência do etarismo no mercado de trabalho, fenômeno que limita a valorização da experiência acumulada e restringe oportunidades de envelhecimento ativo produtivo.

Outro aspecto relevante diz respeito à informalidade. Conforme relatado nas entrevistas, parte significativa dos trabalhadores mais velhos atua em atividades informais ou autônomas, especialmente após a aposentadoria. Essa realidade possui implicações macroestruturais, pois reduz a base contributiva da previdência social e amplia a dependência de benefícios assistenciais no longo prazo, retroalimentando as pressões sobre a seguridade social, conforme apontado por Camarano e Pasinato (2004).

Sob o ponto de vista das políticas públicas, a Constituição Federal de 1988 estabelece o trabalho como direito social fundamental. O Estatuto da Pessoa Idosa assegura prioridade na efetivação de direitos e proíbe discriminação por idade no mercado de trabalho. Todavia, as entrevistas revelam ausência de programas governamentais específicos voltados à requalificação profissional ou incentivo à permanência do idoso na atividade produtiva.

A Política Nacional do Idoso e as diretrizes do envelhecimento ativo defendem a valorização da participação social e econômica da população idosa, reconhecendo o trabalho como elemento central para a manutenção da autonomia e da autoestima.

As entrevistas também evidenciam que a permanência na atividade produtiva pode assumir dimensão que ultrapassa a necessidade econômica, relacionando-se à manutenção do convívio social, do sentimento de utilidade e da autonomia da população idosa. Conforme destacado pela Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara, muitos idosos que deixam abruptamente o mercado de trabalho passam a apresentar situações de isolamento social e adoecimento,

circunstância que reforça a importância do envelhecimento ativo e da participação social no processo de envelhecimento saudável.

Contudo, no contexto local analisado, não foram identificadas iniciativas voltadas à promoção da empregabilidade da população idosa, tampouco ações estruturadas ou políticas públicas específicas que fomentem sua inserção ou permanência no mercado de trabalho. Quando entrevistado, sobre ações ou iniciativas específicas voltadas à empregabilidade ou requalificação da população idosa em Taquara, o representante do SINE mencionou que “até o momento não há nada específico. O assunto já é tratado em algumas reuniões, mas ainda não há nada implementado”.

Do ponto de vista econômico regional, Taquara apresenta PIB aproximado de R\$ 1,8 bilhão (DEE, 2025) e estrutura produtiva concentrada no setor de serviços e comércio. A expansão do setor terciário pode, em tese, favorecer a absorção de trabalhadores mais experientes, especialmente em atividades que valorizem atendimento ao público e conhecimento acumulado. Contudo, a ausência de programas de capacitação voltados especificamente ao público 50+ limita essa possibilidade.

A ampliação da participação de pessoas idosas no mercado de trabalho também possui dimensão positiva sob a perspectiva do desenvolvimento regional. Trabalhadores mais experientes podem contribuir para transmissão de conhecimento, fortalecimento de redes produtivas e manutenção da atividade econômica em contextos de redução da população jovem. Entretanto, para que tal potencial seja efetivamente aproveitado, é necessária política pública articulada que envolva qualificação, estímulo ao empreendedorismo sênior e combate à discriminação etária.

A análise integrada dos dados demográficos e das percepções institucionais permite identificar que o envelhecimento populacional em Taquara já influencia a dinâmica laboral, tanto pelo aumento da procura por emprego por pessoas mais velhas quanto pela maior permanência no mercado após a aposentadoria. Contudo, a estrutura produtiva local ainda não está plenamente adaptada a essa nova realidade etária.

Em síntese, as repercussões do envelhecimento no mercado de trabalho municipal evidenciam-se pelo aumento da procura por emprego por pessoas com mais de 50 anos, pela necessidade de complementação de renda por parte de

aposentados, pela existência de barreiras estruturais e de discriminação etária, bem como pela persistência da informalidade. Soma-se a esse cenário a inexistência de uma política municipal estruturada voltada ao envelhecimento ativo com ênfase na inserção e permanência produtiva da população idosa.

Esses elementos indicam que o envelhecimento populacional impacta diretamente a dinâmica do mercado de trabalho, exigindo reconfiguração das formas de inserção produtiva. Os achados empíricos dialogam com Souza et al. (2021), ao evidenciar que a transição demográfica altera a composição da população economicamente ativa e influencia a organização do trabalho. Ao mesmo tempo, corroboram a análise de Veras (2009) e Wong; Carvalho (2006), que aponta que o envelhecimento populacional produz efeitos econômicos relevantes, especialmente no que se refere à redução relativa da força de trabalho e ao aumento da dependência de renda previdenciária. Nesse sentido, a permanência de idosos no mercado de trabalho em Taquara confirma a literatura ao demonstrar estratégias de adaptação frente às limitações de renda e às transformações demográficas.

Nesse contexto, observa-se que o envelhecimento populacional tende a produzir impactos estruturais sobre a dinâmica produtiva local, exigindo adaptação progressiva das políticas públicas de emprego, qualificação profissional e inclusão produtiva, especialmente diante da ampliação da participação de trabalhadores mais velhos na composição da força de trabalho municipal.

4.5 Políticas públicas, governança e desenvolvimento regional

O envelhecimento populacional produz repercussões que ultrapassam os limites das políticas setoriais de previdência, saúde e trabalho, exigindo reorganização institucional, fortalecimento da governança pública e planejamento integrado das políticas públicas municipais. Conforme discutido no referencial teórico, a transição demográfica constitui fenômeno estrutural e de longo prazo, cujos efeitos repercutem sobre a organização do território, a dinâmica urbana, os vínculos familiares, a proteção social e a formulação de políticas públicas voltadas à garantia da autonomia, da participação social e da dignidade da população idosa.

Nesse contexto, a gestão do envelhecimento demanda articulação intersetorial entre saúde, assistência social, mobilidade urbana, planejamento territorial, proteção social e participação comunitária, superando abordagens

fragmentadas e reativas. As entrevistas realizadas no município de Taquara/RS evidenciam que o envelhecimento populacional já produz impactos concretos sobre a organização das políticas públicas locais, especialmente no que se refere à ampliação das demandas socioassistenciais, à necessidade de adaptação da infraestrutura urbana e ao fortalecimento das instâncias de governança voltadas à população idosa.

Tabela 9 – Percepções institucionais sobre políticas públicas, governança e desenvolvimento regional diante do envelhecimento populacional em Taquara/RS

Instituição	Pergunta	Resposta
Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania	Quais as principais repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município?	Crescimento das demandas relacionadas à vulnerabilidade social, judicialização, institucionalização e necessidade de proteção social especial, gerando impacto direto no orçamento público municipal.
	Quais os principais desafios enfrentados pela assistência social diante do envelhecimento?	Fragilização dos vínculos familiares, abandono, ausência de cuidadores, conflitos familiares e necessidade crescente de acompanhamento socioassistencial da população idosa.
	Existe diagnóstico ou mapeamento da população idosa?	O município iniciou mapeamento territorial dos idosos por bairros, identificando condições familiares e sociais para subsidiar a formulação de políticas públicas.
Conselho Municipal do Idoso	Como o Conselho percebe o envelhecimento populacional no município?	O envelhecimento é compreendido como desafio crescente que exige políticas públicas específicas voltadas à autonomia, qualidade de vida e inclusão social da população idosa.
	Quais são as principais demandas relacionadas à população idosa?	Crescimento das demandas envolvendo saúde, cuidados de longo prazo, saúde mental, violência contra idosos, capacitação de cuidadores, mobilidade urbana e acessibilidade.
	Como o Conselho avalia as políticas públicas existentes?	Embora existam iniciativas relevantes, o município ainda

		apresenta carência de políticas públicas abrangentes e estratégicas voltadas à população idosa em situação de vulnerabilidade.
Ministério Público	Como o envelhecimento populacional repercute na atuação institucional do Ministério Público?	Houve crescimento significativo da demanda envolvendo idosos, especialmente situações relacionadas a institucionalização, abandono, ausência de cuidados familiares e fiscalização de ILPIs.
	Quais são as situações mais recorrentes envolvendo idosos?	Predominam casos de idosos vivendo sozinhos, fragilidade familiar, ausência de cuidadores e necessidade de intervenção institucional para garantia de direitos e proteção social.
	Como o Ministério Público avalia a estrutura municipal voltada à população idosa?	O órgão destaca a importância do fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso, do Fundo Municipal do Idoso e da criação de serviços especializados, como centros-dia para atendimento da população idosa.
Secretaria de Planejamento, Habitação, Segurança, Mobilidade e Trânsito	Quais os impactos do envelhecimento sobre a mobilidade urbana e o planejamento territorial?	O envelhecimento populacional evidencia limitações relacionadas ao transporte público, acessibilidade, passeios públicos e adequação da infraestrutura urbana às necessidades da população idosa.
	Quais os principais desafios futuros relacionados ao envelhecimento?	O município enfrenta dificuldades para adaptar estruturas urbanas antigas às normas de acessibilidade, além de resistência social às mudanças necessárias voltadas à população idosa.
ILPI Lar OASE	A instituição percebe aumento da procura por acolhimento institucional?	A ILPI identifica crescimento da procura por vagas em razão do envelhecimento populacional e do aumento da dependência funcional da população idosa.
	Quais os principais desafios enfrentados pelas instituições de longa permanência?	Necessidade de conciliar qualidade do atendimento com limitações financeiras das famílias, além de dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços especializados do SUS.
Associação dos Aposentados e	Quais os principais reflexos do envelhecimento percebidos pela	Crescimento das demandas por atendimento médico,

Pensionistas de Taquara (AAPT)	entidade?	medicamentos, acolhimento institucional e fortalecimento das políticas públicas voltadas à população idosa.
Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara (AAPT)	Quais são as principais necessidades percebidas pela entidade?	Necessidade de maior apoio institucional, fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso e ampliação da rede de acolhimento e proteção da população idosa vulnerável.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas realizadas (2025/2026).

As entrevistas realizadas junto aos órgãos públicos e entidades da sociedade civil evidenciam que o envelhecimento populacional já repercute diretamente sobre a organização das políticas públicas municipais em Taquara/RS, especialmente nas áreas de assistência social, mobilidade urbana, acessibilidade e governança institucional. Conforme discutido no referencial teórico, a transição demográfica não se restringe à alteração da estrutura etária da população, mas implica transformações nas relações familiares, na organização do território e na formulação de políticas públicas voltadas à proteção social e à garantia da autonomia da população idosa (Camarano, 2004; Oliveira, 2019).

No município de Taquara, o Censo Demográfico 2022 confirma a consolidação de uma estrutura etária envelhecida, inserida em um Estado que apresenta uma das maiores proporções de idosos do país. Essa realidade repercute diretamente na ampliação das demandas dirigidas à rede socioassistencial municipal.

As entrevistas realizadas junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania evidenciam um aumento expressivo no número de atendimentos envolvendo pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, especialmente relacionados a casos de negligência e abandono familiar, conflitos intergeracionais, ausência de cuidadores, judicialização de pedidos de acolhimento institucional e crescente necessidade de acompanhamento psicossocial, o que revela a complexificação das demandas sociais associadas ao processo de envelhecimento no contexto local.

Esse conjunto de situações confirma a análise de Camarano e Pasinato (2004) e Oliveira (2019), ao evidenciar a fragilização do cuidado informal, tradicionalmente exercido no âmbito familiar. As transformações demográficas e

socioeconômicas, como a redução do número médio de filhos, a migração de jovens para outros centros urbanos e as exigências do mercado de trabalho, limitam a capacidade das famílias de prover cuidado contínuo aos idosos dependentes. Nesse sentido, o envelhecimento populacional implica a reconfiguração das responsabilidades de cuidado, deslocando progressivamente parte dessa função para o Estado e para as políticas públicas de proteção social.

Contudo, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade e bem-estar. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) reforça esse dever, prevendo proteção contra negligência, discriminação, violência e abandono. Contudo, as entrevistas indicam que, na prática, a responsabilização familiar nem sempre é viável, exigindo intervenção do poder público.

Nesse contexto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desempenha papel central. O município dispõe de recursos como CRAS, CREAS e oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que atuam tanto na proteção social básica quanto na proteção social especial. Segundo relato da Secretaria de Desenvolvimento Social, observa-se aumento progressivo de situações que demandam atuação da Proteção Social Especial, sobretudo em casos envolvendo violação de direitos.

A ampliação da institucionalização também constitui elemento relevante dessa categoria. Conforme mencionado nas entrevistas com o Ministério Público e representantes de ILPIs, houve crescimento no número de Instituições de Longa Permanência para Idosos no município nos últimos anos. Esse fenômeno reflete não apenas o envelhecimento populacional, mas também a insuficiência do cuidado familiar. A institucionalização, embora prevista como medida de proteção, representa alternativa que demanda fiscalização constante, recursos públicos e articulação multissetorial.

Outro aspecto identificado refere-se à importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) como instrumento de segurança de renda para idosos em situação de vulnerabilidade. A Secretaria de Desenvolvimento Social destacou a existência de servidora responsável pela instrução técnica dos requerimentos e acompanhamento dos beneficiários, evidenciando o papel estruturante do benefício na garantia de subsistência. Entretanto, o acesso ao BPC depende do cumprimento

de critérios legais restritivos, o que pode excluir idosos em situação limítrofe de vulnerabilidade.

A atuação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa assume centralidade no contexto municipal como instância de controle social, deliberação e indução de políticas públicas voltadas ao envelhecimento. Nas entrevistas realizadas, especialmente junto ao Ministério Público, evidencia-se que a reativação do Conselho foi compreendida como passo fundamental para recompor a governança local na área, após período de desarticulação. A promotoria destacou que “agora, esse ano, eu comecei a empurrar [...] para que o município regularizasse alguns conselhos, e um deles é o Conselho do Idoso”, ressaltando que sua retomada já resultou em atuação concreta, inclusive com visitas às ILPIs e acompanhamento de situações problemáticas (Entrevista Ministério Público, 2025).

Em outro momento, foi enfática ao afirmar a importância da criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, mencionando que, diferentemente do Fundo da Criança e do Adolescente, o município ainda não dispunha de mecanismo estruturado para captação de recursos destinados especificamente à população idosa, o que limita a implementação de projetos e ações continuadas (Entrevista Ministério Público, 2025).

Essa lacuna também foi percebida nas falas de representantes da Assistência Social e da associação de aposentados, que apontaram a necessidade de maior institucionalidade, planejamento e autonomia financeira para que o Conselho exerça efetivamente seu papel deliberativo, e não apenas formal. As entrevistas também indicam fragilidades históricas na consolidação de uma agenda institucional estruturada voltada ao envelhecimento, evidenciando limitações relacionadas ao planejamento, à continuidade das ações e à efetiva capacidade deliberativa do Conselho. Ao mesmo tempo, as entrevistas indicam que sua rearticulação abre espaço para maior integração entre assistência social, saúde e órgãos de fiscalização, especialmente no acompanhamento das ILPIs, na apuração de denúncias de maus-tratos e na proposição de serviços como o centro-dia e programas de capacitação de cuidadores.

Nesse sentido, o Conselho configura-se como arena estratégica de mediação entre Estado e sociedade civil, capaz de transformar demandas difusas — provenientes de aposentados, familiares e instituições — em diretrizes institucionais e projetos financiáveis. Suas repercussões extrapolam o plano administrativo, pois

incidem diretamente sobre a capacidade do município de planejar o envelhecimento como política pública transversal, evitando respostas fragmentadas e reativas.

Do ponto de vista socioeconômico, o envelhecimento associado à fragilidade familiar amplia a demanda por serviços públicos de acolhimento, atendimento psicossocial e acompanhamento domiciliar. As entrevistas evidenciam crescimento dos casos de abandono, conflitos familiares e necessidade de intervenção estatal para garantia de direitos, fenômeno que tensiona tanto a proteção social básica quanto a especial. Municípios de porte médio, como Taquara, enfrentam restrições orçamentárias que dificultam a expansão da rede socioassistencial, tornando necessária maior articulação com políticas estaduais e federais, bem como mecanismos de cofinanciamento.

A análise integrada das entrevistas e do referencial teórico permite afirmar que o envelhecimento populacional em Taquara produz repercussões diretas na organização da assistência social, manifestando-se em três dimensões principais: o aumento da demanda por proteção social especial decorrente de situações de violação de direitos; o crescimento da institucionalização como resposta à fragilidade dos vínculos familiares e à insuficiência de cuidados no ambiente domiciliar; e a ampliação da dependência de benefícios assistenciais como mecanismo de subsistência, especialmente entre idosos de baixa renda e com trajetórias laborais marcadas pela informalidade e pela baixa contribuição previdenciária ao longo do ciclo de vida.

Esses resultados convergem com o referencial teórico que indica que o envelhecimento populacional, quando associado às desigualdades socioeconômicas acumuladas ao longo do ciclo de vida, tende a ampliar a demanda por políticas de assistência social e por mecanismos de proteção social de caráter não contributivo, reforçando o papel do Estado na garantia de condições mínimas de subsistência e dignidade na velhice (Camarano, 2004; Oliveira, 2019).

Observa-se neste contexto, que o avanço do envelhecimento demográfico produz efeitos diretos sobre a organização da assistência social, especialmente no que se refere à ampliação das demandas por proteção e cuidado. Os resultados obtidos dialogam com Oliveira (2019), ao indicar que o envelhecimento implica a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à população idosa. Da mesma forma, o estudo corrobora Faleiros (2013), ao demonstrar que, apesar dos avanços normativos, ainda persistem desafios relacionados à efetivação das

políticas de proteção social e à garantia de atendimento adequado às demandas crescentes desse grupo populacional.

Dessa forma, a assistência social emerge como eixo estratégico na gestão das repercussões do envelhecimento, demandando integração com políticas de saúde, previdência, habitação e mobilidade urbana, a fim de garantir proteção integral e promoção da dignidade da pessoa idosa.

O envelhecimento populacional produz efeitos que extrapolam as dimensões econômicas e assistenciais, alcançando diretamente a organização do espaço urbano, a mobilidade e a acessibilidade. Nesse contexto, o crescimento da população idosa exige adaptações na infraestrutura urbana, no transporte público, nos espaços públicos e nos serviços urbanos, de modo a garantir acessibilidade, autonomia e qualidade de vida a essa população. Conforme discutido na fundamentação teórica, a construção de cidades inclusivas e adaptadas ao envelhecimento constitui elemento central das políticas contemporâneas de desenvolvimento urbano e territorial, uma vez que o aumento da longevidade e a maior prevalência de limitações funcionais associadas à idade demandam planejamento urbano, políticas públicas integradas e reorganização dos espaços urbanos para atender às novas demandas demográficas (Nascimento et al., 2020; Souza et al., 2021).

As transformações na estrutura etária da população do município de Taquara impõem a necessidade crescente de adaptação do espaço urbano às demandas específicas da população idosa. O aumento da proporção de pessoas com 60 anos ou mais não apenas altera o perfil demográfico, mas também intensifica o uso de serviços públicos, equipamentos de saúde, espaços de convivência e do transporte coletivo, exigindo readequações na infraestrutura e no planejamento territorial. Trata-se de uma mudança estrutural que demanda incorporação sistemática da variável “envelhecimento” nas diretrizes de desenvolvimento urbano, sob pena de ampliação de barreiras físicas e sociais.

As entrevistas realizadas junto à Secretaria de Planejamento, Habitação, Segurança, Mobilidade e Trânsito indicam que o envelhecimento populacional já é reconhecido como fator relevante no planejamento urbano local, ainda que de forma reativa e condicionada às limitações estruturais existentes. Foram mencionadas, por exemplo, as fragilidades do transporte público municipal, especialmente a existência de apenas uma linha regular para atendimento à zona rural, o que restringe a

mobilidade da população idosa residente no interior. Também se destacou a necessidade de subsídio público para assegurar a gratuidade do transporte às pessoas idosas, o que repercute diretamente no equilíbrio econômico do sistema e na sustentabilidade financeira da operação.

Além disso, emergiram nas entrevistas problemas relacionados à acessibilidade urbana, notadamente a precariedade de calçadas e passeios públicos, muitas vezes irregulares ou sem padronização, dificultando a circulação segura de pessoas com mobilidade reduzida. Soma-se a esse cenário o crescimento urbano consolidado sem planejamento prévio adequado, o que resultou em bairros com infraestrutura limitada, ausência de desenho universal e carência de adequações voltadas à população idosa. Esses elementos evidenciam que a infraestrutura urbana ainda não foi plenamente ajustada às exigências de uma sociedade em processo de envelhecimento, revelando a necessidade de planejamento integrado que articule mobilidade, acessibilidade, uso do solo e políticas sociais, de modo a promover um ambiente urbano mais inclusivo e funcional para todas as faixas etárias.

A legislação brasileira estabelece diretrizes claras quanto à acessibilidade. A Constituição Federal, o Estatuto da Pessoa Idosa e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) asseguram o direito à mobilidade, à acessibilidade e à participação na vida comunitária. Ademais, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) prevê que o planejamento urbano deve promover o bem-estar de seus habitantes, o que inclui adaptação do espaço físico às necessidades da crescente população idosa.

Entretanto, as entrevistas indicam que a consolidação histórica do tecido urbano de Taquara, marcada por crescimento gradual e ausência de planejamento estruturado em períodos anteriores, dificulta intervenções imediatas e abrangentes. A adequação de calçadas, a instalação de rampas de acesso e a reestruturação viária dependem de recursos financeiros, fiscalização e, muitas vezes, da cooperação da população.

Outro aspecto relevante refere-se à acessibilidade dos prédios públicos. Foi mencionado que o novo complexo de saúde municipal já atende às normas de acessibilidade, representando avanço institucional. Contudo, outras edificações mais antigas ainda apresentam limitações estruturais, demandando investimentos para adequação às normas vigentes.

A mobilidade urbana assume relevância especial quando relacionada ao acesso a serviços de saúde. Idosos com mobilidade reduzida ou residentes na zona rural enfrentam dificuldades de deslocamento, o que pode comprometer o acompanhamento médico regular e a realização de exames. Assim, a limitação do transporte público não representa apenas obstáculo logístico, mas potencial fator de agravamento de condições de saúde.

Sob a perspectiva socioeconômica, a insuficiência de infraestrutura urbana acessível pode contribuir para o isolamento social da população idosa, reduzindo sua participação em atividades comunitárias e ampliando situações de vulnerabilidade social. A literatura sobre envelhecimento destaca que a autonomia, a mobilidade e a participação social dos idosos estão diretamente relacionadas às condições do ambiente urbano, à acessibilidade e à disponibilidade de serviços públicos, sendo esses fatores fundamentais para a manutenção da qualidade de vida e para o envelhecimento ativo. Nesse sentido, a construção de ambientes urbanos acessíveis e inclusivos constitui elemento essencial para garantir a autonomia e a inclusão social da população idosa (Camarano; Pasinato, 2004).

Além disso, a necessidade de subsídio municipal ao transporte gratuito demonstra reflexo financeiro indireto do envelhecimento sobre o orçamento público. À medida que cresce o número de idosos com direito à gratuidade, aumenta a necessidade de compensação financeira às empresas prestadoras de serviço, pressionando as finanças municipais.

Outro elemento destacado nas entrevistas refere-se à resistência social às adaptações necessárias, especialmente no que diz respeito à adequação de calçadas por parte dos proprietários. Esse aspecto evidencia que o enfrentamento das repercussões do envelhecimento no espaço urbano depende não apenas de políticas públicas, mas também de mudança cultural e conscientização coletiva.

Os achados empíricos evidenciam que o envelhecimento populacional também produz impactos sobre a organização do espaço urbano e as condições de mobilidade. Esses resultados dialogam com Souza (2022), ao indicar que o envelhecimento é um fenômeno socialmente determinado, cujas implicações se manifestam nas condições concretas de vida da população. Da mesma forma, corrobora Oliveira (2019), ao demonstrar que a adaptação das políticas públicas é fundamental para garantir qualidade de vida à população idosa. Nesse sentido, as

limitações de acessibilidade observadas em Taquara evidenciam a necessidade de planejamento urbano mais sensível às transformações demográficas.

Dessa forma, o envelhecimento da população exige que o planejamento urbano municipal passe a considerar, de maneira mais concreta, as necessidades de pessoas de diferentes idades, adotando uma abordagem mais inclusiva e sensível às distintas gerações que compõem a cidade. A ausência de políticas estruturadas de adaptação progressiva pode ampliar desigualdades e comprometer a autonomia da população idosa. Em contrapartida, a adoção de estratégias de cidade amigável ao idoso pode contribuir para fortalecimento da coesão social, melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade do desenvolvimento regional.

As entrevistas também evidenciam que as repercussões do envelhecimento populacional ultrapassam as demandas setoriais, alcançando diretamente os mecanismos de governança pública, planejamento institucional e coordenação intersetorial das políticas públicas municipais. Conforme discutido na fundamentação teórica, o envelhecimento demográfico constitui um fenômeno estrutural, previsível e de longo prazo, o que exige atuação antecipada do poder público por meio de planejamento territorial, fortalecimento institucional e formulação de políticas públicas integradas, de modo a preparar o município para as transformações demográficas em curso (Oliveira, 2019).

No município de Taquara, as entrevistas revelam reconhecimento institucional do avanço do envelhecimento populacional e de seus reflexos nas áreas de saúde, assistência social, previdência, mercado de trabalho e mobilidade urbana. Contudo, esse reconhecimento ainda não se traduz plenamente em política pública integrada e sistematizada voltada especificamente à gestão do envelhecimento.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes participação na comunidade e defesa de sua dignidade. O Estatuto da Pessoa Idosa reforça a responsabilidade do poder público na formulação e execução de políticas que promovam envelhecimento ativo e proteção contra vulnerabilidades. Além disso, a Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa estabelecem diretrizes que orientam ações intersetoriais.

No plano municipal, destaca-se a existência do Conselho Municipal da Pessoa Idosa como instância de controle social e fiscalização. As entrevistas indicam que o Conselho atua no acompanhamento de denúncias, visitas a

Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e articulação com outras entidades locais. Todavia, também foram mencionados desafios relacionados ao fortalecimento institucional do Conselho, especialmente no que diz respeito à estruturação e operacionalização do Fundo Municipal do Idoso como instrumento de financiamento de políticas específicas.

A governança do envelhecimento em Taquara apresenta caráter predominantemente reativo, respondendo às demandas conforme surgem, em vez de operar com planejamento prospectivo baseado em projeções demográficas. Embora haja iniciativas positivas — como adequação de novo complexo de saúde às normas de acessibilidade e articulações intersetoriais no âmbito do SUAS — não se identificou, nas entrevistas, a existência de plano municipal específico para o envelhecimento ou estratégia integrada de longo prazo.

Outro desafio relevante refere-se à limitação orçamentária. Municípios de porte médio enfrentam restrições fiscais que condicionam a expansão de serviços e a implementação de novas políticas. O envelhecimento, ao ampliar demandas nas áreas de saúde, assistência e mobilidade, intensifica a necessidade de alocação eficiente de recursos e de captação de financiamentos externos, inclusive por meio de parcerias com os governos estadual e federal.

A fragmentação institucional também emerge como obstáculo à gestão das repercussões do envelhecimento populacional. Embora diferentes secretarias municipais reconheçam os efeitos do envelhecimento, a articulação entre elas ainda ocorre de forma pontual, especialmente em situações de urgência ou judicialização, evidenciando a predominância de ações setoriais e a ausência de planejamento integrado. A literatura sobre governança pública e planejamento territorial aponta que desafios demográficos complexos, como o envelhecimento populacional, exigem coordenação horizontal entre políticas públicas, integração institucional e planejamento de longo prazo, superando abordagens fragmentadas e setoriais da administração pública (Oliveira, 2019).

Além disso, as entrevistas apontam para necessidade de mudança cultural e sensibilização da sociedade quanto às adaptações exigidas pelo envelhecimento populacional. A resistência a adequações urbanas e a persistência de estigmas associados à idade demonstram que o desafio não é apenas institucional, mas também sociocultural.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, o envelhecimento populacional pode ser interpretado tanto como desafio quanto como oportunidade. A ausência de planejamento pode ampliar vulnerabilidades e pressionar o orçamento municipal; por outro lado, a incorporação estratégica da temática pode estimular políticas de envelhecimento ativo, economia prateada, turismo adaptado e fortalecimento da participação social dos idosos.

A análise das entrevistas permite identificar que os desafios institucionais relacionados ao envelhecimento populacional em Taquara concentram-se, de forma articulada, na ausência de planejamento estratégico específico voltado à gestão do envelhecimento, na necessidade de fortalecimento do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e de estruturação efetiva do respectivo Fundo como instrumentos de financiamento e indução de políticas públicas, bem como na ampliação da articulação intersetorial entre saúde, assistência social, trabalho e mobilidade urbana. Soma-se a esse quadro a exigência de adequação progressiva da infraestrutura urbana e institucional às demandas crescentes da população idosa, em contexto marcado por restrições fiscais municipais e elevada dependência de transferências intergovernamentais. Tais elementos revelam, em última instância, a necessidade de consolidação de uma cultura institucional orientada ao planejamento preventivo do envelhecimento, capaz de antecipar tendências demográficas e incorporar a variável etária como eixo estruturante do desenvolvimento local.

Esses elementos evidenciam que o envelhecimento populacional deve ser incorporado como variável estruturante do planejamento público. Os achados empíricos dialogam com Oliveira (2019), ao demonstrar que a transição demográfica exige a formulação de políticas públicas adaptadas às novas demandas sociais. Da mesma forma, corrobora Couto (2010) e Faleiros (2013), ao evidenciar que, embora haja avanços institucionais, persistem limitações na efetiva implementação das políticas voltadas à população idosa. Nesse sentido, a predominância de uma atuação reativa no município de Taquara revela a necessidade de fortalecimento da governança e do planejamento estratégico frente ao envelhecimento populacional.

Dessa forma, a governança emerge como eixo integrador das repercussões analisadas nas categorias anteriores, conectando seguridade social, saúde, mercado de trabalho, assistência social e mobilidade urbana. O avanço do envelhecimento populacional em Taquara exige, portanto, transição de uma postura

reativa para uma abordagem estratégica e prospectiva, capaz de transformar desafios demográficos em oportunidades de desenvolvimento regional inclusivo.

A análise das entrevistas realizadas com representantes de órgãos públicos e entidades da sociedade civil do município de Taquara permitiu identificar, de forma articulada, as múltiplas dimensões das repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no contexto local.

Os resultados evidenciam que o envelhecimento populacional, confirmado pelos dados do Censo Demográfico 2022, não se configura como fenômeno abstrato ou prospectivo, mas como realidade consolidada que já produz resultados concretos na gestão pública municipal.

No campo da seguridade social, verificou-se aumento da demanda por benefícios previdenciários e assistenciais, especialmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a crescente dependência familiar da renda previdenciária como as limitações do benefício para suprir das necessidades da população idosa. Essa dinâmica revela a centralidade da proteção de renda na sustentação econômica local, mas também expõe a vulnerabilidade financeira de parcela significativa da população idosa, sobretudo diante da insuficiência desses recursos para a cobertura das despesas associadas ao envelhecimento.

No âmbito do sistema de saúde, as entrevistas confirmam o padrão epidemiológico descrito na literatura: ampliação da demanda por acompanhamento de doenças crônicas, necessidade de cuidados continuados e maior pressão sobre a atenção básica. Embora o município disponha de rede estruturada de unidades básicas e de novo complexo de saúde com acessibilidade, persistem limitações relacionadas à especialização geriátrica, cobertura de agentes comunitários e acesso a serviços de média e alta complexidade.

Quanto ao mercado de trabalho, a transição demográfica manifesta-se tanto pela ampliação da procura por emprego por pessoas acima de 50 anos quanto pela permanência de aposentados na atividade produtiva para complementação de renda. Entretanto, barreiras estruturais, discriminação etária e ausência de políticas específicas de requalificação evidenciam descompasso entre a nova realidade demográfica e a estrutura produtiva local.

No que se refere à assistência social e aos vínculos familiares, as entrevistas revelam crescimento de situações envolvendo negligência, abandono e fragilização do cuidado informal, resultando em maior demanda por serviços do SUAS e

aumento da institucionalização em ILPIs. Essa realidade confirma a tese teórica de que o envelhecimento altera os arranjos familiares e redistribui responsabilidades de cuidado entre família e Estado.

No campo da mobilidade urbana e do espaço público, o envelhecimento impõe necessidade de adaptação da infraestrutura urbana, ampliação da acessibilidade e reestruturação do transporte coletivo. As limitações estruturais identificadas demonstram que a consolidação histórica do tecido urbano dificulta intervenções imediatas, exigindo planejamento progressivo e recursos específicos.

Por fim, a categoria relativa à governança e planejamento institucional evidencia que, embora haja reconhecimento do avanço do envelhecimento populacional, ainda não se observa política municipal integrada e prospectiva voltada especificamente à gestão desse fenômeno. A atuação das secretarias ocorre de forma setorial e predominantemente reativa, respondendo às demandas conforme surgem, sem planejamento estratégico estruturado de longo prazo.

A integração dessas categorias permite identificar um padrão comum: o envelhecimento populacional atravessa transversalmente todas as políticas públicas municipais, configurando-se como variável estruturante do desenvolvimento regional. As repercussões não são isoladas, mas interdependentes. A insuficiência de renda previdenciária impacta a saúde e a assistência social; as limitações de mobilidade dificultam o acesso a serviços de saúde; a fragilização familiar amplia a demanda por institucionalização; a ausência de políticas de trabalho para idosos reforça a dependência da seguridade social.

Desse modo, a análise qualitativa, articulada ao referencial teórico adotado, confirma o argumento central da dissertação: o envelhecimento populacional em Taquara produz repercussões socioeconômicas sistêmicas e interdependentes. Tais achados corroboram especialmente as contribuições de Camarano e Pasinato (2004), ao evidenciar o envelhecimento como fenômeno estruturante, e de Oliveira (2019), ao destacar a necessidade de adaptação das políticas públicas às transformações demográficas. Ademais, os resultados dialogam com dados do IBGE (2022), que demonstram o avanço do envelhecimento no Brasil e seus efeitos sobre a organização socioeconômica. Assim, evidencia-se que o envelhecimento populacional não representa apenas alteração quantitativa da estrutura etária, mas um processo qualitativo de transformação territorial, que exige planejamento integrado e ação institucional coordenada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar as repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara/RS, partindo da premissa de que a transição demográfica, longe de representar apenas alteração quantitativa da estrutura etária, constitui fenômeno estrutural capaz de redefinir a dinâmica econômica, institucional e territorial em escala local. A investigação confirmou essa hipótese ao evidenciar que o envelhecimento populacional já se encontra consolidado no município e produz repercussões concretas, interdependentes e transversais sobre as principais áreas da gestão pública e da organização socioeconômica local.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 demonstram reconfiguração da pirâmide etária, com ampliação das faixas superiores e redução relativa da população jovem, inserindo Taquara/RS no contexto estadual de envelhecimento acelerado. Tal transformação não se projeta apenas como tendência futura, mas manifesta-se no presente por meio do aumento da demanda por políticas públicas específicas, reorientação de prioridades orçamentárias e reestruturação das relações sociais, institucionais e produtivas.

No âmbito da seguridade social e da proteção de renda, constatou-se crescimento da procura por benefícios previdenciários e assistenciais, especialmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como intensificação da dependência da renda previdenciária na sustentação econômica das famílias. Esse cenário evidencia a centralidade da proteção social como mecanismo de estabilidade local, ao mesmo tempo em que revela vulnerabilidades decorrentes da insuficiência dos benefícios frente aos custos associados ao envelhecimento e às dificuldades de acesso decorrentes da crescente digitalização dos serviços públicos.

No sistema municipal de saúde, observou-se ampliação da demanda por atendimentos relacionados a doenças crônicas, necessidade crescente de cuidados continuados e intensificação da pressão sobre a atenção básica. As entrevistas realizadas evidenciaram percepção institucional convergente quanto ao aumento da procura pelos serviços públicos de saúde, às limitações estruturais da rede municipal e à insuficiência de políticas especializadas voltadas ao envelhecimento.

Também foram identificadas dificuldades relacionadas à mobilidade urbana e rural, acesso a consultas e exames especializados e necessidade de fortalecimento das ações preventivas e de acompanhamento continuado da população idosa.

No mercado de trabalho, o envelhecimento manifesta-se tanto pelo aumento da procura por emprego por pessoas com mais de 50 anos quanto pela permanência de aposentados na atividade produtiva como forma de complementação de renda. As entrevistas realizadas junto às instituições locais evidenciaram crescimento da busca por reinserção laboral por trabalhadores mais velhos, ao mesmo tempo em que revelaram persistência de barreiras estruturais, discriminação etária, dificuldades relacionadas à qualificação tecnológica e ausência de políticas públicas voltadas à valorização da força de trabalho madura. Verificou-se, ainda, que a permanência na atividade produtiva frequentemente ultrapassa a dimensão econômica, relacionando-se à manutenção da autonomia, da participação social e do envelhecimento ativo.

No âmbito das políticas públicas e da governança municipal, identificou-se ampliação das demandas relacionadas à assistência social, fragilização dos vínculos familiares, negligência, institucionalização e necessidade de fortalecimento das redes de proteção social voltadas à população idosa. As entrevistas realizadas evidenciaram percepção institucional convergente quanto ao avanço do envelhecimento populacional em Taquara/RS e seus impactos sobre os serviços públicos municipais. Os relatos obtidos junto aos órgãos e instituições entrevistadas demonstraram aumento da demanda por atendimentos em saúde, dificuldades relacionadas à proteção previdenciária e assistencial, desafios de reinserção produtiva da população idosa, limitações de mobilidade urbana e necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao envelhecimento.

No campo da mobilidade urbana e da organização do espaço público, verificou-se que a consolidação histórica do tecido urbano, marcada por crescimento sem planejamento estruturado em períodos anteriores, impõe limitações à adaptação imediata da infraestrutura às exigências de acessibilidade. O aumento da demanda por transporte gratuito e as dificuldades de deslocamento, especialmente na zona rural, demonstram que o envelhecimento também produz repercussões financeiras, territoriais e logísticas para a gestão municipal.

A integração dessas dimensões revela padrão transversal: o envelhecimento populacional atua como variável estruturante do desenvolvimento local,

atravessando as políticas públicas de forma interdependente. As repercussões identificadas não são isoladas, mas sistêmicas. A insuficiência de renda impacta a saúde e a assistência social; as limitações de mobilidade restringem o acesso a serviços; a fragilização familiar amplia processos de institucionalização; e a ausência de políticas voltadas ao trabalho e ao envelhecimento ativo reforça a dependência da seguridade social.

Os resultados da pesquisa também evidenciaram que, embora exista reconhecimento institucional acerca do avanço do envelhecimento populacional e de seus impactos sobre o município, a atuação estatal ainda ocorre predominantemente sob lógica reativa, respondendo às demandas à medida que elas emergem. Não foi identificada política municipal integrada ou planejamento estratégico específico voltado à gestão do envelhecimento em perspectiva de médio e longo prazo, circunstância que constitui um dos principais desafios para a sustentabilidade socioeconômica local.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a pesquisa demonstra que o envelhecimento populacional deve ser incorporado como eixo estruturante do planejamento territorial contemporâneo. Municípios de porte médio, como Taquara/RS, encontram-se em posição estratégica: podem tanto sofrer pressões fiscais, institucionais e sociais decorrentes da ausência de planejamento quanto transformar o envelhecimento em vetor de desenvolvimento, por meio da promoção do envelhecimento ativo, fortalecimento da economia prateada, ampliação da participação social da população idosa e qualificação das políticas públicas locais.

Entre as implicações práticas decorrentes deste estudo destacam-se a necessidade de elaboração de plano municipal específico voltado ao envelhecimento populacional; o fortalecimento institucional do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e do Fundo Municipal do Idoso; a ampliação da articulação intersetorial entre saúde, assistência social, previdência, trabalho e mobilidade urbana; bem como o monitoramento contínuo de indicadores demográficos como instrumento de planejamento estratégico e governança territorial.

Como limitações, reconhece-se que a pesquisa se concentrou em estudo de caso único e em determinado recorte temporal, não contemplando análises atuariais detalhadas nem comparações intermunicipais. Investigações futuras poderão aprofundar projeções fiscais, examinar reflexos de longo prazo nas finanças públicas

municipais e explorar o potencial econômico da população idosa como segmento produtivo, consumidor e agente relevante do desenvolvimento regional.

À luz dos resultados obtidos, verifica-se que os objetivos específicos da pesquisa foram plenamente alcançados. O exame do processo de envelhecimento populacional no Brasil e sua expressão no contexto local permitiu situar o município de Taquara/RS no cenário de transição demográfica em curso. A identificação das repercussões socioeconômicas evidenciou impactos concretos e interdependentes nas áreas da seguridade social, saúde pública, mercado de trabalho, mobilidade urbana, assistência social e governança pública. A análise das políticas públicas municipais demonstrou a existência de iniciativas institucionais relevantes, embora ainda marcadas por limitações estruturais, fragmentação administrativa e ausência de integração estratégica.

Por fim, considera-se igualmente respondida a pergunta de pesquisa que orientou o estudo, na medida em que se comprovou que o envelhecimento populacional produz repercussões amplas, interdependentes e estruturantes na dinâmica socioeconômica local. Conclui-se, portanto, que o envelhecimento populacional em Taquara/RS constitui fenômeno estrutural e irreversível, cujo enfrentamento exige a transição de uma postura reativa para uma governança estratégica, integrada e prospectiva. A capacidade de incorporar a variável demográfica ao planejamento municipal determinará, em grande medida, a sustentabilidade socioeconômica do território e a efetiva promoção da dignidade da pessoa idosa nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabienne Louise Juvêncio Paes de. O processo de envelhecimento populacional, apoio social e a institucionalização de idosos. **Revista Campo do Saber**, v. 5, n. 2, 2019.

BANCO MUNDIAL – Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.CDRT.IN?locations=BR&utm_source=chatgpt.com>. Acesso em 28 de fevereiro de 2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: **Edições 70**, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel; DALTO, Fabiano Abranches Silva. Envelhecimento populacional e o impacto da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada nos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral/RS. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 117-138, 2019.

BRASIL, IBGE. Censo demográfico 2022. Dados nacionais. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 de novembro de 2024.

BRASIL. LEI 8.213 de 24/07/1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em 10 de novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em 10 de novembro de 2024.

BRASIL. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em 10 de novembro de 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de dezembro de 2003. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm#art35. Acesso em 10 de novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/antigos/portaria-ms-no-2-528-de-19-de-outubro-de-2006>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

BRITO, Fausto. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2007. Texto para Discussão.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 858).

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

CARLA, Kely Krause de Jesus Cunha; DE CARVALHO, Meira Pires. Envelhecimento populacional e o bem-estar da população idosa. **Seminário Interlinhas**, v. 1, n. 2, 2022.

COSTA, Gianni Leandro Goicoa da. O impacto do envelhecimento populacional no mercado de trabalho brasileiro: desafios e oportunidades. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber, São Paulo**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2025.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: **Cortez**, 2004.

DEE – Departamento de Economia e Estatística do RS. PIB Municipal – Série Histórica 2002-2023. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-municipal>. Acesso em: 25 março de 2026.

DE OLIVEIRA LIRA, Jonatha Rodrigo. Reforma previdenciária brasileira: uma análise sobre a perspectiva populacional¹. Artigo apresentado no Encontro nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia. **editorarealize.com.br**. 2023.

DO NASCIMENTO, Michelly Vieira; DIÓGENES, Victor Hugo Dias. Transição Demográfica no Brasil: Um Estudo Sobre o Impacto do Envelhecimento Populacional na Previdência Social. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 8, n. 1, p. 40-61, 2020.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. O processo de envelhecimento e a assistência ao idoso. In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). Gerontologia. São Paulo: **Atheneu**, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política nacional do idoso em questão: passos e impasses na efetivação da cidadania. In: Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões. Brasília: **Ipea**, 2016.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.

GOMES, Paulo Sérgio; PAMPLONA, João Batista. Envelhecimento populacional, mercado de trabalho e política pública de emprego no Brasil. Revista Economia & Gestão, **Belo Horizonte**, v. 15, n. 41, p. 206-230, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Saúde 60+ RS**: serviço especializado de saúde da pessoa idosa. Porto Alegre: SES/RS, [s.d.]. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/saude60mais-rs>, acesso em 14 de janeiro de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 04 de abril de 2025.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE. *Impacto econômico do envelhecimento ameaça PIB global*. Disponível em: < [Impacto econômico do envelhecimento ameaça PIB global](#) >. Acesso em: 20 mar. 2026.

LIMA, Diana Vaz de; COSTA, José Angelo Valle; SILVA, Anderson de Oliveira; SANTOS, Marcelo de Souza. Evidências do envelhecimento populacional e implicações fiscais no Brasil. REDECA – **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos**, v. 11, e66409, 2024.

LIMA E SILVA, Jamiles Cordeiro de; LEMOS JUNIOR, Eloy Pereira. A problemática do envelhecimento populacional e da crise do sistema previdenciário e a asseguração do direito fundamental à previdência social na sociedade brasileira. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 2, p. 1670-1687, 2025.

MARTIN, G. B.; CORDONI JÚNIOR, L.; BASTOS, Y. G. L. Aspectos demográficos do processo de envelhecimento populacional em cidade do sul do Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 14, n. 3, set. 2005.

MELO, L. A. D. et al. Socioeconomic, regional and demographic factors related to population ageing. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 4, p. 493–501, ago. 2017.

MELRO, Ana Rita da Mota. Adequação das respostas sociais no envelhecimento. 2020. Tese (Doutorado) – Instituto Politécnico de Santarém, **Escola Superior de Educação**, Santarém, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2001.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. D. C. G.; SILVA, A. L. A. D. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507–519, jun. 2016.

NUNES, Isaura Manuela Pimentel. A questão social da velhice: o envelhecimento na agenda das políticas públicas de saúde no Brasil. 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – **Universidade Católica do Salvador**, Salvador, 2018

OLIVEIRA, A. S. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, n. 32, p. 69–79, 1 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 31 mar. 2026.

OTTONI, Bruno. O envelhecimento populacional e a taxa de desemprego. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 79, n. 11, p. 24-25, 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Perfil do município de Taquara/RS. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/4321204#sec-demografia>. Acesso em: 27 mar. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **Indicadores de mortalidade para o Rio Grande do Sul e seus Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) — 2010-21**. Nota Técnica n. 87. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2024.

SENADO FEDERAL. Após 100 anos, Previdência enfrenta reformas, déficit e envelhecimento da população. Agência Senado, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/25/apos-100-anos-previdencia-enfrenta-reformas-deficit-e-envelhecimento-da-populacao>. Acesso em: 30 mai. 2024.

SILVA, Carolina Rodrigues da. Envelhecer e ser velho: valores e ideais de velhice no Programa Cidades e Comunidades Amigáveis à Pessoa Idosa (OMS) e sua concepção no Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – **Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, Pato Branco, 2020.

SOUZA, Francisco Vitor Soldá de; CORREIO, Adriano de Santana Santos; CORREIO, Beatriz Andrade Oliveira Reis. Envelhecimento populacional, políticas públicas voltadas para o idoso e a pandemia da COVID-19: Alguns apontamentos possíveis. **Revista Longevidade**, 2021.

SOUZA, Mônica Younes de. Velhice e envelhecimento: questões e aspectos contemporâneos. 2022. 112 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2022.

TAFNER, Paulo. Desafios e reformas da Previdência Social brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 93, p. 48-67, 2012.

TAQUARA, Prefeitura Municipal de. História do município de Taquara. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2016. Disponível em: <https://www.taquara.rs.gov.br>. Acesso em: 22.01.2026.

TIZOTTE, Tatiele; FOCHEZATTO, Adelar; TRINDADE, Leandro. Evolução da razão de dependência e taxa de envelhecimento populacional no âmbito dos 28 COREDES do Rio Grande do Sul. **Conjecturas**, v. 22, n. 6, p. 59–73, 2022.

VANZELLA, Elídio; NASCIMENTO, Jaqueline Carla do; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. O envelhecimento, a transição epidemiológica da população brasileira e o impacto nas internações no âmbito do SUS. In: SILVA, Maria Eliane Pereira da; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de (Org.). Envelhecimento humano no século XXI: atuações efetivas na promoção da saúde e políticas sociais. Campina Grande: **Realize Editora**, 2020. p. 677–695.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.

WONG, Laura Rodríguez; CARVALHO, José Alberto Magno de. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: **Bookman**, 2015.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS**, desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação da professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

O objetivo deste estudo é analisar as repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara/RS, especialmente seus impactos na previdência social, na saúde pública, no mercado de trabalho e nas políticas públicas voltadas à população idosa.

Este estudo se justifica pela importância de compreender os efeitos do envelhecimento populacional no desenvolvimento local e no planejamento das políticas públicas, considerando que o aumento da população idosa gera mudanças sociais, econômicas e institucionais que impactam diretamente o município.

O convite para sua participação se deve ao fato de que você atua ou possui conhecimento em instituição ou órgão relacionado às políticas públicas, serviços ou atividades voltadas à população idosa no município de Taquara/RS, sendo sua contribuição importante para compreender a realidade local.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir dela. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Sua participação consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada composta por perguntas relacionadas ao envelhecimento populacional, políticas públicas, serviços e impactos socioeconômicos no município de Taquara/RS. A entrevista terá duração aproximada de 30 a 60 minutos e será realizada em local previamente combinado. A entrevista somente será gravada, caso necessário, mediante sua autorização.

Para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações, seu nome não será divulgado na pesquisa, sendo utilizadas apenas as informações

institucionais ou pseudônimos quando necessário. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, na dissertação de mestrado, artigos científicos e apresentações acadêmicas, sem identificação pessoal dos participantes.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais, com acesso restrito ao pesquisador e à orientadora. Após o término da pesquisa, os dados serão armazenados por no mínimo 5 anos, conforme as normas éticas de pesquisa, sendo posteriormente descartados.

Os benefícios desta pesquisa são indiretos, contribuindo para o conhecimento sobre o envelhecimento populacional no município, podendo auxiliar o planejamento de políticas públicas e ações voltadas à população idosa.

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem estar relacionados a eventual desconforto ao responder alguma pergunta durante a entrevista. Caso isso ocorra, você poderá interromper a entrevista ou retirar sua participação a qualquer momento. Para minimizar esses riscos, a entrevista será realizada em ambiente adequado, respeitando o tempo e a vontade do participante.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você estará amparado pela legislação brasileira, conforme Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e Resolução CNS nº 510/2016.

Os resultados da pesquisa serão apresentados na dissertação de mestrado e poderão ser divulgados em artigos científicos e eventos acadêmicos. Como forma de retorno, os resultados da pesquisa poderão ser disponibilizados às instituições participantes e órgãos públicos do município, contribuindo para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à população idosa.

A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa, por meio dos contatos informados ao final deste termo. Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial, o Comitê de Ética em Pesquisa da FACCAT (CEP/FACCAT), que tem por objetivo defender os direitos dos participantes de pesquisas. Dessa forma o CEP tem o papel de avaliar e monitorar o andamento dos projetos de modo que as pesquisas respeitem os princípios éticos de proteção aos

direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da confidencialidade e da privacidade.

O CEP está situado no 1º piso do Prédio Administrativo - Campus FACCAT na Av. Oscar Martins Rangel, 4500- ERS 115, Bairro: Fogão Gaúcho, Taquara-RS, telefone (51) 3541-6604, ou também pelo e-mail: cep@faccat.br – Horário de funcionamento: nas segundas, terças, quartas e quintas-feiras das 13:30 às 22:30, sextas feiras das 13h às 18h.

Desde já agradeço sua disponibilidade na participação deste trabalho e coloco-me à disposição para quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias. Este termo deverá ser assinado em duas vias, todas as páginas deverão ser rubricadas, uma via ficará com você e a outra com o pesquisador.

Professora orientadora: Dra. Dilani Silveira Bassan
Tel.: 51 98159-4099
E-mail: dilanib@faccat.br

Acadêmico Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
Tel.: 51 99740-5428
E-mail: osielbitencourt@gmail.com

☐ Autorizo a gravação da entrevista (ou imagem).

☐ Não autorizo a gravação da entrevista (ou imagem).

(Assinatura do Participante) Dia / mês / ano

(Nome do Participante – letra de forma)

(Assinatura Acadêmico Pesquisador) Dia / mês / ano

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO (COMDI)

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (COMDI)
Endereço: Rua Guilherme Lahm, nº 947.
Contato: (51)3541-9242
E-mail: assistenciasocial@taquara.rs.gov.br
Presidente do Conselho: Maria Aparecida Gnoato

A atuação do Conselho Municipal do Idoso é estratégica para compreender as políticas públicas, o controle social e a proteção dos direitos das pessoas idosas.

Questionário:

1. Como o Conselho Municipal do Idoso tem percebido o envelhecimento populacional no Município de Taquara?
2. Como o processo de envelhecimento populacional se reflete nas atuações do Conselho Municipal do Idoso?
3. O Conselho Municipal do Idoso tem observado um aumento significativo das demandas relacionadas à população idosa nos últimos anos? Quais são as mais recorrentes?

4. Na visão do Conselho, quais são os principais desafios enfrentados pela população idosa de Taquara atualmente?

5. O envelhecimento populacional tem impactado diretamente as políticas públicas voltadas para os idosos no município? De que forma?

6. Quais são as principais atribuições e funções que o Conselho Municipal do Idoso desempenha no município?

7. Como o Conselho avalia as políticas públicas implementadas no município de Taquara em prol da população idosa? Quais os avanços e lacunas?

8. Existem programas ou ações, desenvolvidos pelo poder público municipal, que o Conselho Municipal do Idoso considera relevante à população idosa?

9. O Conselho pode citar alguma ação que esteja relacionada ao aumento da população idosa?

10. Como é a articulação do Conselho Municipal do Idoso com outras instâncias do poder público, como as Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social e o INSS?

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO INSTITUIÇÃO LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI) - LAR OASE

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado

Instituição Longa Permanência para Idosos (ILPI)
Lar OASE
Rua Dr. Edmundo Saft 3140, Taquara, RS, 95600-000 · 60 km
(51) 3542-1025

A entrevista com uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em Taquara é extremamente relevante para o seu projeto, pois permitirá compreender, na prática, como se dá o acolhimento da população idosa, bem como os desafios enfrentados diante do processo de envelhecimento populacional na região.

Questionário:

1. A instituição percebe que o envelhecimento populacional em Taquara tem provocado aumento na procura por vagas em instituições de longa permanência?
2. Quais são os principais desafios enfrentados pela instituição diante do crescimento da população idosa na região?

3. Como a ILPI lida com as situações de abandono familiar ou ausência de rede de apoio, que muitas vezes motivam o acolhimento?
4. Qual é o perfil predominante das pessoas idosas acolhidas na instituição (idade, gênero, nível de dependência, presença de doenças crônicas)?
5. A instituição tem notado mudanças no perfil dos idosos acolhidos nos últimos anos, em função do envelhecimento populacional e das transformações sociais?
6. Quais são as principais demandas e necessidades apresentadas pelos residentes atualmente?
7. A instituição recebe apoio ou financiamento de políticas públicas municipais, estaduais ou federais?
8. Como se dá a fiscalização por parte de órgãos públicos, como o Ministério Público e o Conselho Municipal do Idoso?
9. Quais os principais desafios futuros para o acolhimento e atendimento da população idosa em Taquara, diante do avanço do envelhecimento populacional?
10. Quais ações ou políticas públicas seriam importantes para fortalecer o trabalho das ILPIs e melhorar a proteção e a qualidade de vida das pessoas idosas na região?

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE C – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS – APS/TAQUARA-RS

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado

Instituto Nacional do Seguro Social INSS – APS/Taquara-RS
R. Guilherme Lahm, 1508 - Centro, Taquara - RS, 95600-000
Telefone: (51) 3271-1673

Questionário:

1. A Agência da Previdência Social de Taquara tem observado o aumento de procura de benefícios por pessoas idosas?

2. Quais são os benefícios mais procurados pelos idosos no Município de Taquara? Há um crescimento significativo na demanda por algum benefício o específico (aposentadorias, BPC, pensões)?

3.Quais são os principais desafios enfrentados pela agência do INSS na região para atender à crescente população idosa?

4. Há algum programa ou política específica sendo implementada pelo INSS na região visando melhorar o atendimento aos idosos?

5. Como o INSS avalia o impacto financeiro do envelhecimento populacional na sustentabilidade do sistema previdenciário local?

6. Existem iniciativas de capacitação dos servidores do INSS na região para melhorar o atendimento à população idosa?

7. Como o INSS tem lidado com o desafio da inclusão digital entre os idosos, especialmente com a crescente digitalização dos serviços previdenciários?

8. A Agência percebe quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos idosos da região para acessar os serviços digitais do INSS? Existem ações para mitigar essas dificuldades?

9. O senhor percebe que o aumento da população idosa na região tem impactado diretamente o funcionamento e a estrutura do INSS local? De que forma?

10. Na sua visão, quais são as principais repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no Município de Taquara, especialmente sob a ótica da seguridade social?

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAQUARA

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado

Promotoria de Justiça de Taquara
Rua Federação, 1850 - Morro do Leôncio, Taquara/RS
E-mail: mptaquara@mprs.mp.br
Telefone: (51) 32952870

A Promotoria de Justiça desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos das pessoas idosas, especialmente no que se refere à garantia da dignidade, ao combate à violência e à fiscalização das políticas públicas.

Questionário:

1. Como a Promotoria de Justiça tem percebido o envelhecimento populacional no Município de Taquara?
2. Como o processo de envelhecimento populacional se reflete nas atuações do Ministério Público?
3. Na visão do Ministério Público, o envelhecimento populacional em Taquara tem provocado um aumento na demanda por atuação judicial e extrajudicial na defesa dos direitos das pessoas idosas?

4. Quais são os principais desafios enfrentados pela Promotoria diante do crescimento da população idosa no município?

5. Existem demandas específicas que surgiram ou se intensificaram nos últimos anos em virtude do envelhecimento populacional?

6. Quais são as principais atribuições da Promotoria de Justiça de Taquara em relação à defesa e proteção dos direitos da população idosa?

7. A Promotoria recebe muitas denúncias relacionadas à violação de direitos de pessoas idosas no município? Quais são as mais frequentes (abandono, violência, negligência, maus-tratos)?

8. Como a Promotoria avalia a eficácia das políticas públicas municipais voltadas à proteção e promoção dos direitos da população idosa?

9. Para o Ministério Público, as políticas públicas locais estão preparadas para enfrentar os desafios decorrentes do envelhecimento populacional?

10. Diante da atuação do Ministério Público nos últimos anos, quais os principais reflexos do envelhecimento populacional no Município de Taquara?

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO, SEGURANÇA, MOBILIDADE E TRÂNSITO

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado

Secretaria de Planejamento, Habitação, Segurança, Mobilidade e Trânsito
Secretário: Luciano Campana
Endereço: Rua Tristão Monteiro, 1278 (junto à Prefeitura Municipal)
Horário de Atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h às 14h
E-mail: planejamento@taquara.rs.gov.br
Telefone: (51) 3541.9200, ramal 260
Whatsapp: (51) 99447 5928

Questionário

Objetivo: compreender como o envelhecimento populacional impacta a mobilidade urbana e as políticas de transporte público no município.

1. A Secretaria tem percebido impactos do envelhecimento populacional no planejamento urbano e territorial do município de Taquara? De que forma essas mudanças têm se manifestado?

2. Quais são os principais desafios enfrentados pela população idosa em relação à mobilidade urbana, acessibilidade, segurança viária e circulação nos espaços públicos do município?

3. O envelhecimento populacional tem exigido adaptações ou reorientações nas políticas de habitação, mobilidade e segurança urbana desenvolvidas pela Secretaria? Poderia citar exemplos?

4. Existem programas, projetos ou diretrizes municipais voltados especificamente à promoção da acessibilidade, da mobilidade segura e da moradia adequada para a população idosa? Como a Secretaria avalia seus resultados?

5. Na avaliação da Secretaria, quais são os principais desafios e prioridades futuras para o planejamento urbano e a gestão da mobilidade e do trânsito em Taquara diante do avanço do envelhecimento populacional??

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado

Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania
Endereço: Rua Guilherme Lahm, 947
Telefone: (51) 3541-9242
E-mail: assistenciasocial@taquara.rs.gov.br
Secretário: Adalberto Soares

Questionário

1. Para a Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania, quais são as principais repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no município de Taquara?

2. O aumento da população idosa tem gerado desafios adicionais para a rede de assistência social local? Quais seriam os principais?

3. Como o envelhecimento populacional afeta o mercado de trabalho local, especialmente no que se refere à inserção ou permanência dos idosos no trabalho?

4. Quais políticas públicas o município de Taquara possui atualmente voltadas para a população idosa?

5. Existem programas ou serviços municipais que buscam promover a qualidade de vida, autonomia e inclusão social da população idosa?

6. A Secretaria realiza algum mapeamento ou diagnóstico sobre as necessidades da população idosa no município? Se sim, poderia comentar os principais achados?

7. O município possui equipamentos públicos específicos voltados para o atendimento de pessoas idosas, como Centros de Convivência, unidades de acolhimento ou serviços de assistência domiciliar?

8. Quais são as principais demandas da população idosa que chegam até a Secretaria? Como estas demandas têm evoluído nos últimos anos?

9. Existem parcerias com outras instituições (como conselhos municipais, ONGs, igrejas ou entidades privadas) para a oferta de serviços aos idosos?

10. Como a Secretaria articula suas ações com as políticas públicas estaduais e federais voltadas para a população idosa, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso?

11. O BPC representa uma importante política de segurança de renda para os idosos em situação de vulnerabilidade. Como está estruturado o atendimento e o acompanhamento desses beneficiários no município?

12. Quais são os principais desafios futuros para a Secretaria diante do avanço do envelhecimento populacional em Taquara?

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TAQUARA

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado

Secretaria de Saúde do Município de Taquara
Secretária: Loreni Kattwinkel dos Santos Spirlandelli
Endereço: Rua 17 de Junho, 2411
Telefone: (51) 3541.9300 ou (51) 3541 9329 ramal 329

Questionário:

1. Como a Secretaria de Saúde de Taquara avalia o impacto do envelhecimento populacional sobre a demanda pelos serviços de saúde do município?
2. Existe algum levantamento ou estudo recente realizado pela Secretaria sobre as condições de saúde da população idosa em Taquara? Quais os principais achados?
3. A rede pública de saúde de Taquara possui estrutura adequada para atender à crescente demanda por serviços especializados em saúde do idoso?
4. O município conta com unidades ou programas específicos voltados à atenção integral à saúde da pessoa idosa, como Centros de Referência, ambulatórios especializados ou equipes de atendimento domiciliar?

5. Existe oferta suficiente de profissionais capacitados em geriatria e gerontologia na rede municipal de saúde?

6. Como a Secretaria tem implementado as diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa no município?

7. Quais são as principais dificuldades encontradas para a efetivação das ações preconizadas pela PNSPI em Taquara?

8. A Secretaria possui protocolos específicos para o atendimento ao idoso nas unidades básicas de saúde (UBS)? Poderia descrevê-los?

9. Como a Secretaria de Saúde articula ações com outras secretarias ou instituições (como assistência social, conselhos do idoso, ONGs) para garantir a promoção do envelhecimento saudável?

10. O município de Taquara oferece serviços de atenção domiciliar para pessoas idosas com mobilidade reduzida ou com doenças crônicas?

11. Quais são os maiores desafios enfrentados pelos profissionais da saúde do município no atendimento à população idosa?

12. Quais estratégias a Secretaria de Saúde de Taquara considera fundamentais para preparar o município para o cenário de envelhecimento populacional nas próximas décadas?

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA À FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - FGTAS/SINE

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS/Sine
Endereço: Telefone Sine (51) 985572066 - Rua Guilherme Lahm, 1476 –
Telefone Identidade (51, 3541-9243 - Centro, Taquara - RS, 95600-076

Questionário:

Objetivo: captar a percepção do órgão sobre o envelhecimento populacional, seus efeitos no mercado de trabalho local e as respostas institucionais.

1. O SINE tem percebido mudanças no perfil etário dos trabalhadores que buscam intermediação de mão de obra em Taquara, especialmente no aumento da população idosa?

2. Quais são os principais desafios enfrentados por trabalhadores idosos no acesso, permanência ou reinserção no mercado de trabalho local?

3. O envelhecimento populacional tem exigido adaptações nas políticas de qualificação profissional, intermediação de emprego ou orientação ao trabalhador desenvolvidas pelo SINE?

4. Existem programas, ações ou iniciativas específicas voltadas à empregabilidade ou requalificação da população idosa em Taquara? Como o órgão avalia seus resultados?

5. Na avaliação do SINE, quais são as principais repercussões socioeconômicas do envelhecimento populacional no mercado de trabalho do município nos próximos anos?

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA À ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE TAQUARA (AAPT)

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “As Repercussões Socioeconômicas do Envelhecimento Populacional no Município de Taquara/RS” desenvolvida pelo mestrando Osiel Pimentel de Bitencourt, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fara uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisador: Osiel Pimentel de Bitencourt
E-mail: osielbitencourt@sou.faccat.br

Tel.: (51) 99740.5428

Entrevistado

Associação dos Aposentados e Pensionistas de Taquara (AAPT)
Presidente: Terezinha Lourdes Schnidger.
Endereço: Rua Tristão Monteiro, 676 - CEP: 95600-000.
Telefone:(51) 3542-6205 / WhatsApp: 51.99791-9044.
E-mail: aapt@tca.com.br.

O Objetivo da entrevista com representantes do Sindicato dos Aposentados do município de Taquara tem por objetivo compreender as demandas, dificuldades e perspectivas da população idosa diretamente impactada pelo processo de envelhecimento populacional no Município de Taquara.

Questionário:

1. O Sindicato percebe um aumento da quantidade de pessoas idosas no município? Quais os principais reflexos desse aumento nas demandas sindicais?
2. Quais os principais reflexos socioeconômicos do envelhecimento populacional no Município de Taquara?
3. O aumento da população idosa tem gerado novas demandas ou desafios para o Sindicato? Caso positivo, quais?

4. Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Aposentados em Taquara?

5. Quais são os principais serviços ou benefícios oferecidos aos aposentados filiados ao Sindicato?

6. Quais são os principais desafios enfrentados pelos aposentados locais em relação ao acesso à previdência social, saúde e assistência social?

7. Como o Sindicato avalia as políticas públicas municipais, estaduais e federais destinadas à proteção e promoção dos direitos dos aposentados e idosos?

8. O Sindicato percebe que muitos aposentados buscam continuar trabalhando ou retornar ao mercado de trabalho em Taquara? Quais os motivos mais frequentes?

9. Existem políticas públicas ou iniciativas locais que estimulem a reinserção de aposentados no mercado de trabalho? Como o Sindicato vê essa questão?

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo, de forma livre e esclarecida, em participar como entrevistado(a).

Autorizo a gravação desta entrevista e a utilização das informações nela contidas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Estou ciente de que minha identidade será preservada e que quaisquer dados que possam me identificar diretamente serão mantidos em sigilo, sendo utilizados de forma anônima.

Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Nome do(a) participante (opcional): _____

Local e data: _____

Assinatura: _____